

*REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA*

*GOVERNO REGIONAL*

# *PLANO*

*PROGRAMA DE INVESTIMENTOS E DESPESAS*

*DE DESENVOLVIMENTO*

*DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA*

*- 1999 -*

**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

**GOVERNO REGIONAL**



**PLANO**

**PROGRAMA DE INVESTIMENTOS E DESPESAS DE  
DESENVOLVIMENTO DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
- 1999 -**




REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL



**PLANO**

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS E DESPESAS DE  
DESENVOLVIMENTO DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
- 1999 -



## ÍNDICE

<b>1. O CONTEXTO INTERNACIONAL, EUROPEU E NACIONAL .....</b>	<b>1</b>
1.1. Enquadramento internacional .....	1
1.2. Enquadramento europeu .....	2
1.3. Enquadramento nacional.....	2
<b>2. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE ACÇÃO PARA 1999 .....</b>	<b>5</b>
2.1. Agricultura e Pecuária .....	5
2.2. Florestas .....	10
2.3. Pesca e Aquicultura .....	12
2.4. Indústria, Artesanato, Comércio e Serviços .....	16
2.5. Turismo .....	20
2.6. Energia .....	22
2.7. Transportes .....	23
2.8. Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico .....	26
2.9. Sociedade da Informação .....	28
2.10. Educação e Formação Profissional .....	30
2.11. Emprego .....	32
2.12. Trabalho .....	34
2.13. Juventude .....	35
2.14. Desporto .....	36
2.15. Cultura .....	37
2.16. Comunidades Madeirenses .....	40
2.17. Saúde .....	41
2.18. Segurança Social.....	44
2.19. Defesa do Consumidor .....	45
2.20. Habitação e Urbanismo.....	46
2.21. Ambiente .....	48
2.22. Modernização da Administração Pública .....	55
<b>3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS .....</b>	<b>56</b>
<b>4. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS E ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL .....</b>	<b>60</b>

**ERRATA**  
**PIDDAR 1999**

O Quadro III- 2, Secretaria Regional da Economia e Cooperação Externa, sofre as seguintes alterações:

Pág.	Linha	Coluna	Onde se lê	Deve ler-se
1	1	6	12 378 502	9 838 544
"	2	6	11 242 425	8 702 467
"	1	7	3 637 414	3 070 522
"	2	7	2 517 875	1 950 983
"	1	8	2 405 525	2 480 525
"	2	8	1 285 986	1 360 986
"	1	9	33 246 928	30 215 078
"	2	9	28 847 911	25 816 061
"	3	6	9 498 502	6 958 544
"	4	6	9 462 425	6 922 467
"	3	7	1 267 414	700 522
"	4	7	1 247 875	680 983
"	3	8	405 525	480 525
"	4	8	385 986	460 986
"	3	9	25 616 928	22 585 078
"	4	9	24 531 661	21 499 811
"	23; 24	6	350 000	175 000
"	23; 24	7	641 892	75 000
"	23; 24	8		75 000
"	23; 24	9	1 310 798	533 108
"	25; 26; 27; 28	6	250 000	75 000
"	25; 26; 27; 28	7	641 892	75 000
"	25; 26; 27; 28	8		75 000
"	25; 26; 27; 28	9	1 200 000	533 108
7	9; 10	6	2 737 538	372 580
"	9; 10	9	5 159 250	2 794 292
"	11; 12; 13; 14	6	2 727 538	362 580
"	11; 12; 13; 14	9	4 750 000	2 385 042

## **1. O CONTEXTO INTERNACIONAL, EUROPEU E NACIONAL**

### **1.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL**

O panorama económico mundial continua a ser influenciado negativamente pela crise económica e financeira asiática, iniciada em meados de 1997 e agravada em finais do ano, conduzindo a revisões em baixa do crescimento económico.

Neste contexto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) perspectiva para a economia mundial um crescimento anual próximo dos 2,5%, abaixo, portanto, das previsões que confirmavam a tendência dos anos anteriores, de cerca de 4% (4,1% em 1996 e 1997).

A economia japonesa entrou nitidamente em recessão e as perspectivas de curto prazo não apontam para uma melhoria. Este período recessivo deverá afectar a recuperação da generalidade das economias do sudoeste asiático, acentuando quer a incerteza quanto às perspectivas de evolução dos mercados asiáticos quer o risco de propagação a outras economias.

Por outro lado, a diminuição da procura de matérias-primas e de petróleo, por parte dos países asiáticos, resultou em descidas de preço destes produtos nos mercados internacionais, com reflexos positivos quer na inflação observada, quer nas perspectivas de evolução futura dos preços nos países desenvolvidos.

A economia norte-americana, embora com uma situação económica relativamente consistente, revela alguma desaceleração da actividade económica, reflexo, nomeadamente, da redução das exportações para as economias asiáticas, não sendo improvável que esta desaceleração do crescimento venha a acentuar-se.

Esta percepção tem-se traduzido em sinais de tendência de queda de índices e cotações bolsistas, associados à volatilidade dos mercados, quer em termos de bolsa, quer em termos cambiais.

Na Rússia, onde o regime cambial se baseia na ligação com o dólar, estes efeitos têm agravado a situação financeira interna, deteriorando o clima de confiança dos investidores nacionais e internacionais.

Na América Latina, a situação económica poderá tornar-se ainda mais delicada, se o plano brasileiro de estabilização económica não contribuir para a superação do período recessivo que se prevê que o Brasil e as economias vizinhas venham a atravessar.

## **1.2. ENQUADRAMENTO EUROPEU**

No que respeita às economias europeias, as estimativas, para 1998, apontam para uma aceleração da actividade económica. De acordo com as "Perspectivas Económicas da OCDE", de Junho de 1998, estima-se que a taxa média anual do PIB comunitário rondará os 2,8%, em 1998, o que indicia que o processo de adopção do Euro, em 1 de Janeiro de 1999, beneficia de condições económicas favoráveis.

O dinamismo da actividade económica, particularmente nas duas principais economias continentais europeias, foi determinado pelo comportamento da procura interna resultante, nomeadamente, do desagravamento do desemprego (na Alemanha, a taxa de desemprego situou-se nos 10,1% em Outubro de 1998 contra 11,2% do mês homólogo anterior) e da manutenção de taxas de juro baixas, com efeitos positivos em termos de recuperação de investimento e de valorização bolsista, compensando os efeitos negativos da crise asiática e alimentando o clima de confiança na Europa.

Este padrão de comportamento apresenta condições para permitir a prossecução dos processos de consolidação orçamental no conjunto dos Estados-membros, o início da 3ª fase da UEM e a regulação da política monetária europeia pelo SBCE, em 1 de Janeiro de 1999, com relativo sucesso.

Contudo, persistem incógnitas quanto aos futuros referenciais de regulação monetária do Euro.

Para 1999, os grandes "dossiers", com influência determinante sobre o futuro da União Europeia (Agenda 2000, Reforma das Políticas Comuns, União Monetária, etc.), continuam a dominar as preocupações das autoridades nacionais europeias.

## **1.3. ENQUADRAMENTO NACIONAL**

A informação disponível para a economia portuguesa, no primeiro semestre de 1998, aponta para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) perto dos 4%. Segundo o

Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá, assim, voltar a apresentar um crescimento real superior ao da média dos países que integrarão a área do Euro.

De acordo com o novo Inquérito ao Emprego do INE, a taxa de desemprego foi de 5,9% no primeiro trimestre de 1998, confirmando a tendência de redução que se vinha registando desde 1996.

O padrão de crescimento da economia continuou a ser caracterizado, como no ano anterior, por um comportamento muito dinâmico da procura interna, mantendo-se como factor determinante a redução das taxas de juro.

Os indicadores disponíveis apontam para um crescimento do consumo privado mais forte do que em 1997, comportamento este que reflecte a evolução positiva do rendimento real disponível das famílias, sustentado pela melhoria da situação no mercado de trabalho (e consequentemente, aumento do poder de compra das famílias) e, como já referido, dos efeitos da redução das taxas de juro.

O investimento registou um crescimento elevado na primeira metade do ano de 1998. Apesar de apresentar um crescimento inferior ao do ano transacto (devido, essencialmente, à desaceleração verificada no subsector obras públicas), continua a verificar-se um comportamento muito dinâmico.

No entanto, com o encerramento da EXPO 98, a conclusão de grandes projectos de obras públicas e o relativo abrandamento da actividade industrial provocado pela reacção europeia à crise asiática, perspectiva-se, para o ano de 1999, um ligeiro abrandamento do ritmo da actividade económica.

Em termos de perspectivas de curto prazo, o grau de impacto da crise do sistema financeiro no ritmo de crescimento económico é de difícil previsão, dado o conjunto de incertezas que incidem sobre a economia europeia e, consequentemente, sobre a economia portuguesa.

A inflação, medida pela variação média anual do IPC, situou-se em 2,2% em Maio de 1998, nível idêntico ao registado no conjunto do ano de 1997. De acordo com a informação disponível, o défice do Sector Público Administrativo (SPA), em percentagem do PIB, deverá continuar a diminuir, estimando a Comissão Europeia que a mesma deverá situar-se em 2,2% do PIB, em 1998.



Estas condições económicas inserem-se, assim, na linha do previsto no Programa de Convergência apresentado em Março de 1997 possibilitando, por conseguinte, o preenchimento das condições necessárias para integrar o grupo de países que adoptarão o Euro, a 1 de Janeiro de 1999.

A margem de manobra da política orçamental - principal instrumento de política macro-económica em termos nacionais no quadro do Euro - dependerá de como evoluírem as tensões entre o nível político comunitário e as autoridades monetárias europeias (BCE), as quais poderão surgir num eventual cenário de desaceleração dos ritmos de crescimento europeu, caso a crise financeira atinja, com algum significado, a economia norte-americana e a América Latina.

O ano de 1999 será definitivamente marcado pela conclusão do processo de negociações relativas à Agenda 2000. Estas negociações, constituem matéria de grande importância para o país e, conseqüentemente, para a Região, já que as questões dos recursos próprios e da contribuição dos Estados-membros para o orçamento comunitário (bem como o novo alargamento e as perspectivas financeiras para o pós 1999) influenciarão necessariamente as estratégias de desenvolvimento a definir por cada país.

Será, também, de grande relevância para a Região, uma definição exigente e selectiva das estratégias de desenvolvimento, no âmbito da preparação do Plano de Desenvolvimento Económico e Social e das negociações do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006, dadas as alterações previstas para o próximo quadro de ajudas estruturais comunitárias.

## 2. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE ACÇÃO PARA 1999

A política a prosseguir em 1999 insere-se na estratégia de desenvolvimento sócio-económico da Região definida no Plano de Médio Prazo 1994/99 e nas linhas prioritárias de acção consignadas no Programa de Governo para o período 1997/2000, aprovado pela Assembleia Legislativa Regional. Assim, reafirmam-se os grandes **objectivos** de médio/longo prazo que têm norteado a acção governativa, ou seja:

- Reforçar o potencial económico, criando condições propícias à geração de emprego, ao aumento da competitividade, à diversificação da base produtiva e à internacionalização do tecido produtivo de bens e serviços;
- Valorizar o potencial humano e promover a melhoria da situação do emprego;
- Promover a defesa do ambiente e a melhoria da qualidade de vida e reduzir as assimetrias internas de desenvolvimento.

Em 1999, as **linhas de acção** mais significativas para promover os objectivos visados serão especificadas no âmbito dos sectores ou domínios de intervenção que, seguidamente, se apresentam.

### 2.1. AGRICULTURA E PECUÁRIA

Em 1998, o sector agrícola regional foi confrontado com condições climatéricas anormais que se traduziram por um Inverno e uma Primavera com temperaturas acima da média, as quais provocaram uma quebra significativa em algumas produções agrícolas, nomeadamente a vitícola e a frutícola. Em contrapartida, um Inverno ameno mostrou-se muito favorável para algumas culturas, como a da banana, prevendo-se um aumento global da produção da ordem dos 20%.

Quanto às outras produções, não são de esperar alterações significativas relativamente ao ano anterior.

O Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural (PDAR), integrado no POPRAM 1994-99, constitui o instrumento que, por excelência, financia a reestruturação de um sector altamente carenciado, não só no domínio das infraestruturas colectivas, mas também ao nível da própria exploração agrícola. Apesar da ocorrência de alguns problemas que têm afectado a sua execução, o Programa ganhou uma grande adesão junto dos potenciais

beneficiários. A comprovar essa adesão, refira-se que, no final do 1º semestre de 1998, estavam em condições de serem aprovados 251 projectos de investimento, quer público, quer privado, num valor global de cerca de três milhões de contos. Até final de 1997 foram aprovados 1 630 projectos de investimento, a que corresponde um investimento global de 15 088 milhares de contos.

Face à dinâmica do Programa, o PDAR entrou em situação de "overbooking", a qual só foi parcialmente compensada (em 15%) pela aprovação de um reforço do FEOGA-O de 4,5 Mecus.

Apesar destes contratemplos, continuam a ser concretizadas acções estruturantes do sector, sendo de salientar a entrada em funcionamento do Centro de Acondicionamento de Produtos Hortofrutícolas de Santana e a instalação de reservatórios de regularização dos caudais de água de rega, a fim de que a sua distribuição se processe no período diurno.

O ano de 1998 foi ainda marcado pela apresentação das propostas da União Europeia sobre a reforma da Política Agrícola Comum e pela reforma da OCM banana.

Em Junho deste ano foi decidida uma reforma da OCM banana, a qual foi motivada por uma decisão do Orgão de Resolução de Diferendos da Organização Comum de Mercado. Esta reforma foi favorável aos interesses regionais, nomeadamente pelo facto do Conselho ter reconhecido a necessidade de serem ponderadas, no cálculo da ajuda compensatória à perda de rendimento, as condições especiais que caracterizam a produção de banana na nossa Região.

A reforma da Política Agrícola Comum, que deverá ser decidida provavelmente durante o segundo semestre de 1999, introduzirá uma profunda alteração, quer ao nível dos apoios aos investimentos financiados pelo FEOGA, quer ao nível das diversas Organizações Comuns de Mercado, nomeadamente dos cereais, leite e bovinos, cujo impacto só se sentirá após 31 de Dezembro de 1999.

A proibição, a nível da UE, de exportação de vinhos a granel para países terceiros, que ocorrerá a partir de Janeiro de 1999, terá implicações na Região, já que ainda é muito significativa a percentagem relativa ao vinho exportado a granel (58% em 1997). Assim, esta nova situação deverá ser acompanhada do reforço das medidas e acções tendentes a incrementar a exportação de vinho da Madeira engarrafado.

Face aos cenários de maior liberalização dos mercados dos produtos agrícolas, não só devido à Reforma da Política Agrícola Comum, mas também à globalização e internacionalização das trocas comerciais que decorrem do Mercado Único e da Organização Mundial do Comércio, o sector agrícola regional apresenta dificuldades acrescidas, pelo que se manterá uma política de promoção da qualidade dos produtos agrícolas, única forma de aumentar a sua competitividade, quer no mercado regional, quer no exterior.

Simultaneamente, face ao papel insubstituível que a agricultura assume na protecção e na dignificação da natureza e de uma paisagem humanizada única que caracteriza esta Região e que é um atributo importante da oferta turística e atendendo à sua contribuição para o equilíbrio económico e social, continuará a ser promovida a valorização do espaço rural, melhorando as condições de vida, em geral, e diversificando a sua base económica (nomeadamente através do desenvolvimento de serviços associados ao turismo e ao ambiente, do artesanato, de serviços de proximidade, etc.).

A manutenção dos agricultores e da sua actividade produtiva deverá ser devidamente apoiada. Atendendo ao papel e funções das áreas rurais, os apoios a conceder não devem ser encarados como uma forma de solidariedade assistencial, visto que radicam na necessidade de sustentação de uma actividade que tem um carácter multifuncional e que é essencial para o desenvolvimento harmonioso da Região.

Assim, a **estratégia** a desenvolver assenta nos seguintes dois grandes objectivos:

- Criação de condições para o desenvolvimento das produções regionais de qualidade e para a adaptação a novas condições de mercado, incluindo o estabelecimento de novos mercados;
- Manutenção da actividade das explorações agrícolas e das condições de vida e de trabalho dos agricultores, valorizando a sua função na organização do espaço territorial e na conservação e preservação da natureza e da paisagem rural, num contexto de orientação multifuncional e mais diversificada das suas actividades.

As **acções** a concretizar em 1999 para a prossecução dos objectivos atrás referidos obedecem às seguintes grandes linhas:

- NO DOMÍNIO DAS INFRAESTRUTURAS ENVOLVENTES DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS
  - Prosseguir, com a participação dos autarquias, dos produtores agrícolas e/ou das suas organizações, o esforço de criação/melhoria de infraestruturas de base, de

apoio à agricultura, nomeadamente as associadas à melhoria das acessibilidades às explorações agrícolas e às condições de aprovisionamento, distribuição e utilização de água de rega.

- NO DOMÍNIO DA PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

- Apoiar o desenvolvimento das actividades mais rendíveis, como a bananicultura, a floricultura, a fruticultura de espécies subtropicais, a viticultura de castas europeias e a horticultura de primores.
- Incentivar o desenvolvimento de técnicas de produção alternativas, como a agricultura biológica ou a produção e protecção integrada.
- Prestar apoio técnico aos agricultores na introdução de técnicas culturais mais correctas.
- Manutenção do apoio às acções tendentes à correcção da fertilidade do solo.
- Incentivar a promoção de produtos regionais, quer a nível interno, quer a nível externo.
- Apoiar o desenvolvimento de produções com denominações de origem.
- Apoiar e realizar projectos visando a melhoria das condições de transformação e comercialização e, sobretudo, a organização estruturante dos subsectores hortofrutícolas e vitícola (em que relevam o Centro de Abastecimento de Produtos Agrícolas do Funchal e estruturas de conservação, normalização e acondicionamento, nomeadamente os Centros de Acondicionamento de Produtos Hortofrutícolas de Santana e dos Prazeres e o Centro de Abastecimento Hortícola da Santa, em Porto Moniz, e a Adega de S. Vicente).
- Promover a exportação de vinho da Madeira engarrafado e a manutenção da sua qualidade, nomeadamente através do Plano Promocional do Vinho da Madeira, de um reforço de ajudas que se pretende alcançar no âmbito do POSEIMA e da negociação de uma ajuda à exportação de vinho engarrafado, como medida de incentivo à diminuição da parcela exportada a granel.
- Prosseguir acções visando a melhoria da rede pública de abate de efectivos pecuários.
- Desenvolver as estruturas de apoio à produção de bovinos e cavalos, bem como de ovinos e caprinos (Centro de Reprodução Animal, em Porto Moniz, e Centro de

Ovinicultura da Madeira, em Santana) e apoiar os agricultores e produtores no desenvolvimento de produções pecuárias de qualidade que correspondam às necessidades da Região.

- NO DOMÍNIO DA FORMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO, EXPERIMENTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO, CERTIFICAÇÃO E INSPECÇÃO EM MATÉRIA DE FITOSSANIDADE, CONTROLE ALIMENTAR E AMBIENTAL
  - Dar continuidade a estudos visando a diversificação das produções agrícolas, na procura de alternativas que satisfaçam as exigências de mercado, bem como aos ensaios e demonstração de novas técnicas culturais.
  - Prosseguir o projecto de criação do Sistema Integrado de Informação da Actividade Agrícola.
  - Prosseguir os trabalhos de investigação sobre o vinho da Madeira e proceder à acreditação do laboratório do Instituto do Vinho da Madeira.
  - Prosseguir os trabalhos de controlo de qualidade e certificação dos produtos agrícolas e agro-industriais.
  - Dar prosseguimento à execução de estruturas laboratoriais (novo laboratório Regional de Veterinária) para apoio a acções de controlo da saúde animal, da qualidade e higiene dos produtos alimentares de origem animal, bem como desenvolvimento de um programa de despiste de zoonoses na RAM, nomeadamente a brucelose.
  - Promover a introdução de novos métodos de controlo de pragas e doenças, de que se destaca o controlo da mosca da fruta.
  - Apoiar projectos que visem a constituição de novas cooperativas no sector agrícola ou reforço das já existentes.
- NO DOMÍNIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL
  - Participar activamente no desenvolvimento económico e social das populações dos meios rurais, apoiando as suas iniciativas culturais, formativas e recreativas, nomeadamente as promovidas através das Casas do Povo.
  - Promover a melhoria das condições de vida e a diversificação da base económica rural e dignificar a profissão de agricultor e de trabalhador rural.

## 2.2. FLORESTAS

A actividade florestal tem particular importância numa região como a Madeira em que uma vasta área é ocupada por coberto florestal (cerca de 40% na ilha da Madeira), não só pelos benefícios directos que proporciona mas, sobretudo, pelos seus benefícios indirectos e ambientais.

De entre os benefícios directos destacam-se o aproveitamento do material lenhoso de qualidade para a indústria da madeira, de biomassa florestal para fins energéticos, a produção de frutos secos (castanha e noz) e a produção de derivados da silvopastorícia.

Como benefícios indirectos relevam-se a protecção da qualidade dos solos, a melhoria da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos, a acção contínua na fixação de carbono (o que contribui para diminuir os níveis de poluentes na atmosfera), a criação de uma paisagem natural de grande importância na promoção do recreio e lazer (desenvolvimento de parques florestais, de actividades cinegéticas e de pesca desportiva em águas interiores) e do turismo rural, pela valorização paisagística do meio.

Nesta perspectiva, a **política a prosseguir** visa garantir a perenidade dos espaços florestais, potenciar o aproveitamento racional dos múltiplos usos da floresta e reforçar o seu contributo para a diversificação das actividades em meio rural. As intervenções a nível do sector florestal deverão obedecer a uma preocupação fundamental de conciliação das funções de produção com as de protecção ambiental e de usufruto lúdico.

As acções de reflorestação que têm vindo a ser desenvolvidas visam, fundamentalmente:

- a diversidade biológica, a conservação e recuperação de *habitats* e a produção sustentável;
- a regeneração do coberto florestal em superfícies erosionadas, com particular incidência na ilha do Porto Santo e nas zonas altas serranas da ilha da Madeira, bem como em zonas atingidas por incêndios florestais;
- a desinfestação de terrenos com eucaliptos e acácias em áreas agrícolas ou florestais abandonadas e/ou percorridas por incêndios florestais;
- a racionalização do regime silvopastoril, reduzindo a excessiva carga animal em silvopastorícia;
- a preservação de espécies indígenas ameaçadas de extinção.

Relevam-se ainda as acções que visam a criação de condições para um eficaz combate e prevenção de incêndios florestais, a criação de um sistema de informação florestal e a promoção de actividades associadas à floresta (pesca desportiva e caça).

As medidas que se encontram em aplicação enfermam de algumas limitações. Os incentivos existentes para a reconversão dos terrenos infestados de eucalipto e acácias e dos terrenos agrícolas abandonados têm-se mostrado insuficientes. Por outro lado, os apoios financeiros, comunitários e nacionais/regionais, não se afiguram muito incentivos e, nalguns casos, estão desajustados face às necessidades e estrutura das explorações.

A carência de recursos humanos, nomeadamente de pessoal técnico superior, técnico e trabalhadores rurais, no organismo responsável pela condução da política florestal regional tem constituído, igualmente, um constrangimento ao desenvolvimento de um sector que é fortemente condicionado por problemas estruturais bem conhecidos.

As acções a desenvolver em 1999 inserem-se nas seguintes **linhas de intervenção estratégica**:

- Promover a melhoria e expansão do património florestal - tendo em vista: o aumento e melhoria da área florestal; garantir o ordenamento florestal, de modo a proteger a diversidade biológica e a paisagem; reduzir o risco de despovoamento do meio rural; combater a erosão e contribuir para a regularização dos recursos hídricos.
- Proteger e conservar os diversos ecossistemas florestais, reforçando a capacidade de prevenção, detecção e combate aos incêndios florestais, reduzindo os riscos e efeitos de pragas e doenças e controlando os efeitos da poluição atmosférica.
- Promover a racionalização do regime silvopastoril, reduzindo a carga animal em zonas de aptidão florestal; melhorando e instalando pastagens nas zonas com aptidão silvopastoril; melhorando infraestruturas afectas à silvopastorícia e promovendo a melhoria dos rebanhos que se apresentem em regime silvopastoril ordenado.
- Promover o ordenamento, exploração e conservação dos recursos cinegéticos e aquícolas em águas interiores - melhorando a gestão dos recursos cinegéticos e diversificando as espécies, promovendo a instalação de campos de treino de caça e a formação de caçadores; adoptando medidas de prevenção e combate ao furtivismo na caça e



garantindo o bom estado sanitário dos efectivos cinegéticos; promovendo a melhoria das infraestruturas de produção piscícola e o repovoamento das ribeiras.

- Aproveitamento do potencial dos múltiplos recursos associados à floresta na promoção e desenvolvimento do ecoturismo, através da melhoria e racionalização da oferta dos espaços florestais na área do turismo e lazer.
- Criação de instrumentos de apoio ao desenvolvimento e à gestão dos espaços florestais.

Para além das acções em curso, prevê-se concretizar em 1999, as seguintes **medidas de política:**

- celebração de protocolos com pessoas singulares e colectivas que permitam aprofundar o esforço de melhoria e expansão do património florestal, o qual poderá beneficiar de apoio através das medidas disponibilizadas pelo PDAR, pelas Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC e de protecção da floresta contra incêndios.
- criação de infraestruturas de combate e prevenção de incêndios florestais e melhoria de infraestruturas e apetrechamento em equipamento de suporte à actividade do corpo de polícia florestal.
- criação e melhoramento de infraestruturas de lazer em parques florestais e recuperação e sinalização de veredas.
- introdução de alterações no quadro legislativo relativo à conservação, protecção e gestão do património florestal e aos apoios financeiros.
- criação de condições, em termos de suporte informativo, para a elaboração da Carta Florestal da RAM, da Carta de Incêndios Florestais e do Plano de Ordenamento Florestal.
- realização de acções de demonstração e de divulgação de técnicas silvícolas.

### **2.3. PESCA E AQUICULTURA**

Nos últimos três anos a actividade piscatória tem sido afectada pelas quebras significativas registadas nos volumes de capturas de atum que, por constituir uma espécie migratória, não é susceptível de ser capturada sempre nas mesmas rotas. No primeiro semestre de

1998 registou-se, nas capturas de atum e similares, uma variação negativa de 44% relativamente a período homólogo do ano anterior, o que contribuiu de forma decisiva para a quebra verificada no volume total, a qual foi de cerca de 22%. No entanto, tem-se registado uma evolução positiva no valor da pesca descarregada e na produtividade, o que reflecte o esforço que tem vindo a ser efectuado na Região, operando mudanças importantes não só a nível das estruturas do sector, mas também a nível da preparação profissional das pessoas envolvidas na actividade.

Das mudanças operadas destacam-se:

- a renovação da frota pesqueira, dimensionada de acordo com os recursos haliêuticos conhecidos e dotada de condições operacionais e de habitabilidade adequadas, o que se vem reflectindo num acréscimo das capturas por embarcação e numa melhoria do pescado descarregado;
- a instalação ou modernização de infraestruturas em terra, com destaque para as lotas e os entrepostos frigoríficos, o melhoramento de pequenos portos, a construção de um novo porto de pesca e de um estaleiro de construção e reparação em aço;
- a intensificação de acções de formação profissional dos pescadores, de que beneficiou uma grande parte do pessoal matriculado;
- a dinamização das indústrias a montante e a jusante do sector (construção e reparação naval e transformação do pescado);
- a introdução da aquacultura marinha na Região, a qual poderá funcionar como uma alternativa credível à pesca de determinadas espécies demersais, embora sem prejudicar, obviamente, a pesca das pequenas comunidades piscatórias;
- o desenvolvimento de actividades de investigação aplicada às pescas, procedendo-se regularmente à elaboração de relatórios e estudos conclusivos para o melhor conhecimento dos nossos recursos marinhos, nalguns casos em colaboração activa com outras regiões.

A política que tem vindo a ser prosseguida no sector das pescas tem sido orientada para a concretização dos seguintes **objectivos**:

- Melhoria na exploração do potencial haliêutico;
- Reforço da competitividade das estruturas de exploração;

- Melhoria da segurança e das condições de trabalho a bordo;
- Melhoria do aprovisionamento;
- Valorização dos recursos humanos;
- Melhoria do abastecimento do mercado.

As **acções** a prosseguir e as **medidas** a tomar em 1999 para a concretização dos objectivos referidos são, por domínios de actuação, as seguintes:

- FROTA PESQUEIRA

- Apoios visando a imobilização definitiva de embarcações e a criação de sociedades mistas e associações temporárias (Portaria n.º. 307/94);
- Apoio à modernização e renovação das embarcações (principalmente as sediadas em Câmara de Lobos cuja actividade principal é a pesca do peixe-espada preto), tendo em vista dotá-las de melhores condições de operacionalidade, segurança e higiene a bordo (Portaria n.º.306/94 e apoios no âmbito da Iniciativa Comunitária Pesca);
- Apoio, sob a forma de bonificação de juros relativos a empréstimos contraídos pelos armadores, destinados à construção, modernização e reequipamento de embarcações (DRR n.º. 12/83/M, alterado pelo DRR n.º. 9/87/M).

- AQUICULTURA

- Apoios para o desenvolvimento da aquicultura (Portaria n.º. 308/94).

- TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

- Concessão de apoio às empresas que se dedicam à transformação de produtos da pesca para aquisição de matéria-prima fora da Região, com vista a fazer face à escassez temporária de tunídeos e/ou cavala (Resolução n.º. 1 400/98);
- Apoio à criação ou modernização de unidades de transformação de pescado, nomeadamente para aquisição de equipamentos, utilização de novas tecnologias de transformação e para melhorar e controlar a qualidade, bem como para o tratamento de efluentes industriais (Portaria n.º. 304/94);
- Apoios, no âmbito do POSEIMA, a título de compensação dos custos suplementares de produção, para determinados produtos da pesca (atum, cavala e chicharro);

- Apoio à promoção dos produtos de pesca (Portaria n.º. 305/94).
  
- INFRAESTRUTURAS DE APOIO À PESCA
  - Modernização de infraestruturas e equipamentos portuários de apoio à pesca, tendo em vista a melhoria das condições de desembarque e a qualidade dos produtos desembarcados.
  
- INVESTIGAÇÃO APLICADA ÀS PESCAS E À AQUACULTURA
  - Prospeção e levantamento dos recursos disponíveis na ZEE da RAM, procurando novas áreas de pesca ou recursos subexplorados ou inexplorados, bem como experimentando novas artes, técnicas, métodos e equipamentos de pesca;
  - Prosseguimento das actividades de levantamento oceanográfico da ZEE e respectiva caracterização ambiental, com vista a um melhor conhecimento dos *habitats* das populações marinhas e do seu comportamento;
  - Organização de zonas marinhas protegidas e criação de condições favoráveis ao repovoamento e concentração de recursos, através da implantação de recifes artificiais na costa sul da Madeira;
  - Criação de infraestruturas e desenvolvimento de actividades de I & D, visando um maior desenvolvimento da aquicultura;
  - Dar continuidade ao esforço de consolidação de unidades aquícolas já existentes;
  - Prosseguimento de acções de cooperação, no âmbito das pescas e da aquicultura, abrangendo, nomeadamente, estudos biológicos sobre espécies demersais (em cooperação com a Universidade do Algarve e o Departamento de Oceanografia e Pesca, da Universidade dos Açores) e a transferência de tecnologia e troca de experiências.
  
- FORMAÇÃO PROFISSIONAL
  - Incentivar e disponibilizar meios de formação aos profissionais da pesca para a realização de acções de formação profissional na Região (cursos Aptidão Pescas e Arrais de Pesca) e na Escola das Marinhas do Comércio e Pesca, em Lisboa (cursos de Mestre do Largo, Mestre Costeiro e de Contramestre).

## 2.4. INDÚSTRIA, ARTESANATO, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Tradicionalmente, o **sector industrial** na RAM é caracterizado pela sua debilidade, evidenciada pela fraca participação na estrutura do VAB regional (5,4%, em 1995).

Contudo, tem-se assistido nos últimos anos a uma maior dinâmica no sector, resultante dos diferentes sistemas de incentivos ao investimento, bem como da disponibilização de espaços destinados a actividades industriais e de serviços e dos estímulos específicos no âmbito da Zona Franca Industrial. Esta dinâmica tem proporcionado, nomeadamente, um melhor ordenamento do território, uma maior disciplina do sector, uma maior economicidade e produtividade e a atracção de indústrias de maior valor acrescentado.

A Zona Franca Industrial do Caniçal, devido às condições de excepção que oferece, nomeadamente de ordem fiscal, constitui um pólo potenciador do crescimento industrial, do desenvolvimento tecnológico, de afluxo de capitais estrangeiros e de transferência de *Know-how*.

Na prossecução dos objectivos definidos para o sector, no Plano de Médio Prazo 1994-99, destacam-se como **linhas de actuação prioritárias** para o ano de 1999, as seguintes:

- Promover a expansão e a criação de novas infraestruturas, nomeadamente de parques industriais;
- Apoiar o reforço da produtividade global e a melhoria dos factores de competitividade das organizações industriais;
- Promover a criação e melhoria de estruturas de apoio à qualidade industrial;
- Criar uma nova imagem de *marketing* para o bordado, tela bordada e obra de vimes.

Atendendo às prioridades atrás enunciadas, as **acções** a realizar em 1999, são as seguintes:

- Continuação da construção de infraestruturas no Parque Industrial da Zona Oeste (PIZO), de modo a adequá-lo aos seus fins;
- Melhoramento do Parque Industrial da Cancela (PIC);
- Continuação dos trabalhos de construção das infraestruturas do Parque Industrial da Camacha (PICAM);

- Realização de estudos e projectos para a implementação do Parque Industrial das Ginjas, do Parque Industrial de Machico e do Parque Industrial do Porto Santo;
- Continuação dos trabalhos de construção do Laboratório de Metrologia (projecto co-financiado pelo PEDIP II), com vista ao apoio à gestão da qualidade industrial;
- Concessão de apoios através dos sistemas de incentivos em vigor;
- Apoio à reestruturação do artesanato regional, de modo a diversificar mercados e a manter os actuais;
- Prosseguimento de acções de promoção institucional no exterior e concessão de apoio a acções promocionais à exportação de artesanato, tendo em vista incentivar a presença dos agentes económicos em feiras e exposições/missões comerciais, apoiar a prospecção de mercados e a elaboração de material publicitário;
- Disponibilização de apoio técnico às empresas do sector do artesanato e organização de acções de formação profissional dirigidas a activos da área do artesanato.

O **sector do comércio** assume especial relevância na Região, representando cerca de 11,5% do VAB em 1994.

O tecido empresarial é constituído por empresas de pequena dimensão. Em 1995, as empresas com menos de 5 pessoas ao serviço representavam 57% no comércio por grosso e 87% no comércio a retalho. De registar, no entanto, que entre 1990 e 1995, a dimensão média das empresas, em termos de pessoal ao serviço, havia aumentado no comércio a retalho, enquanto no comércio por grosso a evolução foi inversa. Para esta evolução terá contribuído o surgimento de um considerável número de superfícies comerciais de média dimensão no comércio a retalho e uma redução acentuada do pessoal ao serviço nas empresas de comércio por grosso.

Nos últimos anos ocorreram mudanças profundas no sector do comércio, as quais confrontaram as empresas com novos e permanentes desafios.

A globalização dos mercados e a concretização da União Económica e Monetária contribuirão para facilitar, ainda mais, o comércio transfronteiriço e, conseqüentemente, para intensificar a concorrência.

O maior afluxo de capitais ao sector, com a constituição de grupos de maior dimensão a nível da distribuição, operando em redes, vêm alterando os equilíbrios existentes. Por

outro lado, assiste-se à emergência de formas alternativas de comércio, de âmbito global, como sejam a venda por catálogo e, sobretudo, a venda electrónica (via Internet).

Estas tendências, embora não devam substituir completamente os métodos de comércio tradicionais, terão um impacto directo sobre o tipo de emprego existente no sector, os requisitos de formação e a competitividade.

Assim, importa reforçar a capacidade competitiva do sector, promover uma adequada articulação com os restantes sectores, de modo a favorecer um aumento global da competitividade da economia, e assegurar uma resposta satisfatória às necessidades da generalidade dos consumidores.

Tendo em vista a modernização do sector comercial, as **linhas de actuação** prioritária para 1999 são as seguintes:

- Promover a melhoria da competitividade das empresas e o ambiente de eficiência empresarial;
- Proporcionar acções de formação e informação, quer internamente, quer externamente, com vista à promoção e divulgação dos produtos, serviços e empresas da Região;
- Prosseguir o esforço de criação de infraestruturas de comercialização.

As principais **medidas** a implementar em 1999 são:

- Concessão de apoios no âmbito dos sistemas de incentivos em vigor e, particularmente no quadro do PROCOM, ao desenvolvimento de projectos de urbanismo comercial (Despacho Conjunto da SRPC e da SRECE, de 20 de Agosto de 1998), apoio estratégico às estruturas associativas do sector, a projectos de dinamização integrados, e a projectos enquadráveis no programa especial de apoio às microempresas comerciais (SAMEC);
- Implementação do "Observatório do Comércio", em colaboração com as associações empresariais, com o objectivo de conhecer, em tempo oportuno, a situação do sector e de promover medidas adequadas.

No âmbito das **actividades económicas, em geral**, estão previstas ainda as seguintes acções:

- Apoios a estruturas associativas empresariais, de modo a possibilitar o desenvolvimento de diversas iniciativas que favoreçam o crescimento e modernização do tecido empresarial regional;
- Desenvolvimento de acções de cooperação empresarial visando designadamente a inserção em redes de parceria europeias, a troca de experiências, a detecção de oportunidades de negócio, a captação de investimento estrangeiro e o estabelecimento de *joint-ventures*, nomeadamente através do Madeira Tecnopolo e das associações empresariais;
- Implementação de acções de promoção dos produtos regionais, com vista ao incremento da procura, quer no mercado regional, quer no mercado exterior;
- Desenvolvimento de um programa de informação e divulgação relativo ao exercício da actividade económica (PIDAE) e criação de um Centro de Formalidades de Empresas, promovido pelo Centro de Empresas e Inovação da Madeira, tendo em vista integrar, num único espaço, todos os serviços necessários à constituição legal de empresas, reduzir os prazos dos correspondentes processos e diminuir a carga burocrática e administrativa nos actos legais empresariais;
- Criação de um Sistema de Informação Geográfica sobre a actividade comercial e industrial;
- Realização de acções de sensibilização e de informação sobre a importância da inovação na promoção da competitividade;
- Realização de estudos, no âmbito da IC PME, nas áreas do turismo, comércio, incluindo o electrónico, e construção civil, tendo em vista a fundamentação de estratégias visando o aumento da competitividade empresarial;

Implementação de acções visando o desenvolvimento de estruturas de apoio à criação de empresas inovadoras, nos sectores de serviços e/ou de indústrias não poluentes, bem como disponibilização de serviços básicos de apoio à actividade empresarial e de serviços avançados de consultoria nas áreas da gestão e da tecnologia.



## 2.5. TURISMO

A actividade turística tem apresentado uma evolução positiva nos últimos anos, contribuindo de forma significativa para a aceleração da actividade económica regional.

Os principais mercados de origem de visitantes continuam a ser os mercados alemão, britânico e português, representando, no seu conjunto e no período em referência, cerca de 61% do número total de visitantes. No primeiro semestre de 1998 o número total de visitantes e de dormidas geradas, registaram acréscimos em relação ao período homólogo anterior, de 8,2% e 6,7%, respectivamente.

A taxa média de ocupação dos alojamentos turísticos tem registado acréscimos significativos nos últimos anos. No primeiro semestre de 1998 aquela taxa situou-se nos 64%, representando um aumento de 1,6 p.p. relativamente ao período homólogo anterior. Registe-se que os "hotéis-apartamentos", cuja taxa média de ocupação em Junho de 1998 (valores acumulados) rondou os 74,8%, foi a categoria de alojamentos turísticos que apresentou uma taxa de ocupação mais favorável.

Relativamente à oferta turística, também tem-se verificado uma evolução positiva. A capacidade total de alojamento, que em 31 de Dezembro de 1997 era de 19364 camas, passou para 19477 camas em Junho de 1998. Este aumento foi explicado, principalmente, pelas categorias "hotéis-apartamentos", "pousadas" e "estalagens". Estas categorias vêm adquirindo uma maior importância relativa, contribuindo deste modo para a contínua diversificação da oferta de alojamentos turísticos observada nos últimos anos.

Estima-se para os próximos dois anos um aumento de 3 225 camas, em resultado das obras de construção em curso, o que conjuntamente com os novos projectos aprovados (com uma capacidade prevista de, aproximadamente, 4666 camas), deverá traduzir-se num acréscimo significativo da oferta turística a curto prazo.

As receitas dos estabelecimentos hoteleiros totalizaram 16,7 milhões de contos, em Junho de 1998, o que representou um crescimento de cerca de 7% em relação a igual período do ano anterior (15,5 milhões de contos). Saliente-se que no total do ano de 1997, as receitas dos estabelecimentos hoteleiros atingiram 30,9 milhões de contos.

No pressuposto de que a sustentabilidade do crescimento do sector turístico implica a conservação dos valores ambientais, bem como uma expansão controlada e selectiva, consideram-se como **objectivos prioritários** para 1999:

- Recuperação de mercados e clientes tradicionais que se têm retraído em resultado do elevado fluxo de obras de construção, nomeadamente no sector hoteleiro;
- Aumento das quotas de mercado e sua diversificação, com aposta nos mercados mais promissores;
- Aumento do volume de receitas turísticas;
- Diversificação e qualificação do produto turístico como destino de excelência.

Para a prossecução destes objectivos, as **principais medidas** a implementar em 1999, são as seguintes:

- Promoção do destino turístico, nomeadamente com o recurso a agressivas campanhas de publicidade a nível nacional e internacional e a acções promocionais - seminários, semanas da Madeira, "workshops", etc. - dirigidas aos principais mercados;
- Promoção de programas de animação, tendo em vista o aumento e enriquecimento do calendário de eventos, apoiando projectos inovadores em matéria de lazer e ocupação de tempos livres, com especial incidência no aproveitamento das condições naturais da Região;
- Acções que visem a consolidação dos nichos de mercado já identificados - congressos e incentivos, golfe, passeios a pé e ecoturismo para a ilha da Madeira e praia e saúde para a ilha do Porto Santo;
- Regulamentação da actividade de restauração, através de medidas relativas à qualidade da prestação de serviços e às regras básicas de higiene e saúde na confecção de alimentos;
- Acções de formação e aperfeiçoamento profissional, que se traduzam no aumento do nível de qualificação profissional e consequente melhoria de prestação de serviço;
- Desenvolvimento de projectos na área de estudos e planeamento turístico, como sejam o "Inventário de Recursos Turísticos", o "Estudo sobre o Impacto do Turismo no PIB da RAM" e o "Plano de Ordenamento Turístico".

## 2.6. ENERGIA

No sector da energia têm vindo a ser desenvolvidos esforços no sentido de atenuar a excessiva dependência dos produtos petrolíferos, os quais representavam, em 1995, 87,6% da procura de energia primária originada internamente. Entre 1990 e 1995 a contribuição dos produtos petrolíferos para a satisfação da procura sofreu um acréscimo de 3 pontos percentuais. Esta evolução foi determinada, em grande medida, pelos elevados aumentos registados nas gasolinas e no gasóleo, os quais foram originados, principalmente, pelo crescimento acentuado verificado no sector dos transportes, quer por via da expansão do parque de viaturas particulares, quer devido ao crescimento das principais actividades económicas utilizadoras destes combustíveis (transporte de mercadorias, construção civil, turismo). O fuelóleo que, em termos energéticos, representava 35,4% da procura de produtos petrolíferos em 1995, registou também um aumento acentuado em valores absolutos. Este combustível destina-se, numa elevada percentagem, à produção de energia eléctrica de origem térmica.

No entanto, a partir de 1996, com a entrada em funcionamento da Central Hidroeléctrica dos Socorridos e o conseqüente reforço da componente hídrica do sistema electroprodutor, a participação dos recursos regionais (que era de 12,4% em 1995) terá beneficiado de um sensível acréscimo. Com efeito, entre 1993 e 1997 verificou-se um reforço da participação dos recursos renováveis na produção de energia eléctrica em cerca de 4 pontos percentuais.

A Região dispõe de um potencial significativo de fontes energéticas renováveis (nomeadamente hídrica, solar, eólica e biomassa), o qual poderá ter um grande desenvolvimento no futuro. Assim, tendo em vista prosseguir a valorização das energias renováveis, estão a ser desenvolvidos estudos e projectos, nomeadamente no domínio do aproveitamento da energia eólica e hídrica.

A nível da utilização racional de energia, tem vindo a ser incentivada a redução dos consumos, através do recurso a sistemas de gestão e equipamentos mais eficientes em diversas actividades económicas e também no sector doméstico.

A política a prosseguir em 1999, visa a redução da dependência energética do exterior, através da valorização dos recursos energéticos locais e da utilização racional de energia, bem como a atenuação dos sobrecustos energéticos resultantes da situação insular e a garantia de um aprovisionamento e abastecimento energético de qualidade.

Para a consecução destes objectivos continuará a ser promovida e incentivada a valorização dos recursos regionais e a utilização racional de energia, bem como a redução dos custos energéticos (económicos e ambientais). Serão ainda desenvolvidas acções no sentido da criação de um centro logístico de abastecimento de combustíveis.

## **2.7. TRANSPORTES**

A nível das **infraestruturas rodoviárias** tem sido desenvolvido, nos últimos anos, um significativo esforço de investimento, visando o reforço generalizado dos níveis de acessibilidade interna e a compatibilização da rede viária regional com a procura de transporte a médio e longo prazo. A concretização de uma rede hierarquizada de acessibilidades internas constitui, também, um factor fundamental de estruturação física do território.

Com os investimentos que se vêm realizando na melhoria da rede viária pretende-se, igualmente, contribuir para a redução das assimetrias regionais, a diminuição de custos para os agentes económicos, a redução de custos associados ao tráfego em trânsito e a melhoria dos circuitos turísticos.

A estratégia que tem vindo a ser prosseguida assenta na implementação de várias medidas, nomeadamente:

- Construção de novas vias com características de vias-rápidas e sua articulação com a rede viária envolvente (de que se destacam os projectos incluídos no eixo viário Machico - Ribeira Brava que é classificado como eixo de 1º. nível na hierarquia da rede regional);
- Construção de novas ligações mais rápidas e seguras ao Norte da Ilha da Madeira, as quais permitirão um mais rápido e seguro acesso àquela zona, com grandes benefícios para as suas populações;
- Melhoria da acessibilidade às zonas mais interiores e isoladas;
- Requalificação da rede viária, em termos de sinalização e segurança;
- Melhoria das condições de operacionalidade da rede em serviço.

Das **acções** a realizar em 1999 destacam-se:

- Continuação dos trabalhos de construção da 2ª. fase da Circular à Cidade do Funchal à Cota 200 — troço entre o Nó João Gomes e o Nó da Saída Oeste — e os trabalhos da 2ª. fase da Via-Rápida Funchal-Aeroporto correspondente ao troço entre a Cancela e o Aeroporto;
- Construção das novas ligações ao Norte da Ilha, através do Túnel Rodoviário da Encumeada e do Túnel do Norte (este último incluído na Via Expresso Machico-Faial);
- Construção das novas ligações entre o Paúl do Mar e o Jardim do Mar, da nova ligação entre a Calheta e os Prazeres e da 2ª. fase da variante à ER 102, na freguesia da Camacha;
- Prosseguimento de diversos programas de beneficiação e de requalificação da rede viária regional em termos de segurança e condições de circulação, salientando-se, neste âmbito, a correcção do traçado da ER 101 entre a Tabua e a Ponta de Sol e a beneficiação do troço da ER 101 entre S. Vicente e o Porto Moniz.

No **sector marítimo-portuário**, as principais carências existentes concentram-se, essencialmente, na área das infraestruturas e equipamentos portuários e das infraestruturas de suporte ao desenvolvimento das actividades de lazer e de recreio. Os investimentos a realizar deverão incidir, principalmente:

- na transformação do Porto do Funchal em porto de destino de cruzeiros, sendo transferidas, gradualmente, as actividades ligadas à pesca e à carga/descarga de mercadorias, convencional e contentorizada, para as infraestruturas a construir no Caniçal;
- na criação de infraestruturas adequadas à descentralização das actividades turísticas, de lazer e de recreio ao longo de todo o Litoral da Região.

Tendo em conta a análise da situação actual do sector, as actuações ao nível do investimento deverão dirigir-se, prioritariamente, para a concretização dos seguintes grandes **objectivos**:

- Revitalização urbanística do Porto do Funchal, de modo a torná-lo competitivo a nível do mercado internacional de cruzeiros;
- Transferência, de modo progressivo, da movimentação de mercadorias do Porto do Funchal para o Porto do Caniçal;

- Modernização e recuperação das infraestruturas e equipamentos portuários existentes;
- Promoção do ordenamento da zona litoral da RAM;
- Desenvolvimento de infraestruturas marítimo-turísticas em diversos concelhos da Região, a fim de dinamizar as actividades náuticas de recreio e criar pólos turísticos mais atractivos.

Na prossecução destes objectivos, as intervenções incidirão, principalmente, em duas grandes áreas: a das infraestruturas portuárias e a de apoio à actividade produtiva.

As zonas de intervenção a privilegiar serão: Porto do Funchal, Porto do Caniçal, Calheta, Machico e Porto Santo.

Os programas de investimento considerados necessários para a realização dos objectivos definidos são os seguintes:

- Manutenção e protecção das infraestruturas portuárias
- Infraestruturas marítimo-turísticas
- Melhoramento de pequenos portos
- Infraestruturas e equipamentos de apoio à actividade portuária
- Revitalização urbanística do Porto do Funchal
- Zonas Balneares
- Protecção e defesa costeira e de águas marítimas
- Informatização dos serviços da APRAM
- Infraestruturas portuárias do Caniçal

No âmbito dos programas que visam a revitalização urbanística do Porto do Funchal, de modo a torná-lo atractivo e competitivo a nível de mercado internacional de cruzeiros, destacam-se os projectos de construção das Infraestruturas Marítimo-Turísticas do Porto do Funchal, de remodelação da rede de águas e de construção do sistema de esgotos do Porto do Funchal e ainda o projecto de construção da Gare Marítima do mesmo porto.

Para a transferência, de forma progressiva, da movimentação de mercadorias do Porto do Funchal para o Porto do Caniçal conta-se, principalmente, com a concretização da 1ª. fase da construção do Molhe Exterior do Terminal Marítimo do Caniçal.

A modernização e recuperação das infraestruturas e equipamentos portuários existentes implica um grande esforço financeiro e disponibilidade de recursos da APRAM. A concre-

tização deste objectivo passa pela realização dos programas de manutenção e protecção de infraestruturas portuárias, de construção/melhoramento de portos, de construção e aquisição de infraestruturas e equipamentos de apoio à actividade portuária, de criação de zonas balneares e de protecção e defesa costeira e de águas marítimas.

Dos projectos a concretizar no âmbito daqueles programas destacam-se, pela sua importância em termos orçamentais e pelo volume de obras envolvido, a construção da 2ª. fase do Cais da Calheta, a 2ª. fase da Ampliação do Cais de Machico e a Aquisição de um Guindaste Portuário.

Através de interacção dos programas de Infraestruturas e Equipamentos de Apoio à Actividade Portuária e de Informatização dos Serviços da APRAM com os projectos de construção dos Terminais Roll on- Roll off nos Portos do Funchal e do Porto Santo, entre outros, pretende-se racionalizar os recursos existentes, de modo a incrementar o nível de produtividade e reduzir os encargos portuários.

Para a promoção do ordenamento da zona litoral da RAM, estão já em fase de elaboração os Planos de Ordenamento da Orla Costeira de todo o litoral das Ilhas da Madeira e do Porto Santo.

Finalmente, tendo em vista dinamizar as actividades náuticas de recreio e criar pólos turísticos mais atractivos, serão realizados investimentos no âmbito de diversos programas, dos quais se destacam a construção das Zonas Balneares da Madalena do Mar, da Ponta Delgada e de S. Jorge.

Relativamente às **infraestruturas aeroportuárias**, será dada continuidade aos trabalhos de ampliação do Aeroporto do Funchal, os quais visam dotar a Região de um aeroporto intercontinental. Este projecto, da responsabilidade conjunta dos Governos da República e Regional e da ANAM, EP, tem beneficiado de comparticipação financeira da União Europeia.

## **2.8. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**

No sentido de alargar as competências e capacidades em I & D, têm vindo a ser implementadas medidas visando o reforço de estruturas já existentes, a formação de recursos humanos e a criação de bases para um maior desenvolvimento futuro no domínio científico e tecnológico.

O esforço público tem vindo a ser dirigido essencialmente para o investimento em estruturas de apoio à actividade produtiva (particularmente à agricultura e silvicultura, à pesca e aquicultura), ao desenvolvimento das ciências do mar, à conservação de recursos naturais e à preservação do ambiente, à investigação clínica e epidemiológica e à certificação, gestão e controlo de qualidade.

Com a criação da Universidade da Madeira, do Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira (CITMA), do Madeira Tecnopolo e de um centro de inovação empresarial, as actividades de I & D deverão ganhar uma maior dinâmica, devendo ainda ser criadas condições para a criação de "massas críticas" necessárias à viabilização de novos desenvolvimentos daquelas actividades e para a potenciação de sinergias e de relações de parceria, nomeadamente através da cooperação científica e tecnológica, quer a nível regional, quer com instituições nacionais e internacionais.

A política a prosseguir no domínio da investigação e desenvolvimento tecnológico continuará a orientar-se preferencialmente para a criação de capacidades científicas e tecnológicas vocacionadas para a valorização económica de recursos regionais, para a preservação do património natural, para a melhoria da eficiência da base empresarial e produtiva, para a melhoria do sistema educativo e para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social.

Assim, as principais **linhas de actuação** para 1999 continuarão a ser as seguintes:

- Criar condições de atracção e retenção de capacidades científicas e tecnológicas;
- Prosseguir o esforço de investimento em infraestruturas de I & D;
- Continuar a desenvolver acções de formação avançada de recursos humanos e promover a mobilidade dos investigadores;
- Apoiar o desenvolvimento da base do sistema de C & T da Região e promover a estruturação e mobilização de capacidades para a inovação e o desenvolvimento regional;
- Promover a cultura científica e tecnológica, estimulando o interesse da sociedade geral, e em especial dos mais jovens, pela C & T.

As **acções** a desenvolver em 1999, da responsabilidade de organismos da Administração Regional, foram já referidas, na sua maior parte, no âmbito das políticas relativas à Agricultura e Pecuária, às Florestas, às Pescas e Aquicultura, aos apoios à actividade



económica, em geral, à Energia, ao Ambiente e à Sociedade da Informação. No âmbito das actividades do Laboratório Regional de Engenharia Civil serão desenvolvidos sistemas de informação estatística e acções de investigação nos domínios dos recursos naturais e energias renováveis, em cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais, bem como investimentos e outras acções visando o desenvolvimento de actividades de apoio à indústria da construção, em termos da prestação de serviços no quadro do Sistema Nacional de Gestão da Qualidade.

## **2.9. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

A implementação da sociedade da informação constitui um importante desafio para a Região, pretendendo-se tornar a Madeira numa região piloto neste domínio, tanto a nível nacional como internacional.

Segundo o conceito expresso no Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, a expressão "Sociedade da Informação refere-se a um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades do cidadão e das empresas, desempenham um papel central na actividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais".

A nível europeu, a Declaração de Viena, apresentada no Forum sobre a Sociedade de Informação, realizada a 13 de Novembro de 1998, no âmbito da conferência "Information Society Bringing Public Administration Closer to the Citizens in the Digital Age (ISBACC)", delineou 6 objectivos e um conjunto de recomendações para os atingir, numa perspectiva de aproximação das administrações públicas ao cidadão. Esses objectivos são os seguintes:

- Estabelecer uma clara definição dos direitos do cidadão em termos de informação pública;
- Prover, de forma generalizada, os serviços públicos de meios electrónicos suficientes e tornar universalmente disponível a informação pública a todos os cidadãos;
- Promover a parceria estratégica entre o sector público e privado;
- Disponibilizar a informação pública a um preço mínimo acessível que possibilite a sua utilização pelo cidadão;

- Estimular a identificação e difusão das melhores práticas através de iniciativas pan-europeias;
- Promover a avaliação contínua das acções implementadas, com o objectivo de reforçar a capacidade de identificar prioridades e estrangulamentos.

Dadas as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação para aceder ao conhecimento e aos mercados, e considerando os desafios para qualificar a economia regional e ganhar competitividade na nova divisão internacional do trabalho que vem emergindo, a Região tem vindo a atribuir importância estratégica às áreas ligadas à sociedade da informação.

Neste sentido, foi criado em 1998 o Núcleo Estratégico da Sociedade da Informação (NESI), que constitui um órgão de participação e consulta, o qual visa apoiar a Administração Pública Regional na formulação, implementação e coordenação da política definida para a Sociedade da Informação.

Tendo em vista promover o desenvolvimento da Sociedade da Informação, será implementado o Programa Info-Madeira 2006 — Plataforma Internacional de Conteúdos Digitais e Novas Tecnologias, estando os correspondentes estudos a ser elaborados pelo Polo Científico e Tecnológico da Madeira — Madeira Tecnopolo. Este programa procura explorar as oportunidades oferecidas por esta nova forma de organização da sociedade, particularmente em áreas estratégicas para o desenvolvimento da Região — educação, turismo, cultura e comércio electrónico.

A par dos **investimentos** e **acções** a serem desenvolvidos pelos diferentes sectores, destacam-se em 1999:

- Desenvolvimento de estudos e de acções no âmbito do Programa Info-Madeira 2006 — Plataforma Internacional de Conteúdos Digitais e Novas Tecnologias;
- Início do projecto “Academia Internacional de Arte e Tecnologia”, cujos objectivos principais são, nomeadamente, criar e desenvolver, na RAM, um centro de excelência mundial, utilizando o conceito de “inteligência conectiva”;
- Continuação dos projectos em curso, nomeadamente dos projectos TOURIST e NETUR (direccionados, respectivamente, para a criação de uma base de dados e para a promoção do comércio electrónico no domínio do turismo) e do projecto NESUS,

relativo à criação de uma base de dados da História das Ilhas Atlânticas, que permitirá a digitalização de 2500 imagens relativas à História da Região.

O ano de 1999 será crucial em termos de preparação para os problemas informáticos decorrentes da passagem do milénio (ano 2000). Com efeito, face ao uso alargado de sistemas informáticos, deverão ser introduzidas adaptações em tempo útil, de modo a evitar consequências gravosas para o normal funcionamento das organizações, as quais, no limite, poderão traduzir-se numa total paralização dos sistemas de informação.

Este fenómeno pode afectar muitos aspectos da vida quotidiana, nomeadamente os relacionados com os transportes, o sistema financeiro, os serviços públicos, incluindo os serviços de saúde, e o sector energético.

A nível regional foi já criada uma *task-force*, liderada pela Direcção Regional de Informática, para impulsionar acções de promoção e sensibilização sobre este problema. Dada a importância desta questão, urge implementar acções imediatas, quer a nível da Administração Regional, quer a nível do tecido empresarial.

## **2.10. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

A valorização dos recursos humanos continua a ser considerada como um dos vectores prioritários da política de desenvolvimento, o que é perceptível não só pela afectação de recursos directos, quer à construção e redimensionamento de infraestruturas, como à aquisição e manutenção de equipamentos e apetrechamento, mas também pela consagração de um esforço financeiro extraordinário à contratação e efectivação dos recursos humanos necessários à implementação de um serviço de qualidade, a que se associa um inequívoco apoio à formação profissional e contínua, quer de docentes como de não docentes, concretizada aquela através da participação em acções de formação (seminários, congressos, cursos de pós-graduação, etc.), quer através da publicação de documentação entendida como necessária e passível de ser publicada e/ou apoiada pelo Governo Regional.

Neste contexto, e num quadro de coerência com as medidas concretizadas e/ou encetadas em anos anteriores, as acções a desenvolver em 1999 inserem-se nas seguintes linhas de actuação:

- AO NÍVEL DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

- Continuar a garantir a expansão da Rede Regional Escolar, nomeadamente através da construção das novas escolas: do Carmo e Marinheira (Câmara de Lobos); da Ponta do Sol; do Porto Moniz; da Ponta Delgada (S. Vicente); do Caniço (Santa Cruz); de São Gonçalo e Boliqueime (Funchal); e do apoio à construção das Escolas particulares: "Atelier Infantil; Cruz Vermelha Portuguesa; Escola Salesiana; Creche Jacinta Pereira d'Ornelas, etc.
- Continuar a promover o redimensionamento e ampliação de Escolas Básicas do 1º Ciclo e de Núcleos do Pré-Escolar, em ordem a assegurar a generalização do projecto Escola a Tempo Inteiro, programa fundamental ao desenvolvimento das crianças que frequentam esses níveis de ensino/educação.
- Assegurar a expansão da Rede Escolar de Educação Especial, através da implantação de Centros de Apoio Psicopedagógico nos 3 concelhos ainda carenciados, bem como garantir a ampliação do Edifício da Quinta do Leme e o lançamento do projecto de educação para deficientes motores.
- Continuar a promover a expansão da rede de laboratórios escolares e de salas específicas e necessárias à profissionalização e à formação tecnológica, de modo a garantir o aumento da oferta de currículos alternativos, na escolaridade básica obrigatória, aos jovens que necessitem e desejem, bem como do 13º ano tecnológico, como etapa crucial à integração no mundo de trabalho dos jovens que não tenham tido qualquer formação desse tipo ao longo da sua escolaridade.

- AO NÍVEL DA FORMAÇÃO

- Continuar a garantir a formação dos professores, em especial nas novas metodologias, bem como nos domínios determinantes para uma Educação potenciadora de uma cidadania consciente e activa dos jovens, o que passa por assegurar essa formação nas áreas das Novas Tecnologias; dos Conteúdos Multimédia; da Saúde; da Cidadania Europeia; do Ambiente; da Sexualidade, entre outros.

- Continuar a apoiar a formação de nível superior e/ou pós graduação, em áreas e sectores considerados fundamentais para o desenvolvimento regional e em que se constatem carências.
  - Assegurar, em associação com a Universidade da Madeira, a Universidade Católica e o Instituto Politécnico do Porto, a formação de docentes, tendo em conta o novo enquadramento legislativo.
  - Continuar a promover a formação qualificante ao nível de todos os sectores da economia regional, em associação com todos os parceiros sociais, visando garantir um cada vez melhor nível de qualidade dos produtos e serviços regionais, com especial incidência na área turística.
- AO NÍVEL DAS ACTIVIDADES
    - Assegurar a participação das escolas madeirenses em projectos europeus de educação e formação profissional.
    - Promover, em associação com instituições particulares de solidariedade social e/ou associações empresariais e/ou sindicatos, a concretização de programas de alfabetização funcional e/ou tecnológica dos trabalhadores das empresas regionais, bem como de desempregados que estejam em situação real ou potencial de exclusão social.
    - Assegurar o alargamento da Rede de Escolas de Currículos Alternativos para jovens em situações de risco.
    - Garantir a afectivação dos projectos de acreditação das empresas regionais de formação profissional, bem como a certificação dos formadores.
    - Continuar a alargar o projecto de despiste de jovens com necessidade educativas especiais quer elas sejam por excesso, quer sejam por defeito de capacidades.

## **2.11. EMPREGO**

O grande objectivo estratégico, em matéria de emprego, passa pela criação de condições que permitam aos madeirenses dispôr de empregos estáveis, qualificados e melhor remunerados, numa perspectiva de valorização de recursos humanos.

A evolução da situação do emprego na RAM tem sido caracterizada por níveis baixos de desemprego, situando-se a taxa de desemprego no 3.º trimestre de 1998 em 3,5%, em contraste com as verificadas tanto a nível nacional como a nível europeu (4,7% e 10,2%, respectivamente).

No entanto, mantém-se a necessidade de se continuar a desenvolver acções que visem a valorização dos recursos humanos, os quais constituem o principal recurso estratégico para o desenvolvimento da Região.

O Plano Regional de Emprego (P.R.E.) propõe-se dar resposta aos problemas, presentes e futuros, que se colocam na área do emprego, integrando-se nos princípios e nas Directrizes para o Emprego, aprovados no Conselho Europeu sobre o Emprego, do Luxemburgo, de Novembro de 1997.

Neste âmbito, os **objectivos** da política regional de emprego orientam-se, fundamentalmente, para os seguintes domínios:

- Combater o desemprego juvenil e facilitar a transição dos jovens para a vida activa;
- Promover a reinserção profissional dos adultos desempregados e prevenir e combater o desemprego de longa duração e a exclusão;
- Elevar o nível de qualificação da população activa, numa óptica de formação ao longo da vida, nomeadamente como factor de prevenção do desemprego;
- Promover o diálogo social e o envolvimento dos parceiros sociais no desenvolvimento de parcerias que fomentem a qualificação, o emprego e a competitividade;
- Fomentar o espírito empresarial e promover e facilitar o processo de criação de empresas e de empregos;
- Defender a igualdade de oportunidades no trabalho e no emprego.

Às medidas que já vinham sendo executadas são agora acrescentadas outras com o objectivo de atingir os objectivos atrás enunciados. As medidas que estão incluídas no P.R.E. agrupam-se nos seguintes Programas:

- Inserção Profissional de Jovens
- Reinserção Profissional de Adultos

- Inserção de Beneficiários de Sistemas de Protecção Social
- Formação Profissional de Activos
- Incentivos ao Desenvolvimento Empresarial
- Desenvolvimento Local de Emprego
- Promoção da Igualdade de Oportunidades

## **2.12. TRABALHO**

O sector do Trabalho tem como objectivo orientador da sua actividade a manutenção de um clima de paz e estabilidade social, indispensável ao harmonioso desenvolvimento económico regional e à melhoria das condições de vida da população madeirense. Neste sentido, a política laboral orientar-se-á de forma a criar condições que permitam aos parceiros sociais encontrar soluções para a defesa dos respectivos interesses, através da negociação e do diálogo tripartido, tendo presente o princípio de que o desenvolvimento económico deve beneficiar, de forma sustentada, a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores, sem perder de vista que a defesa dos postos de trabalho passa pelo reforço da competitividade das empresas, face aos desafios da conjuntura internacional, da globalização e das mudanças aceleradas que se operam na economia e na sociedade em geral.

A concretização deste objectivo apoia-se nas seguintes estratégias:

- Acompanhar o processo de alteração da legislação de trabalho, de modo a salvaguardar os interesses dos trabalhadores da Região;
- Privilegiar a negociação colectiva, como forma de estabelecer as condições de trabalho;
- Prestar apoio técnico às organizações sindicais ou patronais que eventualmente o solicitem, ou dele careçam, nos processos de negociação;
- Reservar a intervenção administrativa no estabelecimento de condições de trabalho para os sectores onde os parceiros não revelem capacidade negocial ou em situações de ruptura irreversível na negociação;
- Zelar pelo rigoroso respeito e cumprimento das normas legais e convencionais do trabalho e manter um sistema de informação sobre os direitos e deveres das partes envolvidas nas relações de trabalho;

- Defender os interesses dos trabalhadores e apoiar as empresas em áreas importantes como a medicina do trabalho e a higiene e segurança nos locais de trabalho;
- Manter a fixação de um salário mínimo diferenciado para a Região, em benefício da população menos favorecida em termos de rendimentos salariais;
- Incentivar o crescimento sustentado dos níveis salariais reais médios, tendo presente a melhoria das condições de vida e de trabalho na Região;
- Promover a realização de inquéritos e estudos no domínio das estatísticas do trabalho;
- Reforçar as iniciativas no domínio da igualdade, através da divulgação de informação sobre a paridade dos direitos e da igualdade de oportunidades no trabalho e no emprego entre homens e mulheres.

### **2.13. JUVENTUDE**

Numa época de rápidas mutações económicas e sócio-culturais que colocam aos jovens desafios acrescidos, estes são elementos fundamentais e protagonistas dessas transformações.

No âmbito da política global e integrada de Juventude, importa debater, reflectir e assegurar a participação dos Jovens em temas e questões do seu particular interesse, por forma a criar condições para o desenvolvimento da sua personalidade e assegurar os meios que lhes permitam uma intervenção activa na Sociedade.

As **opções de política** estratégica, no domínio da Juventude, para o ano 1999, são:

- Participação dos jovens em acções de carácter regional, nacional e comunitário que visem projectos, quer bilaterais, quer multilaterais, de intercâmbio e de troca de saberes, de carácter social e cultural, como contributos para a prevenção primária dos flagelos que assolam a presente Sociedade;
- Desenvolvimento de actividades de ocupação dos tempos livres, no âmbito das quais se integra o Programa Regional «Juventude e Trabalho» como meio de sensibilizar os jovens para uma melhor e maior inserção na Comunidade e no mundo do trabalho;



- Fomento do Turismo Juvenil, através da expansão de uma rede regional de Pousadas de Juventude e a celebração de protocolos com entidades públicas e privadas, a fim de prosseguir os objectivos delineados na orgânica dos Centros de Juventude;
- Aumento das infraestruturas dos Centros de Juventude do Porto Santo e Porto Moniz, com vista a obter uma maior capacidade de alojamento, e criação de áreas vocacionadas para Centros de Informação e Documentação Juvenil;
- Alargamento do circuito de informações e documentação, com a criação de novas instalações, para melhorar a prestação de serviços aos jovens, através do Centro de Informação e Documentação Juvenil do Funchal em espaço próprio, com espólio informativo actualizado e com suporte logístico via internet;
- Continuação do apoio jurídico, financeiro e logístico ao Associativismo Juvenil, em particular ao de ideal escutista e guidista, com a implementação de infraestruturas destinadas a Centro de Formação, a Campo-Escola e Sedes, atendendo à expansão dos movimentos juvenis;
- Prestação de um serviço de atendimento personalizado aos jovens, quer através da linha telefónica «Linha Jovem», quer através do atendimento pessoal realizado por técnicos especializados e respectivo encaminhamento para os serviços/entidades que se revelem adequadas a cada caso;
- Representação em comissões regionais no âmbito da protecção aos menores e de combate às toxicodependências como forma de assegurar a interactividade entre os diversos departamentos governamentais;
- Realização de estudos de âmbito sociológico com o objectivo de efectuar o levantamento da realidade juvenil na sua globalidade e na especificidade das diversas situações, com intuito de delinear estratégias sócio-políticas convergentes com as reais necessidades dos jovens;
- Proporcionar aos jovens o acesso às novas tecnologias de informação, através de cursos de informática de custo moderado, mediante a celebração de protocolos com outros centros nacionais.

#### **2.14. DESPORTO**

As actividades desportivas, nos últimos anos, têm revelado uma dinâmica significativa. O apoio financeiro a associações desportivas e à alta competição, o desenvolvimento do

parque desportivo e a formação desportiva têm sido as áreas de intervenção que mais se evidenciaram.

Assim, no âmbito da política desportiva regional, pretende-se assegurar o acesso generalizado à prática desportiva, incentivar a competição regional, promover a excelência a nível do desporto e explorar as potencialidades de promoção da imagem da Região através do desporto.

A concretização destes objectivos de política passa pelo desenvolvimento das **acções** seguintes:

- AO NÍVEL DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

- Continuar a promover, através da celebração de contratos-programa com clubes e associações desportivas, ou através de apoio directo, o arrelvamento de campos de futebol, a construção de piscinas, tanques de aprendizagem, ginásios e polidesportivos de ar livre, destinados à utilização por desportistas de recreação ou federados.

- AO NÍVEL DA FORMAÇÃO DE AGENTES DESPORTIVOS

- Continuar a assegurar, em colaboração com a Universidade da Madeira, as associações regionais e as federações nacionais, a formação de técnicos desportivos, dirigentes e outros agentes da actividade.

- AO NÍVEL DAS ACTIVIDADES

- Garantir a participação regular dos atletas e clubes desportivos madeirenses nas competições nacionais.

## **2.15. CULTURA**

As intervenções recentes no âmbito da Cultura têm-se centrado na preservação do património móvel e imóvel, na promoção de acções tendentes à dinamização do sector museológico, no apoio a diversas realizações artísticas e culturais e na dinamização das bibliotecas e arquivos, numa perspectiva de descentralização e de acordo com os objectivos delineados para o sector.

Deste modo, e no que respeita ao património arquitectónico, foram classificados diversos imóveis como de "valor local" e "valor regional".

Decorreram, também, iniciativas visando o apoio técnico a obras de restauro em monumentos ou edifícios classificados (de que se destacam as Igrejas da Sé, Igreja do Colégio, Igreja de Santa Cruz e Igreja de Santa Clara), bem como o apoio à elaboração do Inventário do Património Arquitectónico da RAM, no âmbito de protocolos de cooperação com a Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais (DGEMN). Saliente-se a atribuição de apoio técnico e financeiro para a realização de trabalhos de restauro, em cooperação com as entidades eclesásticas, em património móvel e imóvel, nomeadamente os restauros do órgão e telas da Igreja de Santa Clara, a beneficiação do Museu de Arte Sacra, a recuperação arquitectónica na igrejas da Sé, da Calheta e de Santa Cruz, entre outros.

No campo museológico, foram realizados investimentos de maneira a apetrechar o Museu Frederico de Freitas com novas áreas de exposição, com consulta informática do acervo, além de um auditório e cafetaria. A abertura do Núcleo Museológico do Cabo Girão, com uma exposição permanente "Turismo - outros tempos", também veio enriquecer a oferta museológica na Região. Tiveram lugar diversas acções de dinamização dos museus, quer através da promoção de exposições temporárias, quer através de acções específicas para a população estudantil.

Na área das bibliotecas e arquivos deu-se continuidade a acções visando a melhoria das condições de funcionamento destes espaços culturais, nomeadamente na Biblioteca de Documentação Contemporânea e no Arquivo Regional. No âmbito das actividades do Arquivo Regional foi dada continuidade à exposição itinerante "Arquivo Regional da Madeira - Memória Insular Portuguesa", pelas Casas da Cultura, e à edição anual do Boletim "Arquivo Histórico da Madeira".

No que respeita às publicações de reconhecido mérito, procedeu-se à reedição do "Elucidário Madeirense", bem como à edição da revista ISLENHA, que teve no ano de 1998 um número especial, no âmbito da presença da Região na EXPO'98.

Decorreram diversas acções de animação e divulgação cultural, designadamente exposições, conferências, concertos e outros acontecimentos ("Festival de Música da Madeira", " I Festival de Poesia do Porto Santo", lançamento de um CD gravado no órgão da Igreja da Sé, com música e canto, etc.) tendentes a enriquecer a oferta cultural.

Por outro lado, a existência de novos espaços culturais tem propiciado a dinamização das actividades das Casas de Cultura e associações culturais, nomeadamente da Casa de Cultura da Calheta, do Centro Cívico de Animação e Cultura - Edmundo Bettencourt e de dois "centros culturais", no Funchal.

De salientar ainda o trabalho de investigação e conhecimento historiográfico, relativo à História das Ilhas Atlânticas, que o Centro de Estudos de História do Atlântico tem vindo a desenvolver.

Assim, constituem **objectivos prioritários** da actuação para o ano de 1999:

- Valorização do património histórico-cultural da Região;
- Dinamização do sector museológico e das bibliotecas e arquivos (e correspondente acervo cultural);
- Promoção da identidade cultural regional, designadamente com a realização de acções na área da historiografia e da literatura insular;
- Descentralização cultural.

Na prossecução destes objectivos, as principais **medidas de política** para o sector, são as seguintes:

- PATRIMÓNIO
  - Continuação do "Inventário do Património Arquitectónico";
  - Prosseguimento do programa de recuperação e restauro, designadamente ao nível do património histórico-religioso;
  - Apoio a projectos integrados de recuperação, nomeadamente na área do património móvel e imóvel, com a cooperação de equipas técnicas pluridisciplinares.
- MUSEUS
  - Prosseguimento de acções de divulgação e dinamização dos espaços museológicos e Casas de Cultura, bem como de enriquecimento das respectivas colecções.

- ANIMAÇÃO E DIVULGAÇÃO CULTURAL

- Apoio a diversas iniciativas artísticas e culturais de qualidade, no campo da música e das artes plásticas.

- PUBLICAÇÕES

- Continuação do apoio à edição ou reedição de algumas obras de referência nos domínios da historiografia e literatura insular.

- ARQUIVO E BIBLIOTECAS

- Prosseguimento do projecto de actualização e dinamização das bibliotecas e arquivos, nomeadamente através da informatização e da instalação provisória do acervo arquivístico, visando a melhoria da qualidade e eficácia dos serviços.

No domínio do enquadramento legislativo e institucional do sector prevê-se a aprovação de medidas regulamentares nas áreas do Património (adaptação à Região da Lei nº 13/95) e do apoio às actividades culturais (regulamentação das candidaturas a contratos-programa, protocolos de cooperação, subsídios e bolsas de estudo de índole cultural). Prevê-se, ainda na sequência da aprovação destas medidas legislativas, a criação de condições operacionais para a sua aplicação.

Será estimulada a constituição de Associações Culturais vocacionadas para a valorização da cultura tradicional que congreguem iniciativas e esforços no âmbito das diversas manifestações culturais existentes (folclore, bandas filarmónicas, música tradicional, grupos corais, etc.). O desenvolvimento destas associações representativas da pluralidade de práticas culturais permitirá combater a dispersão de esforços e propiciará a estruturação de projectos coerentes e válidos.

## **2.16. COMUNIDADES MADEIRENSES**

Perante a praticamente inexistente emigração definitiva, o Governo Regional centra a sua acção, em matéria de Comunidades, em dois vectores essenciais:

- Melhoria permanente das condições em que ainda se processa alguma emigração com carácter temporário, apesar de esta também revelar uma tendência decrescente; contactos permanentes com as autoridades das ilhas inglesas do Canal, têm permitido

uma constante melhoria das condições de trabalho e de vida dos madeirenses que ali se deslocam;

- Manutenção de uma presença constante junto dos madeirenses emigrados, através do apoio às iniciativas de Clubes e Associações e também de uma maior divulgação de informação acerca da Região Autónoma, quer através da Comunicação Social quer, mais recentemente, através da própria Internet.

## 2.17. SAÚDE

O sector da Saúde vem revelando importantes mudanças em diversas áreas, nomeadamente as respeitantes ao incremento e melhoria dos serviços e equipamentos, dos recursos humanos e da acessibilidade.

A taxa de cobertura da população pelos Centros de Saúde continua a evoluir favoravelmente. Em 1997, aquela taxa situou-se nos 95%, representando um acréscimo de 2 p.p. relativamente ao período anterior. Embora o número de utentes activos relativamente à população total se tenha mantido relativamente estável, registou-se nos últimos anos uma importante reformulação de diversos serviços e a substituição de alguns estabelecimentos degradados por novas estruturas.

A nível de profissionais de saúde, nos últimos anos, tem vindo a registar-se um forte aumento do número de enfermeiros, técnicos superiores de saúde e técnicos de diagnóstico e terapêutica e um menor acréscimo do número de médicos.

A análise dos principais indicadores de saúde indicia uma evolução favorável das condições de saúde da população, mas revela ao mesmo tempo a necessidade de reforço de acções junto da população em geral, com particular incidência na mulher e na criança, nos grupos jovens, não esquecendo a população idosa, cuja situação apresenta-se mais exigente devido ao aumento da esperança de vida.

A nível de Centros de Saúde, bem como a nível de estruturas hospitalares, continuam a verificar-se insuficiências e/ou inadequações que condicionam o desempenho dos respectivos serviços e profissionais de saúde.

Em 1999, para o sector da Saúde e de acordo com as orientações definidas no Plano de Médio Prazo 1994-99, continuam a constituir **objectivos prioritários**:

- Garantia de igualdade de acesso aos cuidados de saúde;
- Melhoria da qualidade dos cuidados de saúde prestados;
- Melhoria do nível de saúde da população.

Assim, as principais **linhas prioritárias de actuação**, da responsabilidade do **Centro Regional de Saúde**, são as seguintes:

- Acções que visem a promoção da saúde e a prevenção da doença, numa perspectiva, também, de promoção de estilos de vida saudáveis, designadamente através da implementação e reforço de diversos programas regionais: Programa "Luta Anti-Tabágica"; Programa Regional "Saúde Oral"; Programas Regionais de "Rastreio do Cancro da Mama" e "Rastreio do Cancro do Colo do Útero";
- Continuação das acções relativas aos trabalhos de construção de novos Centros de Saúde, com vista à melhoria da acessibilidade a cuidados de saúde em toda a Região;
- Prosseguimento do esforço de investimento com vista à remodelação, beneficiação e ampliação de diversos edificios affectos ao Centro Regional de Saúde, designadamente do edificio sede, de modo a corrigir certas disfuncionalidades existentes;
- Realização de acções que visem o reequipamento e apetrechamento de diversos Centros de Saúde, dotando-os de equipamentos (administrativos, médico-cirúrgicos, laboratoriais, etc.) necessários ao cumprimento das suas funções;
- Prosseguimento das acções de apoio à prestação de cuidados de saúde, nomeadamente no que respeita aos cuidados médicos ao domicílio;
- Continuação do processo de automatização do sistema de informação, no âmbito do projecto "SISRAM", nomeadamente ao nível da recolha de dados e da produção de informação, da distribuição de recursos e do acompanhamento e controlo dos programas de saúde.

As **intervenções prioritárias** a concretizar, em 1999, ao nível das estruturas hospitalares, bem como ao nível das medidas necessárias ao prosseguimento do Plano Director do **Centro Hospitalar do Funchal**, são as seguintes:

- Desenvolvimento de acções no âmbito das infraestruturas de apoio ao CHF, designadamente:

- Adaptação e reestruturação das instalações técnicas, na óptica da sua manutenção, conservação e beneficiação;
- Remodelação e beneficiação do Serviço de Obstetrícia;
- Remodelação e beneficiação da Consulta Externa do Hospital dos Marmeleiros;
- Implementação das acções que permitam a conclusão do processo de instalação do Laboratório de Hemodinâmica e Angiografia Digital;
- Continuação das acções no âmbito da aquisição de diverso equipamento para vários Serviços, no sentido de:
  - melhorar as condições de atendimento e acolhimento dos doentes;
  - modernizar os serviços de apoio às áreas médicas, nomeadamente através da aquisição de diverso equipamento comum aos Serviços de Medicina e de Cirurgia;
  - modernizar os meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica ao dispôr dos profissionais de saúde;
- Desenvolvimento de projectos que visem a implementação do Plano Director do CHF, designadamente no que respeita à transferência do Serviço de Medicina Física e Reabilitação e à transferência do Serviço de Urgências para instalações mais adequadas;
- Prosseguimento dos projectos técnicos (bem como a abertura do concurso público internacional para adjudicação dos respectivos trabalhos de construção e remodelação) necessários à implementação do projecto de adaptação e remodelação do Hospital Dr. João de Almada, com vista à criação de condições adequadas para o internamento de longa duração;
- Continuação do processo de implementação do SISRAM (Sistema Integrado de Informação na Saúde), designadamente através do aumento da capacidade de hardware e do desenvolvimento de software que permita a automatização das diversas funções, bem como a interligação entre Hospitais e Centros de Saúde.

Para além das intervenções implementadas pelo Centro Regional de Saúde e pelo Centro Hospitalar do Funchal, estão previstas diversas acções com vista à melhoria da qualidade dos procedimentos e da qualidade dos cuidados de saúde prestados à população,



aumentando assim o grau de satisfação dos clientes internos (profissionais) e dos clientes externos (utentes).

Estão, também, previstas acções no domínio da actualização dos recursos humanos do sector, através de programas de formação e aperfeiçoamento profissional que proporcionem formação avançada e fomentem a inovação e qualidade no desempenho dos agentes e funcionários, e simultaneamente a eficácia e eficiência dos serviços a prestar no Serviço Regional de Saúde.

No que respeita ao desenvolvimento de programas de promoção e protecção da saúde, particularmente quanto a situações associadas a elevadas taxas de morbilidade e mortalidade, serão, ainda, reforçadas diversas acções ao abrigo dos vários programas em curso, designadamente os Programas "Prevenção Contra o Cancro" e "Prevenção da SIDA", os projectos "DIABCARE" e "Cartão do Utente", o Programa Regional "Alimentação" e o "Projecto Vida".

No âmbito das relações de complementaridade e da cooperação intersectorial, serão implementadas diversas acções, nomeadamente através do apoio à construção dos quartéis de bombeiros de São Vicente, Ribeira Brava e Porto Santo, bem como do apoio a famílias e instituições particulares que desenvolvam a sua actividade nas áreas da saúde, solidariedade social ou protecção civil.

## **2.18. SEGURANÇA SOCIAL**

Tendo sempre em vista o aumento da coesão social e a melhoria das condições de vida da população, para o ano de 1999 a política de Segurança Social será orientada de acordo com as seguintes linhas de actuação:

- Apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), com vista à criação de diferentes respostas às problemáticas sociais, e promover a descentralização de serviços;
- Incrementar significativamente as respostas dirigidas à população idosa num ano assinalado com sendo o "Ano Internacional das Pessoas Idosas", as quais passam principalmente por:

- Melhoria da qualidade do serviço de ajuda domiciliária, nomeadamente através da criação de estruturas de apoio, como as lavandarias e o fornecimento de refeições, e da descentralização deste tipo de serviço para a responsabilidade das IPSS;
  - Dinamização das estruturas de Centro de Dia e Centro de Convívio do Concelho do Funchal, através da criação dum serviço de transporte para os seus utilizadores;
  - Apoio na criação de pequenos lares, a começar pelo Concelho do Funchal;
  - Apoio na disponibilização de estruturas habitacionais que se destinem a idosos isolados e independentes, contando com a colaboração do Instituto de Habitação da Madeira e das Autarquias.
- Melhorar o serviço de atendimento à população, através de novas ou melhores instalações ao nível de alguns serviços locais;
  - Criar estruturas de intervenção directa nas comunidades com problemáticas específicas, começando em 1999 pelo Concelho de Câmara de Lobos;
  - Promover estudos de caracterização de comunidades consideradas problemáticas para definição de medidas de actuação mais adequadas a cada realidade, sendo considerada, prioritariamente, como comunidade alvo, o Bairro da Nogueira, no concelho de Santa Cruz;
  - Apoiar a criação de novas respostas a problemáticas específicas, tais como estruturas para mães adolescentes e mulheres vítimas de maus tratos na família, para os "sem abrigo" e para os deficientes adultos, complementando o trabalho efectuado pela família;
  - Investir no trabalho directo com famílias problemáticas, promovendo formação mais adequada aos técnicos que com elas trabalham;
  - Modernizar e beneficiar as estruturas dos serviços da Segurança Social no Funchal, no sentido de melhorar as respostas aos que procuram o CSSM.

## **2.19. DEFESA DO CONSUMIDOR**

A protecção dos consumidores, em particular no que à defesa da saúde pública e aos direitos do consumo respeita, continuará a merecer especial atenção por parte do Governo Regional.

Neste contexto, sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outros departamentos, o Serviço de Defesa do Consumidor desenvolverá acções de cariz informativo e pedagógico junto dos consumidores e agentes económicos em geral, no pressuposto de que uma mais ampla e melhor divulgação dos seus direitos e deveres contribuirá para a redução da conflitualidade.

Neste sentido, actuará igualmente em estreita colaboração com os organismos fiscalizadores, visando assegurar os direitos dos consumidores, bem como o cumprimento dos deveres, gerais e específicos, a que, conforme o sector de actividade, se encontram sujeitos os agentes económicos.

Por sua vez, a Inspeção Regional das Actividades Económicas reforçará a sua intervenção em toda a Região Autónoma e em todos os sectores de actividade, privilegiando todavia as acções de natureza preventiva, devidamente programadas, para além da averiguação das queixas e denúncias que lhe forem formuladas.

Prosseguir-se-á também o combate ao comércio ilegal e às infracções contra a saúde pública, reprimindo-se, de forma intransigente, todas as práticas lesivas da actividade económica ou que atentem contra a saúde e a segurança dos consumidores.

## **2.20. HABITAÇÃO E URBANISMO**

A solução dos problemas de habitação das famílias madeirenses, nomeadamente os que se relacionam com o acesso a este bem essencial e com a melhoria do nível qualitativo do parque habitacional, tem constituído um dos grandes objectivos da acção governativa. Essa acção tem sido orientada no sentido de dar resposta integral, nos casos socialmente mais graves, e parcial no caso das famílias cujos rendimentos permitam a resolução do seu problema habitacional por outras vias que não a da habitação social.

O acesso a uma habitação em regime de arrendamento social tem constituído um factor importante para a melhoria das condições de vida das famílias mais carenciadas.

A evolução, no sentido descendente, verificada nas taxas de juro, sobretudo a partir da segunda metade da década de 90, aliada à melhoria dos rendimentos de alguns estratos sociais e às elevadas carências habitacionais acumuladas ao longo de décadas, provocaram uma elevada procura de habitação própria nos últimos anos.

As recentes alterações do regime de arrendamento urbano vêm contribuindo para a reposição gradual da confiança dos agentes económicos intervenientes no processo de arrendamento, o que se tem reflectido numa ligeira expansão deste mercado na Região. No entanto, continua a prevalecer a opção por aquisição de habitação, nomeadamente através de cooperativas.

As principais **medidas** a concretizar em 1999 na solução dos problemas habitacionais são:

- Promoção Directa de Habitação, através da construção de habitação social, pelo Instituto de Habitação da Madeira ou em parceria com as autarquias locais, destinada ao arrendamento pelas famílias com fracos recursos económicos e carências mais imediatas;
- Promoção Indirecta de Habitação abrangendo acções de:
  - apoio a cooperativas de habitação e a instituições promotoras de habitação a custos controlados;
  - cedência de terrenos em direito de superfície para auto-construção;
  - incentivos ao mercado de arrendamento;
  - bonificação no acesso ao crédito.
- Recuperação/Beneficiação do Parque Habitacional, nomeadamente através:
  - do Programa de Recuperação de Imóveis Degradados — PRID;
  - do Regime de Apoio à Valorização da Paisagem — RAVP.

Em paralelo com os programas visando o incremento da oferta de alojamentos, pretende-se assegurar um desenvolvimento harmonioso do tecido urbano, de modo a garantir uma boa vivência urbana e contribuir para a coesão social.

Neste âmbito, destaca-se o apoio à implementação dos PDM e a manutenção de acções de requalificação e renovação urbana, designadamente a do Ilhéu de Câmara de Lobos.

## 2.21. AMBIENTE

Constituem grandes objectivos da política de ambiente a garantia de padrões elevados de qualidade de vida, a adequação ambiental das actividades económicas e a valorização do património natural e da paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

A preservação e melhoria da qualidade do ambiente prende-se, no contexto da Região, particularmente com aspectos relacionados com o saneamento básico, a gestão de resíduos, os recursos hídricos, a prevenção de riscos de erosão e de catástrofes naturais, a qualidade do ar, o ruído e a protecção e conservação da natureza e qualificação do litoral. A existência de um elevado padrão de qualidade ambiental é um factor competitivo essencial para o desenvolvimento da Região, nomeadamente de sectores fundamentais da sua base económica, como é o caso do turismo.

Relativamente às **Águas Residuais Urbanas** será dada continuidade, em 1999, às intervenções em curso em termos da instalação de unidades de tratamento e de adequados sistemas de destino final de efluentes, de acordo com as normas legais vigentes, evitando-se problemas de contaminação no meio receptor. Dessas intervenções destacam-se as que abrangem os aglomerados populacionais do litoral da Ilha da Madeira, cuja dimensão justifique a execução de sistemas de drenagem e destino final de efluentes. Assim salienta-se, no decorrer de 1999, a conclusão das Estações de Tratamento e dos Emissários Finais de Santa Cruz e do Caniço.

O problema da **gestão de resíduos** que afecta generalizadamente as modernas concentrações urbanas, coloca-se de forma mais acentuada em regiões insulares com as dimensões e características das Ilhas da Madeira e do Porto Santo. Este facto decorre principalmente:

- da sua orografia difícil que condiciona a implementação de soluções de confinamento de resíduos;
- do modo de distribuição da população (em que 46% se concentra no Funchal e em que cerca de 60% dos aglomerados têm menos de 200 habitantes), e da importância significativa da população flutuante gerada pelo turismo;

- da reduzida dimensão do mercado local, o que inviabiliza unidades regionais de valorização e/ou reciclagem, dadas as reduzidas quantidades de materiais recicláveis e insuficiência de indústrias que absorvam os materiais reciclados;
- da escassa produção de resíduos especiais, o que torna muito onerosa a adopção de soluções locais de tratamento.

Assim, a Região é confrontada com custos acrescidos para cumprir as mesmas exigências que as regiões continentais ao nível da gestão de resíduos.

A produção de resíduos tem aumentado significativamente ao longo da década de 90, pelo que os actuais sistemas de tratamento e destino final de resíduos existentes na Madeira e no Porto Santo encontram-se desajustados das necessidades decorrentes da situação actual e previstas num horizonte de médio/longo prazo.

Para fazer face aos problemas de gestão e valorização dos resíduos destaca-se, em 1999, a obra de Remodelação e Ampliação da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Meia Serra, a qual compreende um conjunto de intervenções que, para além da valorização energética de resíduos, irão reforçar a flexibilidade do actual sistema de tratamento e destino final, passando a Região a contar com uma central de incineração, uma unidade de compostagem e um aterro de apoio. Assim, será criada uma maior capacidade para fazer face a imprevistos, situações de emergência e picos de produção.

Esta obra insere-se no sistema integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos da RAM (Madeira e Porto Santo), o qual obedece a exigentes requisitos de qualidade ambiental.

Paralelamente, continuarão a ser desenvolvidas campanhas de sensibilização das populações, de modo a obter a sua colaboração no sentido de reduzir as produções, aderir aos sistemas de recolha selectiva e a modelos de consumo sustentáveis.

A gestão optimizada e automatizada dos **recursos do domínio hídrico regional** deve ser perspectivada tendo em conta que se trata de um dos factores estruturantes mais importantes do desenvolvimento da Região. Assim, a água (provavelmente o recurso endógeno regional de maior valor estratégico futuro), deverá ser valorizada e explorada numa lógica de preservação e de racionalidade económica.

Entende-se, pois, como fundamental:

- a criação das infraestruturas capazes de, numa lógica regional e multimunicipal, permitir explorar e preservar o domínio público hídrico, otimizando e disciplinando as utilizações;
- a adopção de um quadro de gestão jurídico - económico que permita disciplinar e rentabilizar a exploração dos sistemas.

O grande **objectivo** deste sector consiste em promover o reforço da qualidade do serviço público de distribuição de água, de acordo com os padrões comunitários e as exigências de uma sociedade moderna.

A concretização deste objectivo, tendo em consideração os interesses do abastecimento público, do regadio, da indústria e da produção hidroeléctrica, implica, de acordo com a estratégia definida, a adopção das seguintes **medidas**:

- construção de novas estações de tratamento de água e interligação das diferentes origens existentes;
- ampliação da capacidade de adução e de armazenamento de algumas infraestruturas urbanas e rurais;
- exploração do potencial hidrogeológico das principais ribeiras;
- construção de infraestruturas destinadas ao armazenamento de água de boa qualidade, disponível no período de Inverno;
- incentivo ao reforço da produção hidroenergética, privilegiando a utilização de fins múltiplos;
- redução das perdas na distribuição;
- reforço do controlo da qualidade;
- revisão dos tarifários.

Entre as **acções** previstas no âmbito do PIDDAR/99, salientam-se as obras que constituem o "Sistema de Interligação das Principais Origens de Água da Ilha da Madeira" (co-financiadas pela União Europeia, através do Fundo Coesão) e as obras (financiadas pelo Banco Europeu de Investimento no âmbito do Contrato "Madeira-Obras de Reconstrução") incluídas na Remodelação do Sistema Adutor e de Tratamento de Água dos Tornos".

Tendo em vista prevenir acidentes naturais, que poderão pôr em causa a segurança de pessoas e bens, bem como reduzir os riscos de erosão, prosseguirão as **acções de correcção torrencial e regularização de cursos de água** salientando-se, no decurso de 1999, a conclusão das obras financiadas pelo Banco Europeu de Investimento no âmbito do contrato "Madeira-Obras de Reconstrução", nomeadamente a canalização da Ribeira de Stº. António, a jusante da Ponte dos Álamos, e da Ribeira de Santa Luzia (troço entre os Horários do Funchal e a Fundoa).

As acções, no âmbito da actividade florestal, de regeneração do coberto florestal em superfícies erosionadas e em áreas atingidas por incêndios florestais contribuem também, de forma significativa, para o objectivo atrás referido.

A **protecção e conservação da natureza** continua a ser uma grande preocupação da política ambiental.

Com efeito, a Madeira possui ecossistemas naturais de grande importância, quer para a sobrevivência da sua população, quer enquanto recurso genético e material de estudo à escala mundial. Destaque especial merece a Floresta Laurisilva - Reserva Biogenética do Conselho da Europa e candidata a Património Mundial Natural da UNESCO. As Ilhas Desertas e as Ilhas Selvagens constituem outras áreas protegidas de grande valia e de interesse reconhecido, não só pelo património natural que encerram, mas também pelo trabalho de preservação da Natureza que se tem vindo a realizar naquelas áreas. Assim, as primeiras são detentoras da classificação de Reserva Biogenética do Conselho da Europa e as segundas do Diploma Europeu para Áreas Protegidas atribuído pelo mesmo organismo.

Estes reconhecimentos internacionais vêm atrair as atenções de um público cada vez mais consciente dos problemas que actualmente se vivem em termos ambientais, mas também mais exigente em termos da qualidade dos produtos que lhe são oferecidos. Se atendermos a que está a aumentar o tempo que as populações dos países desenvolvidos podem dedicar ao lazer, as quais são precisamente as que dispõem de maior poder de compra, fácil é perceber o potencial económico que as nossas zonas naturais encerram em termos turísticos.

Nesta perspectiva é importante não esquecer, contudo, os riscos decorrentes de uma utilização excessiva dos ecossistemas mais frágeis, pelo que é fundamental uma programação cuidadosa das actividades permitidas.



Embora se comece a assistir, a nível da Região, a uma diversificação das actuações no âmbito da educação ambiental, muito ainda há a fazer no sentido da mudança de mentalidades, de modo a tornar os cidadãos mais responsáveis pelo meio que os envolve e mais conhecedores do seu património natural e das formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais.

A União Europeia tem vindo a acompanhar a evolução mundial neste domínio, com a aprovação de diversas directivas e regulamentos que obrigam os Estados Membros a adoptar estratégias de desenvolvimento sustentável. O estabelecimento, nomeadamente, da Rede Natura 2000 e a adopção da Convenção sobre a Biodiversidade, vieram impôr aos vários países regras de conduta a respeitar por todos.

Foram já incluídos na Rede Natura 2000, como Sítios Prioritários para implementação de acções de protecção e conservação do património existente, vários Sítios nas ilhas da Madeira e do Porto Santo (Achadas da Cruz, *habitat* Laurisilva, Ribeira Funda do Seixal, Ilhéu da Viúva, Ponta de S. Lourenço, Pináculo, Maciço Central, Moledos, Pico Branco, Ilhéus do Porto Santo).

Tendo em atenção o acima expresso e com base no conhecimento da realidade regional, a **actuação para 1999** privilegiará duas vertentes:

- Conhecer e melhorar o estado de conservação das espécies e dos ecossistemas insulares, dando cumprimento às normas comunitárias e honrando os compromissos assumidos na adesão às diversas convenções internacionais;
- Sensibilizar as populações para os valores existentes, permitindo-lhes um conhecimento e o disfrute *in loco* do nosso património natural e demonstrando as vantagens das boas práticas ambientais.

As principais **linhas de actuação e medidas** a desenvolver em 1999 são, por domínios de intervenção:

- NO DOMÍNIO LEGISLATIVO E INSTITUCIONAL
  - Proceder à elaboração e fazer aprovar o Plano de Gestão e Ordenamento da Área Protegida denominada "Parque Natural da Madeira" (o qual fundamenta-se num melhor conhecimento das áreas naturais e das alterações entretanto havidas desde a sua criação em 1982);

- Regular o uso de percursos pedonais, actualmente já alvo de grande procura, tendo em vista prevenir situações de ruptura, bem como promover o aproveitamento do potencial económico da actividade que lhe está associada, em benefício das populações locais;
  - Prosseguir a política de aquisição de terrenos do domínio privado que tenham interesse para a conservação de espécies e *habitats* vulneráveis;
  - Prosseguir esforços tendentes à obtenção do reconhecimento internacional para o património regional, nomeadamente através de classificações da UNESCO ou do Conselho da Europa;
  - Dinamizar as actuações no âmbito da CITES (Convenção para o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção) e da Convenção de Berna (Convenção Relativa à Protecção da Vida Selvagem e do Ambiente Natural na Europa), por forma a esclarecer o público sobre os inconvenientes das entradas de determinadas espécies exóticas no meio insular, e controlar o tráfico ilegal.
- NO DOMÍNIO DAS INFRAESTRUTURAS E DOS RECURSOS HUMANOS
    - Criar novos centros de apoio às diversas áreas protegidas que possam funcionar como locais de apoio a actividades de educação ambiental e ecoturismo e melhorar os já existentes;
    - Aumentar os efectivos de técnicos dos serviços para dar resposta ao aumento de competências e das áreas de actuação abrangidas.
  - NO DOMÍNIO DA INVESTIGAÇÃO APLICADA
    - Desenvolver acções visando a melhoria do estado de conservação dos espaços naturais, com a erradicação (ou controle) e monitorização de espécies invasoras ou que possam vir a constituir-se como ameaça, nomeadamente na Deserta Grande, nas Ilhas Selvagens e em áreas da floresta Laurisilva;
    - Aprofundar o conhecimento científico do potencial biogenético, vegetal e animal, dos ecossistemas da RAM e desenvolver acções visando a sua conservação.

- NO DOMÍNIO DA SENSIBILIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES E DO DESENVOLVIMENTO RURAL
  - Diversificar as estratégias de educação e sensibilização dirigidas à população escolar e alargá-las ao resto da população residente e aos turistas;
  - Promover a divulgação dos objectivos e dos resultados dos projectos já realizados, em curso ou a executar no domínio da conservação da natureza, de modo a granjear o apoio da população;
  - Promover a adopção de medidas de conciliação entre as actividades agrícolas e a conservação da Natureza;
  - Apoiar as formas de agricultura respeitadoras do meio ambiente, nomeadamente a agricultura biológica;
  - Apoiar os potenciais beneficiários de incentivos ao desenvolvimento de actividades complementares da agricultura, como sejam o turismo e o artesanato, que se afigurem importantes para a conservação da paisagem.
  
- NO DOMÍNIO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DA DIVULGAÇÃO
  - Promover a participação de técnicos em cursos de formação, visando a actualização de conhecimentos, e em seminários e *workshops* para divulgação dos projectos regionais;
  - Organizar acções de formação temáticas para grupos de profissionais que, pelo papel que ocupam na sociedade, nomeadamente os professores e os guias turísticos, possam servir de elemento multiplicador dos conceitos transmitidos.

Tendo em vista melhorar os instrumentos de gestão ambiental serão reforçados os meios de avaliação, controlo e monitorização, de forma a sustentar o processo de decisão e assegurar informação suficiente para um eficaz controlo sobre o estado do ambiente.

Realça-se, também, a conclusão do Plano Regional da Política do Ambiente, importante quadro de referência em termos da definição de linhas de orientação estratégicas e de prioridades de intervenção, bem como a elaboração de planos de ordenamento da orla costeira.

## **2.22. MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Promover uma administração pública capaz de responder, com eficácia e eficiência, às solicitações de uma sociedade cada vez mais exigente em termos de qualidade, no respeito por uma cultura de cidadania.

Para a consecução deste grande objectivo prevêem-se em 1999, para além da aplicação e acompanhamento das medidas de âmbito nacional, as seguintes actuações:

- Promover e incentivar acções de formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal afecto aos vários serviços da Administração Pública;
- Proceder à actualização tecnológica e à ampliação dos meios informáticos, quer para acesso à informação e apoio à gestão corrente dos vários serviços, quer como suporte de acções mais específicas, como sejam a implementação do Sistema de Informação de Base Geográfica, a aquisição de cartografia digital, a informatização da gestão e acompanhamento do Programa de Investimentos e a continuação do projecto GABMATIC — Correio e Escritório Electrónicos;
- Desenvolver trabalhos previstos no Programa de Actividades do projecto EURISLES, cujo objectivo consiste no estabelecimento de uma rede de informação entre as ilhas pertencentes à União Europeia;
- Executar os inquéritos, correntes e de base, de âmbito nacional e regional, indispensáveis ao conhecimento actualizado da realidade regional, nomeadamente o Inquérito à Produção Agrícola, e desenvolver acções preparatórias das operações censitárias que ocorrerão em 2000 e 2001;
- Preparar a edição de novas publicações estatísticas;
- Prosseguir a realização de acções de apoio ao acompanhamento, gestão e avaliação das várias intervenções com apoio comunitário, em particular o POPRAM II e preparar os novos instrumentos de programação a incluir no QCAIII.

### 3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A realização do Programa de Investimentos da Administração Regional para 1999 implica uma dotação orçamental de 84 045 984 contos.

Cerca de 6 030 mil contos, 7% da dotação global, destinam-se a apoiar as autarquias locais na realização de projectos de investimento considerados relevantes para o desenvolvimento regional.

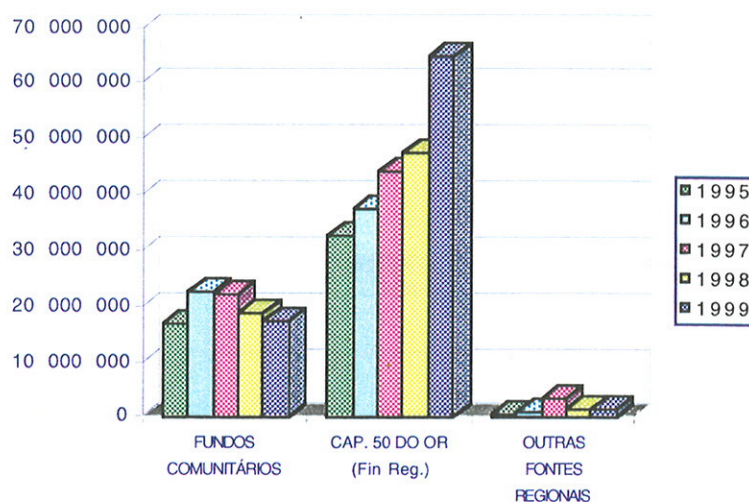
A União Europeia, através dos fundos estruturais e de linhas orçamentais específicas participará em 21% o total do investimento efectuado.

<b>Fontes de Financiamento</b>	<b>Mil Contos</b>	<b>Estrutura (%)</b>
Cap. 50 - Financ. Regional	65 073 074	77,4
Não co-financiado	59 091 898	70,3
Contrapartida interna	5 981 176	7,1
Outras Fontes (Regionais)	1 597 750	1,9
Fundos Comunitários	17 375 160	20,7
<b>TOTAL</b>	<b>84 045 984</b>	<b>100,0</b>

O Sector Público Regional financiará os restantes 79%, sendo o Capítulo 50 do Orçamento Regional a principal fonte.

Aliás, nos últimos anos, as verbas regionais têm vindo a aumentar o seu peso no financiamento do PIDDAR, compensando o decréscimo verificado nas transferências comunitárias, derivado, em parte, do próprio faseamento das obras públicas integradas no QCA 94-99.

**EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO POR FONTES DE FINANCIAMENTO**



A afectação institucional do investimento está relacionada não só com a esfera de competências de cada Secretaria Regional mas também com as prioridades definidas superiormente.

Tal como tem acontecido nos anos anteriores, é a Secretaria Regional do Equipamento Social e Ambiente que detem a maior fatia do orçamento. Cerca de 52 milhões de contos, 62% do total previsto, estão prioritariamente destinados à construção de infraestruturas rodoviárias, à gestão de resíduos sólidos, ao saneamento básico e à promoção da habitação.

Segue-se, por ordem decrescente de valor atribuído, a Secretaria Regional da Educação com 8,7 milhões de contos, sobretudo, por via do apoio ao Emprego, Formação Profissional e Desporto; a Secretaria Regional do Plano e da Coordenação 7,5 milhões de contos, de que 80% são destinados a apoiar as Câmaras Municipais; a Secretaria Regional da Agricultura Florestas e Pescas que canaliza a maior parte do seu investimento, de pouco mais de 7 milhões de contos, para infraestruturas e acções de apoio à produção e comercialização agrícola; a Secretaria Regional da Economia e Cooperação Externa com cerca de 5 milhões de contos, relevando-se em termos de montante atribuído as infraestruturas e equipamentos de apoio à actividade portuária; a Secretaria Regional do Turismo e Cultura, onde se releva o apoio ao desenvolvimento do sector turístico e da cultura regional, detém uma dotação global de 1,8 milhões de contos. Finalmente, nas Secretarias Regionais dos Recursos Humanos e dos Assuntos Sociais e Parlamentares, com cerca de 1 milhão de contos cada, relevam-se os

programas de apoio ao emprego e de modernização das estruturas hospitalares, respectivamente.

Como se pode verificar no quadro abaixo representado, o montante a investir é relevante na área relacionada com a melhoria das acessibilidades, tanto internas, "Construção e Beneficiação de Estradas Regionais" como externas, principalmente no que se relaciona com a optimização dos recursos portuários.

**REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO POR ÁREAS DE ACTUAÇÃO**  
- 1999 -

Áreas de Actuação	Valor (Contos)	(%)
Sectores Produtivos	9 152 442	11
Acessibilidades	25 998 000	31
Valorização dos Recursos Humanos	15 088 885	18
Habitação, Urbanismo e Ambiente	21 878 440	26
Saúde e Segurança Social	2 271 000	3
Sectores de Apoio	3 629 990	4
Investimentos Municipais	6 030 140	7
<b>TOTAL</b>	<b>84 045 984</b>	<b>100,0</b>

Cerca de 26% do PIDDAR destinam-se à resolução de problemas de saneamento básico e de tratamento dos resíduos sólidos, à promoção da habitação, ao ordenamento urbanístico e à defesa e protecção ambiental.

Para os sectores mais directamente relacionados com a valorização dos recursos humanos. (Emprego, Formação Profissional, Educação, Desporto e Cultura) está previsto um montante de 15 089 milhares de contos, o que representa cerca de 18% de despesa total.

A contribuição para o fortalecimento do tecido económico materializar-se-á com os cerca de 9 milhões de contos a investir nos sectores produtivos através do apoio ao desenvolvimento da agricultura, do turismo, dos sectores industrial e comercial e dos sistemas de apoio directo ao investimento privado.

Os sectores de apoio, cujo investimento representa cerca de 4% do total, abarcam as áreas relacionadas com a modernização da administração pública, investigação científica e desenvolvimento tecnológico e a informação científica e técnica.

Para apoiar os municípios o Governo Regional dispõe de 6 030 140 contos o que equivale a 7% da despesa prevista no PIDDAR 99.

Esta verba destina-se a financiar projectos de investimento local, relevantes para o desenvolvimento integral da RAM, alvos de contratos programa assinados com as câmaras municipais ou de financiamento comunitário, estando, neste último caso, salvaguardada a respectiva contrapartida regional. Na sua grande maioria são projectos de construção e conservação de estradas e caminhos municipais, cujo valor global representa 81% do apoio. Do restante, relevam-se com 12% do total da dotação, as infraestruturas urbanísticas e de saneamento básico e o apoio à gestão de resíduos sólidos.

Conforme o Quadro II - "Repartição Sectorial do Investimento por Fontes de Financiamento" e o gráfico correspondente, o investimento previsto para os sectores "Emprego e Formação Profissional", "Turismo" e "Apoios" beneficiará maioritariamente do apoio comunitário: as fatias correspondentes equivalem respectivamente a 91,4, 80,7 e 76,4 por cento.

Tal facto prende-se, por um lado, com a existência, nestes sectores, de um maior volume de despesa elegível aos fundos comunitários e, por outro lado, com a inexistência de "plafond" no actual QCA levando a um maior esforço financeiro regional.

Dos 17 375 160 contos que constituem a ajuda Comunitária de 75% estão centralizados nos três seguintes sectores: Habitação e Urbanismo (36%), Emprego e Formação Profissional (27%) e Agricultura, Sivicultura e Pecuária (12%).

O Turismo e os "Apoios" ao sector produtivo e a "Informação Científica e Técnica", seguem-se-lhes com cerca de 3% do total daquele montante.





Quadro II

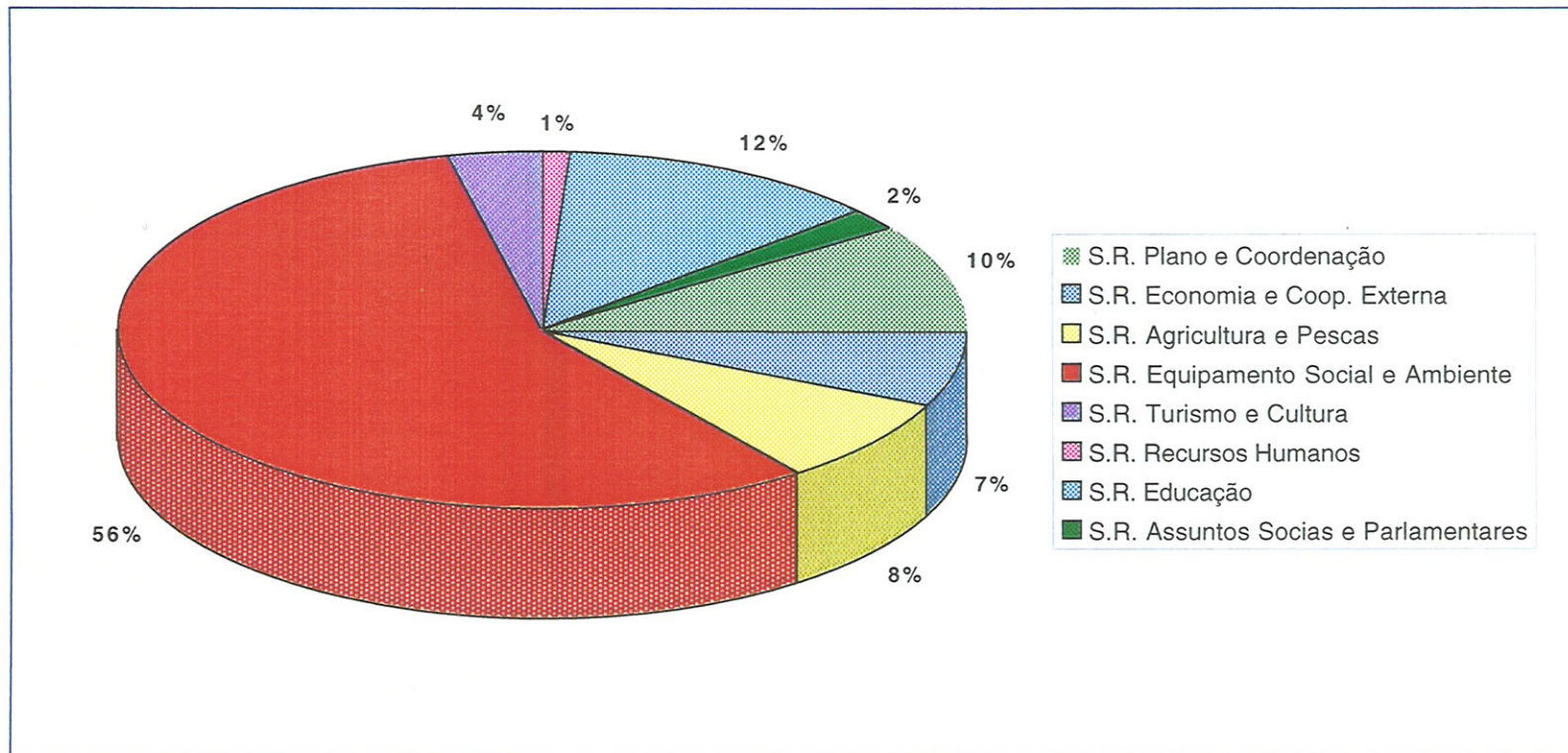
PIDDAR 1999  
REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO POR FONTES DE FINANCIAMENTO

(Milhares de Contos)

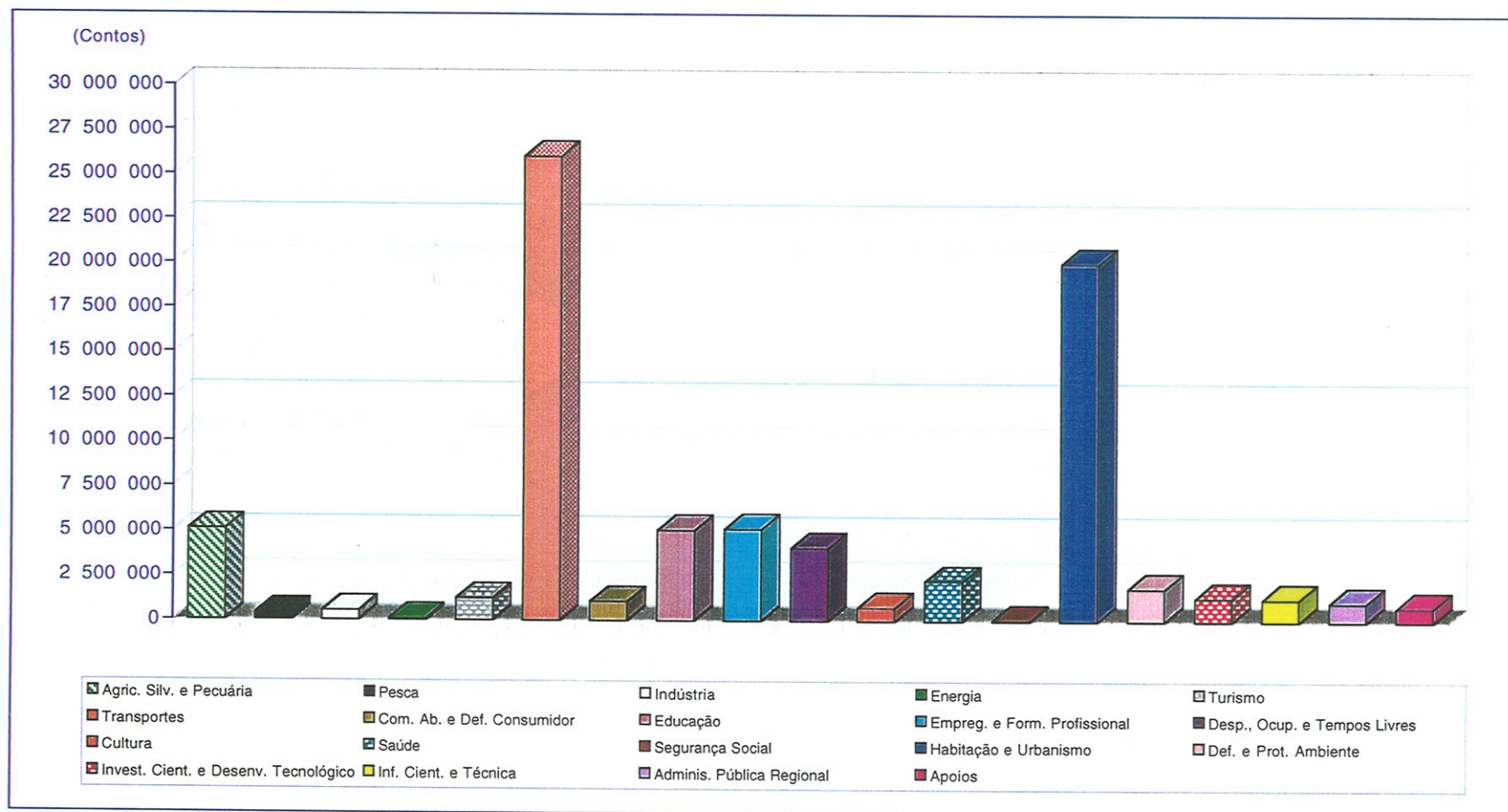
SECTORES	FINANCIAMENTO REGIONAL			FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	TOTAL
	TOTAL	CAP. 50 O.R.	OUTRAS FONTES		
Agricultura, Silv. e Pecuária	2 996 926	2 991 676	5 250	2 086 653	5 083 579
Pesca	285 800	285 800	0	103 200	389 000
Indústria	437 563	437 563	0	81 700	519 263
Energia	85 000	85 000	0	0	85 000
Turismo	236 800	236 800	0	992 800	1 229 600
Transportes, Comun. e Meteorologia	25 813 750	25 489 250	324 500	184 250	25 998 000
Com., Abast. e Def. do Consumidor	835 000	835 000	0	232 500	1 067 500
Educação	4 528 953	4 528 953	0	543 697	5 072 650
Emprego e Formação Profissional	440 285	440 285	0	4 704 894	5 145 179
Desporto e Oc. dos Tempos Livres	4 105 256	4 105 256	0	0	4 105 256
Cultura	765 800	765 800	0	0	765 800
Saúde	1 753 070	1 753 070	0	481 930	2 235 000
Segurança Social	36 000	36 000	0	0	36 000
Habituação e Urbanismo	13 846 500	12 578 500	1 268 000	6 201 500	20 048 000
Defesa e Protecção do Ambiente	1 723 776	1 723 776	0	103 751	1 827 527
Inv. Cient. e Desenv. Tecnológico	852 750	852 750	0	465 250	1 318 000
Informação Científica e Técnica	676 405	676 405	0	573 775	1 250 180
Administração Pública Regional	1 037 550	1 037 550	0	24 260	1 061 810
Apoios	183 500	183 500	0	595 000	778 500
Investimentos Municipais	6 030 140	6 030 140	0	0	6 030 140
<b>TOTAL</b>	<b>66 670 824</b>	<b>65 073 074</b>	<b>1 597 750</b>	<b>17 375 160</b>	<b>84 045 984</b>

## REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO POR SECRETARIAS

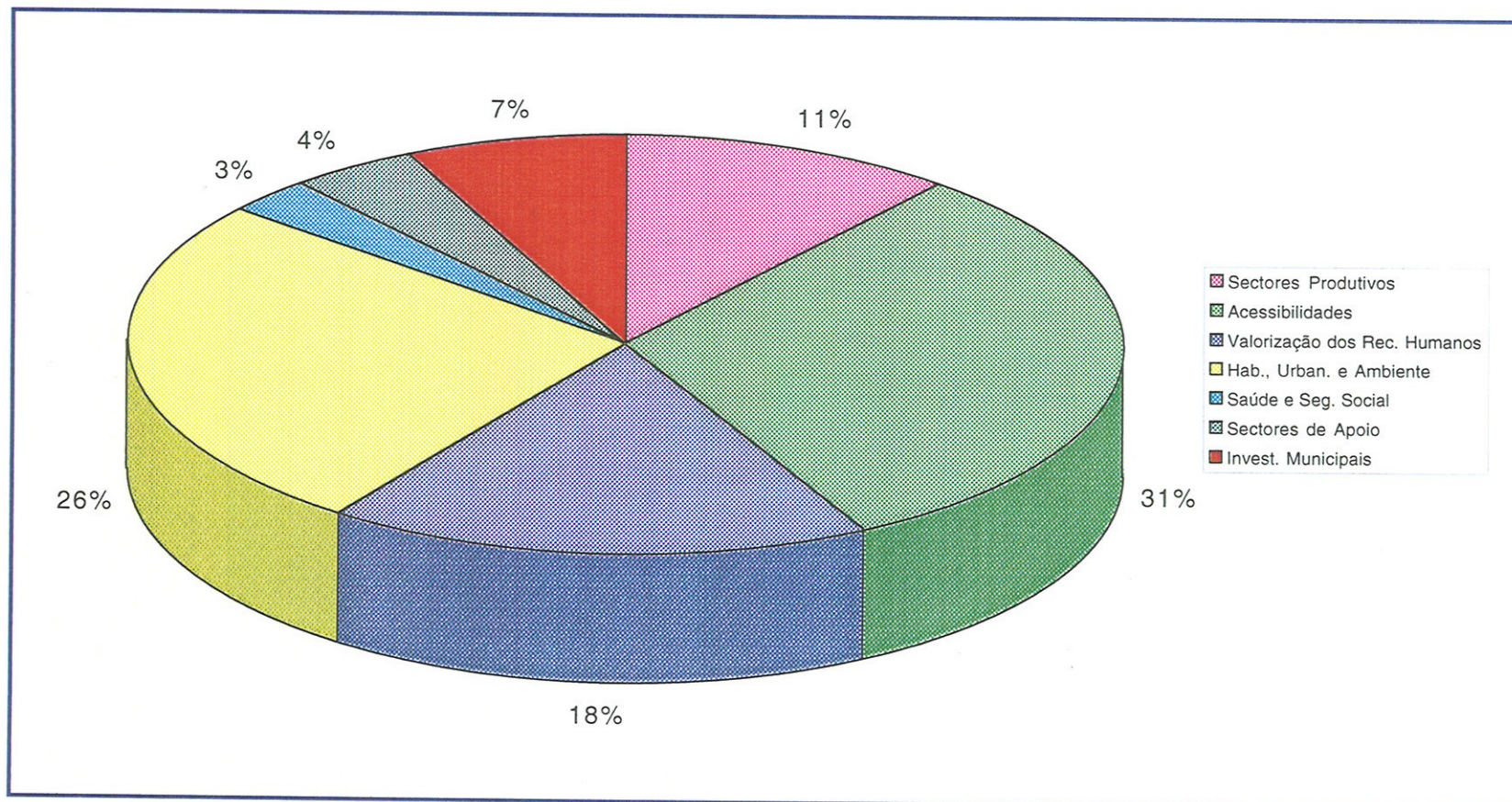
— 1999 —



## REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO — 1999 —

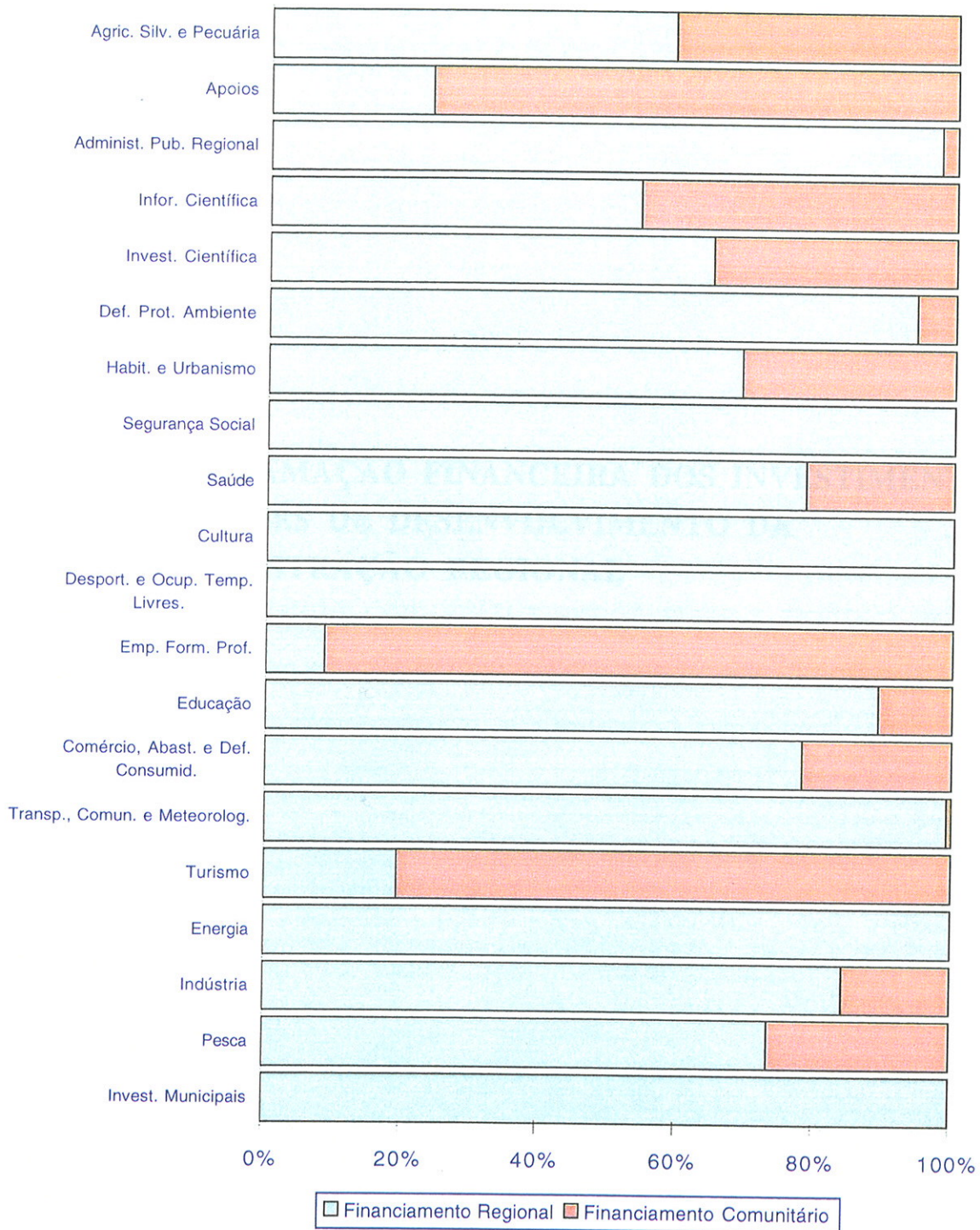


REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO POR ÁREAS DE ACTUAÇÃO  
— 1999 —



REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO POR FONTES DE FINANCIAMENTO  
- 1999 -

S  
E  
C  
T  
O  
R  
E  
S



**4 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS  
E ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL**

## QUADRO III - 1

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E DA COORDENAÇÃO

(contos)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL	606 721	525 788	7 501 330	260 150	0	0	8 893 989
	Cap. 50 O.R.	606 721	525 788	7 501 330	260 150	0	0	8 893 989
PROJECTOS EM CURSO	TOTAL	606 721	525 788	7 215 520	173 560	0	0	8 521 589
	Cap. 50 O.R.	606 721	525 788	7 215 520	173 560	0	0	8 521 589
PROJECTOS NOVOS	TOTAL			285 810	86 590	0	0	372 400
	Cap. 50 O.R.			285 810	86 590	0	0	372 400
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL	202 832	117 194	165 000	0	0	0	485 026
	Cap. 50 O.R.	202 832	117 194	165 000	0	0	0	485 026
PÓLO TECNOLÓGICO DA MADEIRA	TOTAL	202 832	117 194	165 000	0	0	0	485 026
SE: SRP Nº. PROJES: 2	Cap. 50 O.R.	202 832	117 194	165 000	0	0	0	485 026
Gestão e Investimentos do Polo (Gab. Sec.)	TOTAL	202 832	78 230	140 000				421 062
1994-99	Cap. 50 O.R.	202 832	78 230	140 000				421 062
Dinamização de Projectos Inovadores Comunitários (Gab. Sec.)	TOTAL	0	38 964	25 000				63 964
1998-99 COFIN	Cap. 50 O.R.	0	38 964	25 000				63 964
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL	301 314	379 484	1 184 180	260 150	0	0	2 125 128
	Cap. 50 O.R.	301 314	379 484	1 184 180	260 150	0	0	2 125 128
MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL DE INICIATIVA ENDÓGENA	TOTAL	83 198	84 969	299 780	151 150	0	0	619 097
SE: SRP Nº. PROJES: 10	Cap. 50 O.R.	83 198	84 969	299 780	151 150	0	0	619 097
Marketing e Promoção (Gab. Sec.)	TOTAL	32 391	5 789	100 000				138 180
1996-99	Cap. 50 O.R.	32 391	5 789	100 000				138 180
Conselho Europeu do Direito do Ambiente (Gab. Sec.)	TOTAL	50 207	14 800	25 000	35 200			125 207
1995-00	Cap. 50 O.R.	50 207	14 800	25 000	35 200			125 207
Cooperação Técnica e Científica com a AREAM (Gab. Sec.)	TOTAL	0	46 900	50 680	24 360			121 940
1997-00	Cap. 50 O.R.	0	46 900	50 680	24 360			121 940
Programa de Cooperação Técnica e Científica com o CEDE	TOTAL	0	15 680	15 000	20 000			50 680
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	15 680	15 000	20 000			50 680
Nº Projecto de Agência de Desenvolvimento (DRP)	TOTAL			40 000	71 590			111 590
1999-00 COFIN	Cap. 50 O.R.			40 000	71 590			111 590
Redes de Cooperação (DRP)	TOTAL	600	1 800	4 900				7 300
1997-99	Cap. 50 O.R.	600	1 800	4 900				7 300
Projectos de Cooperação - RUP (DRP)	TOTAL	0	0	4 200				4 200
1998-99 COFIN REGSII	Cap. 50 O.R.	0	0	4 200				4 200
Nº Centro de Formalidade e Empresas (Gab. Sec.)	TOTAL			10 000				10 000
1999-99	Cap. 50 O.R.			10 000				10 000
Nº Projectos de Dinamização Empresarial (Gab. Sec.)	TOTAL			10 000				10 000
Nº 1999-99	Cap. 50 O.R.			10 000				10 000
Centro de Empresas e Inovação da Madeira	TOTAL			40 000				40 000
Nº 1999-99	Cap. 50 O.R.			40 000				40 000



DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO	TOTAL	70 808	229 789	250 000	0	0	0	550 597
SE: SRP/NESI Nº. PROJS: 3	Cap. 50 O.R.	70 808	229 789	250 000	0	0	0	550 597
Info-Madeira 2006 (Gab. Sec.)	TOTAL	0	55 926	110 000				165 926
1996-99 COFIN POP II	Cap. 50 O.R.	0	55 926	110 000				165 926
Projecto NESUS - Base de Dados do CEHA (Gab. Sec.)	TOTAL	42 047	72 505	40 000				154 552
1997-99	Cap. 50 O.R.	42 047	72 505	40 000				154 552
Outros Projectos no Âmbito da Sociedade de Informação (Gab. Sec.)	TOTAL	28 761	101 358	100 000				230 119
1996-99 COFIN OC	Cap. 50 O.R.	28 761	101 358	100 000				230 119
PROJECTOS DE INFORMAÇÃO REGIONAL	TOTAL	17 738	12 634	114 600	15 000	0	0	159 972
SE: SRP Nº. PROJS: 6	Cap. 50 O.R.	17 738	12 634	114 600	15 000	0	0	159 972
Sistema de Gestão da Informação Geográfica - (DRP)	TOTAL	915	0	20 000				20 915
1996-99	Cap. 50 O.R.	915	0	20 000				20 915
Projecto EURISLES (DRE)	TOTAL	8 502	10 523	10 000				29 025
1993-99	Cap. 50 O.R.	8 502	10 523	10 000				29 025
Contas Económicas Regionais (DRE)	TOTAL	2 037	162	500				2 699
1994-99	Cap. 50 O.R.	2 037	162	500				2 699
Inquérito à Produção Agrícola (DRE)	TOTAL	6 284	1 949	2 100				10 333
1992-99	Cap. 50 O.R.	6 284	1 949	2 100				10 333
N Parceria para Aquisição de Cartografia Digital da Zona Urbana do Funchal (DRP)	TOTAL			60 000	15 000			75 000
1999-00	Cap. 50 O.R.			60 000	15 000			75 000
N Base de Dados de Legislação (DRI)	TOTAL			22 000				22 000
1999-99	Cap. 50 O.R.			22 000				22 000
GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS POPRAM II	TOTAL	129 570	49 761	374 800	0	0	0	554 131
SE: SRP Nº. PROJ: 5	Cap. 50 O.R.	129 570	49 761	374 800	0	0	0	554 131
Monitorização do Programa na Direcção Regional de Informática	TOTAL	2 217	1 417	2 800				6 434
1994-99	Cap. 50 O.R.	2 217	1 417	2 800				6 434
Monitorização do Programa na Direcção Regional de Planeamento	TOTAL	17 333	15 254	25 000				57 587
1994-99 COFIN POP II	Cap. 50 O.R.	17 333	15 254	25 000				57 587
Funcionamento da Unidade de Gestão-DRP	TOTAL	57 065	31 110	308 000				396 175
1994-99 COFIN POP II	Cap. 50 O.R.	57 065	31 110	308 000				396 175
Estudos, Publicidade e Promoção	TOTAL	19 950	1 980	14 000				35 930
1994-99 COFIN POP II	Cap. 50 O.R.	19 950	1 980	14 000				35 930
Gestão e Acompanhamento	TOTAL	33 005	0	25 000				58 005
1994-99 COFIN POP II	Cap. 50 O.R.	33 005	0	25 000				58 005



## SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E DA COORDENAÇÃO (CONT. 4)

(contos)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
ACTUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA DIR. REG. DE INFORMÁTICA SE: SRP Nº. PROJS: 3	TOTAL Cap. 50 O.R.	102 575 102 575	29 110 29 110	34 000 34 000	0 0	0 0	0 0	165 685 165 685
Aquisição de Equipamentos Informáticos e Suportes Lógicos 1994-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	50 170 50 170	18 618 18 618	10 000 10 000				78 786 78 786
GABMATIC - Correio e Escritório Electrónico 1993-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	52 405 52 405	10 492 10 492	14 000 14 000				76 897 76 897
N Task-Force Ano 2000 1999-99	TOTAL Cap. 50 O.R.			10 000 10 000				10 000 10 000
MICROFILMAGEM DO ARQUIVO DA DIRECÇÃO REGIONAL DO ORÇAMENTO E CONTABILIDADE SE: SRP Nº. PROJ: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	4 200 4 200	0 0	0 0	0 0	4 200 4 200
Microfilmagem do Arquivo da Direcção Regional do Orçamento e Contabilidade 1998-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	4 200 4 200				4 200 4 200
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SE: SRP Nº. PROJS: 2	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	43 000 43 000	0 0	0 0	0 0	43 000 43 000
N No Domínio da Informática (DRI) COFIN POI II-FSE 1999-99	TOTAL Cap. 50 O.R.			5 000 5 000				5 000 5 000
N Outras Acções de Formação (DRAPL) COFIN POI II-FSE 1999-99	TOTAL Cap. 50 O.R.			38 000 38 000				38 000 38 000
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA SE: SRP Nº. PROJS: 2	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	20 000 20 000	0 0	0 0	0 0	20 000 20 000
N No Âmbito do Programa REGIS II (DRP) 1999-99	TOTAL Cap. 50 O.R.			10 000 10 000				10 000 10 000
N No Âmbito do Fundo de Coesão (DRP) 1999-99	TOTAL Cap. 50 O.R.			10 000 10 000				10 000 10 000
INVESTIMENTOS MUNICIPAIS SE: SRP	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	6 030 140 6 030 140	0 0	0 0	0 0	6 030 140 6 030 140
Câmara Municipal da Catheta	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0		261 700 261 700				261 700 261 700
Câmara Municipal do Funchal	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0		1 582 150 1 582 150				1 582 150 1 582 150
Câmara Municipal de Câmara de Lobos	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0		798 957 798 957				798 957 798 957
Câmara Municipal de Machico	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0		390 570 390 570				390 570 390 570
Câmara Municipal da Ponta do Sol	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0		422 699 422 699				422 699 422 699
Câmara Municipal do Porto Moniz	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0		190 146 190 146				190 146 190 146
Câmara Municipal do Porto Santo	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0		367 756 367 756				367 756 367 756

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL
Câmara Municipal da Ribeira Brava	TOTAL	0		505 736				505 736
	Cap. 50 O.R.	0		505 736				505 736
Câmara Municipal de Santana	TOTAL	0		334 095				334 095
	Cap. 50 O.R.	0		334 095				334 095
Câmara Municipal de Santa Cruz	TOTAL	0		736 404				736 404
	Cap. 50 O.R.	0		736 404				736 404
Câmara Municipal de Sao Vicente	TOTAL	0		312 324				312 324
	Cap. 50 O.R.	0		312 324				312 324
Associação de Municípios da Madeira	TOTAL	0		127 603				127 603
	Cap. 50 O.R.	0		127 603				127 603

QUADRO III - 2

SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA E COOPERAÇÃO EXTERNA

(contos)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDRAR							
		Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL Cap. 50 O.R.	7 967 760	1 884 964	4 972 763	12 378 502	3 637 414	2 405 525	33 246 928
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL Cap. 50 O.R.	7 967 760	1 884 964	4 972 763	9 498 502	1 267 414	405 525	25 616 928
PROJECTOS NOVOS		TOTAL Cap. 50 O.R.	7 520 330	1 817 282	4 097 763	9 462 425	1 247 875	385 986	24 531 661
					380 000	2 880 000	2 370 000	2 000 000	7 630 000
					366 250	1 780 000	1 270 000	900 000	4 316 250
SECTOR: INDÚSTRIA		TOTAL Cap. 50 O.R.	2 172 389	126 831	401 963	1 225 725	27 712	0	3 954 620
			2 172 389	126 831	401 963	1 225 725	27 712	0	3 954 620
DINAMIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL		TOTAL Cap. 50 O.R.	2 172 389	126 831	401 963	1 225 725	27 712	0	3 954 620
SE: SREC Nº. PROJS. 6									
Parque Industrial da Zona Oeste		TOTAL Cap. 50 O.R.	2 137 890	102 356	125 600	50 000			2 415 846
1992-00			2 137 890	102 356	125 600	50 000			2 415 846
Parque Industrial de Camacha		TOTAL Cap. 50 O.R.	27 911	1	96 363	725 725			850 000
1995-00			27 911	1	96 363	725 725			850 000
Parque Industrial das Ginjas		TOTAL Cap. 50 O.R.	2 268	0	20 000	150 000	7 712		179 980
1995-01			2 268	0	20 000	150 000	7 712		179 980
Parque Industrial da Cancela		TOTAL Cap. 50 O.R.	4 320	24 474	120 000				148 794
1997-99			4 320	24 474	120 000				148 794
N Parque Industrial de Porto Santo		TOTAL Cap. 50 O.R.	0		20 000	150 000	10 000		180 000
1999-01			0		20 000	150 000	10 000		180 000
N Parque Industrial de Machico		TOTAL Cap. 50 O.R.	0		20 000	150 000	10 000		180 000
1999-01			0		20 000	150 000	10 000		180 000
SECTOR: ENERGIA		TOTAL Cap. 50 O.R.	170 551	63 355	65 000	350 000	641 892	0	1 310 798
			170 551	63 355	65 000	350 000	641 892	0	1 310 798
APOIOS AOS PRODUTORES PRIVADOS DE ENERGIA		TOTAL Cap. 50 O.R.	169 753	63 355	75 000	250 000	641 892	0	1 200 000
SE: SREC Nº. PROJS. 1			169 753	63 355	75 000	250 000	641 892	0	1 200 000
Apoio aos Produtores Privados de Energia (Dec.-Lei 189/88 e Res 1063/88)		TOTAL Cap. 50 O.R.	169 753	63 355	75 000	250 000	641 892		1 200 000
1995-99			169 753	63 355	75 000	250 000	641 892		1 200 000
CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DO CANIÇAL		TOTAL Cap. 50 O.R.	798	0	10 000	100 000	0	0	110 798
SE: SREC Nº. PROJS. 1			798	0	10 000	100 000	0	0	110 798
Centro Logístico de Combustíveis do Caniçal		TOTAL Cap. 50 O.R.	798	0	10 000	100 000			110 798
1997 -00			798	0	10 000	100 000			110 798
SECTOR: TURISMO		TOTAL Cap. 50 O.R.	114 175	32 280	5 000	0	0	0	151 455
			42 000	14 226	5 000	0	0	0	61 226
REVITALIZAÇÃO URBANÍSTICA DO PORTO DO FUNCHAL		TOTAL Cap. 50 O.R.	114 175	32 280	5 000	0	0	0	151 455
SE: APRAM Nº. PROJS. 1			42 000	14 226	5 000	0	0	0	61 226

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDAR							
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
Revitalização Urbanística do Porto do Funchal	TOTAL	114 175	32 280	5 000	0	0	0	151 455
	Cap. 50 O.R.	42 000	14 226	5 000	0	0	0	61 226
Remodelação do Forte de Nossa Senhora da Conceição - Pontinha	TOTAL	114 175	32 280	5 000				151 455
1995-99	Cap. 50 O.R.	42 000	14 226	5 000				61 226
<b>SECTOR: TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E METEOROLOGIA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4 424 908</b>	<b>944 534</b>	<b>2 633 000</b>	<b>6 577 631</b>	<b>2 505 525</b>	<b>2 405 525</b>	<b>19 491 123</b>
	Cap. 50 O.R.	4 054 642	894 906	2 124 250	5 441 554	1 385 986	1 285 986	15 187 324
<b>INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS DO CANIÇAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1 832 455</b>	<b>398 116</b>	<b>1 135 700</b>	<b>4 950 829</b>	<b>2 035 525</b>	<b>2 035 525</b>	<b>12 388 150</b>
SE: APRAM Nº. PROJS. 9	Cap. 50 O.R.	1 830 334	348 488	626 950	3 814 752	915 986	915 986	8 452 496
Estaleiro Naval e Porto de Pesca	TOTAL	1 830 986	90 233	310 000	41 402			2 272 621
COFIN POP II	Cap. 50 O.R.	1 828 865	40 605	139 500	18 631			2 027 601
1996-00								
Concepção/Construção Molhe Exterior Terminal Marítimo do Caniçal - 1ª. fase	TOTAL	974	0	552 730	2 802 915			3 356 619
1996-00	Cap. 50 O.R.	974	0	228 230	2 802 915			3 032 119
N Concepção/Construção Molhe Exterior Terminal Marítimo do Caniçal - 2ª. fase	TOTAL			25 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	6 025 000
1999-02	Cap. 50 O.R.			11 250	900 000	900 000	900 000	2 711 250
COFIN POP II								
Concepção / Construção de Estaleiro de Embarcações de Madeira - Caniçal	TOTAL	0		77 000	76 944			153 944
1997-00	Cap. 50 O.R.	0		77 000	76 944			153 944
Fornecimento de Dois Tractores para o Estaleiro de Reparação Naval do Caniçal	TOTAL	0		85 000				85 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0		85 000				85 000
Concepção/Construção de Berço para Embarcações	TOTAL	0	87 597	9 870				97 467
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	87 597	9 870				97 467
Coordenação e Fiscalização da Empreitada Relativa ao Molhe Exterior do Caniçal	TOTAL	495	22 606	25 000	29 568	35 525	35 525	148 719
1997-02	Cap. 50 O.R.	495	22 606	25 000	16 262	15 986	15 986	96 335
Fornecimento de um Sistema de Guiamento para o Estaleiro Naval do Caniçal	TOTAL	0		44 100				44 100
1997-99	Cap. 50 O.R.	0		44 100				44 100
Fornecimento de um Pórtico Travelift para o Porto de Pesca do Caniçal	TOTAL	0	197 680	7 000				204 680
1998 - 99	Cap. 50 O.R.	0	197 680	7 000				204 680
<b>AERÓPORTO INTERCONTINENTAL DA MADEIRA - COMPARTICIPAÇÃO DA REGIÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1 253 750</b>	<b>0</b>	<b>500 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 753 750</b>
SE: ANAM Nº. PROJS. 1	Cap. 50 O.R.	1 253 750	0	500 000	0	0	0	1 753 750
Aeroporto Intercontinental da Madeira - Participação da RAM	TOTAL	1 253 750		500 000				1 753 750
1994-99	Cap. 50 O.R.	1 253 750		500 000				1 753 750
<b>MANUTENÇÃO E PROTECÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1 140 645</b>	<b>343 398</b>	<b>195 000</b>	<b>30 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 709 043</b>
SE: APRAM Nº. PROJS. 3	Cap. 50 O.R.	772 500	343 398	195 000	30 000	0	0	1 340 898
Manutenção e Protecção de Infraestruturas Portuárias	TOTAL	1 140 645	343 398	195 000	30 000	0	0	1 709 043
	Cap. 50 O.R.	772 500	343 398	195 000	30 000	0	0	1 340 898

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL
Grande Reparação do Molhe Exterior da Pontinha 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 1 140 645 772 500	283 600 283 600	110 000 110 000				1 534 245 1 166 100
Reparação de Pavimento e Calçadas do Terminal Norte 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	59 798 59 798	70 000 70 000				129 798 129 798
Remodelação da Rede de Água e de Esgotos do Porto do Funchal 1997-00	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0		15 000 15 000	30 000 30 000			45 000 45 000
MELHORAMENTOS EM PEQUENOS PORTOS SE: APPAM Nº. PROJ.S. 4	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	53 269 53 269	340 000 340 000	580 300 580 300	0 0	250 000 250 000	1 223 569 1 223 569
Melhoramento de Pequenos Portos	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	53 269 53 269	340 000 340 000	580 300 580 300	0 0	250 000 250 000	1 223 569 1 223 569
Ampliação do Cais da Calheta - 2ª. fase 1997-00	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0		120 000 120 000	580 300 580 300			700 300 700 300
Ampliação do Cais de Machico - 1ª e 2ª Fases 1997-02	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	53 269 53 269	200 000 200 000	0 0	0 0	250 000 250 000	503 269 503 269
Apoio a Câmara Municipal da Ribeira Brava 1998-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0		10 000 10 000				10 000 10 000
Apoio a Câmara Municipal da Santa Cruz 1998-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0		10 000 10 000				10 000 10 000
INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO À ACTIVIDADE PORTUÁRIA SE: APPAM Nº. PROJ.S. 12	TOTAL Cap. 50 O.R. 198 058 198 058	149 751 149 751	462 300 462 300	1 016 502 1 016 502	470 000 470 000	120 000 120 000	2 416 611 2 416 611
Infraestruturas e Equipamentos de Apoio à Actividade Portuária	TOTAL Cap. 50 O.R. 198 058 198 058	149 751 149 751	462 300 462 300	1 016 502 1 016 502	470 000 470 000	120 000 120 000	2 416 611 2 416 611
Aquisição de Materiais de Combate à Poluição 1997-02	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0		20 000 20 000	50 000 50 000	50 000 50 000	50 000 50 000	170 000 170 000
Construção do Terminal Roll on - Roll off no Porto do Funchal 1997-00	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0		100 000 100 000	67 859 67 859			167 859 167 859
Construção e Conservação de Obras Marítimas e de infraestruturas de Apoio Náutico no Porto Santo 1997-00	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	52 787 52 787	100 000 100 000	248 643 248 643			401 430 401 430
Outras infraestruturas portuárias - reparações e construções diversas 1995-02	TOTAL Cap. 50 O.R. 165 338 165 338	38 435 38 435	40 000 40 000	50 000 50 000	70 000 70 000	70 000 70 000	433 773 433 773
Aquisição de um Rebocador (polivalente) 1999-01	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0		80 000 80 000	250 000 250 000	350 000 350 000		680 000 680 000
Arranjo do Nó Rodoviário da Av. Sá Carneiro / Rua Carvalho Araújo 1998-00	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0		5 000 5 000	150 000 150 000			155 000 155 000
Construção Rampa Roll-On Roll-Off Porto Santo 1998-00	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0		40 000 40 000	200 000 200 000			240 000 240 000
Reparação das Guindastes de Via do Porto do Funchal 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 5 148 5 148	12 870 12 870	25 000 25 000				43 018 43 018

## SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA E COOPERAÇÃO EXTERNA (CONT. 4)

(contos)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
Reparação do Guindaste Automóvel do Porto do Funchal	TOTAL Cap. 50 O.R.		22 031	30 000				52 031	
1998-99			22 031	30 000				52 031	
Reparação de Defensas	TOTAL Cap. 50 O.R.	27 572	19 284	7 000				53 856	
1997-99		27 572	19 284	7 000				53 856	
Manutenção dos Meios Marítimos	TOTAL Cap. 50 O.R.		0	10 000				10 000	
1998-99			0	10 000				10 000	
Reparação do Guindaste Automóvel do Porto do Porto Santo	TOTAL Cap. 50 O.R.		4 344	5 300				9 644	
1998-99			4 344	5 300				9 644	
<b>SECTOR: COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR</b>		<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>12 600</b>	<b>1 874</b>	<b>472 500</b>	<b>29 274</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>516 248</b>
			12 600	1 874	472 500	29 274	0	0	516 248
PROMOÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS	TOTAL Cap. 50 O.R.	5 134	0	4 500	25 507	0	0	35 141	
SE: SREC Nº. PROJS. 1		5 134	0	4 500	25 507	0	0	35 141	
Promoção de Produtos Regionais	TOTAL Cap. 50 O.R.	5 134	0	4 500	25 507			35 141	
1996-00		5 134	0	4 500	25 507			35 141	
OBSERVATÓRIO DO COMÉRCIO	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	1 213	3 000	3 767	0	0	7 980	
SE: SREC Nº. PROJS. 1		0	1 213	3 000	3 767	0	0	7 980	
Observatório do Comércio	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	1 213	3 000	3 767			7 980	
1997-00		0	1 213	3 000	3 767			7 980	
LABORATÓRIO REGIONAL DE METROLOGIA	TOTAL Cap. 50 O.R.	7 466	661	465 000	0	0	0	473 127	
SE: SREC Nº. PROJS. 1		7 466	661	465 000	0	0	0	473 127	
Laboratório Regional de Metrologia	TOTAL Cap. 50 O.R.	7 466	661	465 000				473 127	
1996-99 COFIN PEDIP II		7 466	661	465 000				473 127	
<b>SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES</b>		<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>120 000</b>	<b>573 066</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>693 066</b>
			0	0	120 000	573 066	0	0	693 066
ZONAS BALNEARES	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	120 000	573 066	0	0	693 066	
SE: APRAM Nº. PROJS. 3		0	0	120 000	573 066	0	0	693 066	
Zonas Balneares	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	120 000	573 066	0	0	693 066	
1995-00		0	0	120 000	573 066	0	0	693 066	
Enrocamento de Protecção ao Porto e Praia da Calheta	TOTAL Cap. 50 O.R.	0		40 000	360 000			400 000	
1997-00		0		40 000	360 000			400 000	
Adjudicação da Concepção da Zona Balnear de Ponta Delgada	TOTAL Cap. 50 O.R.	0		5 000	150 000			155 000	
1995-00		0		5 000	150 000			155 000	





DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
ESTUDOS E PREPARAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DESENVOLV. REGIONAL E TERRITORIAL	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
SE: SREC Nº. PROJS. 1	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
N. Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo - (O.I.D.)	TOTAL			5 000				5 000
1999-99	Cap. 50 O.R.			5 000				5 000
PROGRAMA DE COOPERAÇÃO EMPRESARIAL/MISSÃO EMPRESARIAL A CABO VERDE	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
SE: SREC Nº. PROJS. 2	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
N. Programa de Cooperação Empresarial/Missão Empresarial a Cabo Verde	TOTAL			10 000				10 000
1995-99	Cap. 50 O.R.			10 000				10 000
SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA	TOTAL	0	6 732	3 000	10 268	0	0	20 000
SE: SREC Nº. PROJS. 1	Cap. 50 O.R.	0	6 732	3 000	10 268	0	0	20 000
Sistema de Informação Geográfica do Comércio e Indústria	TOTAL	0	6 732	3 000	10 268			20 000
1997-00	Cap. 50 O.R.	0	6 732	3 000	10 268			20 000
<b>SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>80 198</b>	<b>11 472</b>	<b>41 300</b>	<b>20 000</b>	<b>10 000</b>	<b>0</b>	<b>162 970</b>
	Cap. 50 O.R.	75 209	11 472	41 300	20 000	10 000	0	157 981
INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA APRAM	TOTAL	29 629	8 053	14 000	20 000	10 000	0	81 682
SE: APRAM Nº. PROJS. 1	Cap. 50 O.R.	24 640	8 053	14 000	20 000	10 000	0	76 693
Aquisição de Equipamento Informático	TOTAL	29 629	8 053	10 000	20 000	10 000		77 682
1991-01	Cap. 50 O.R.	24 640	8 053	10 000	20 000	10 000		72 693
Elaboração do Plano Director de Informatização Global da APRAM	TOTAL	0		4 000				4 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0		4 000				4 000
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL	TOTAL	4 833	667	8 200	0	0	0	13 700
SE: SREC Nº. PROJS. 3	Cap. 50 O.R.	4 833	667	8 200	0	0	0	13 700
Form. e Aperfeiçoamento do Pessoal da Direcção Reg. das Comunidades Europeias e Coop. Externa	TOTAL	4 631	0	6 000				10 631
1998-99	Cap. 50 O.R.	4 631	0	6 000				10 631
Form. e Aperfeiçoamento do Pessoal afecto ao Gabinete do Secretário	TOTAL		0	1 500				1 500
1996-99	Cap. 50 O.R.		0	1 500				1 500
Formação do Pessoal afecto à Direcção Regional do Comércio e Indústria	TOTAL	202	667	700				1 569
1997-99	Cap. 50 O.R.	202	667	700				1 569

## SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA E COOPERAÇÃO EXTERNA (CONT. 7)

(contos)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDAR							
		Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
INFORMATIZAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL	45 736	2 752	19 100	0	0	0	67 586	
SE: SREC	Cap. 50 O.R.	45 736	2 752	19 100	0	0	0	67 586	
	Nº. PROJS. 3								
Informatização dos Serviços de Apoio ao Gabinete do Secretário	TOTAL	6 471		5 000				11 471	
1995-99	Cap. 50 O.R.	6 471		5 000				11 471	
Informatização dos Serviços Afectos à DRCI	TOTAL	19 396	2 752	2 100				24 248	
1995-99	Cap. 50 O.R.	19 396	2 752	2 100				24 248	
Informatização dos Serviços Afectos à DRCECE	TOTAL	19 869		12 000				31 869	
1992-99	Cap. 50 O.R.	19 869		12 000				31 869	
<b>SECTOR: APOIOS</b>		<b>TOTAL</b>	<b>971 690</b>	<b>669 237</b>	<b>778 500</b>	<b>2 737 538</b>	<b>2 285</b>	<b>0</b>	<b>5 159 250</b>
		Cap. 50 O.R.	971 690	669 237	778 500	2 737 538	2 285	0	5 159 250
SISTEMA DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL na RAM - SIDERAM	TOTAL	722 900	599 562	700 000	2 727 538	0	0	4 750 000	
SE: SREC	Cap. 50 O.R.	722 900	599 562	700 000	2 727 538	0	0	4 750 000	
	Nº. PROJS. 1								
Sistemas de incentivos ao Desenvolvimento do Tecido Empresarial na RAM - SIDERAM	TOTAL	722 900	599 562	700 000	2 727 538			4 750 000	
1995-00	Cap. 50 O.R.	722 900	599 562	700 000	2 727 538			4 750 000	
	COFIN								
	POP II								
TEMPORAIS DE OUTUBRO 1993 (DLR nº. 1/94/M)	TOTAL	235 290	52 425	60 000	10 000	2 285	0	360 000	
SE: SREC	Cap. 50 O.R.	235 290	52 425	60 000	10 000	2 285	0	360 000	
	Nº. PROJS. 1								
Apoio Financeiro às empresas afectadas pelos temporais de de Outubro 1993	TOTAL	235 290	52 425	60 000	10 000	2 285		360 000	
1995-01	Cap. 50 O.R.	235 290	52 425	60 000	10 000	2 285		360 000	
APOIO ÀS ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS EMPRESARIAIS	TOTAL	13 500	17 250	15 000	0	0	0	45 750	
SE: SREC	Cap. 50 O.R.	13 500	17 250	15 000	0	0	0	45 750	
	Nº. PROJS. 1								
Apoio às Estruturas Associativas Empresariais	TOTAL	13 500	17 250	15 000				45 750	
1996-99	Cap. 50 O.R.	13 500	17 250	15 000				45 750	
SISTEMA DE INCENTIVOS AOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	TOTAL	0	0	3 500	0	0	0	3 500	
SE: SREC	Cap. 50 O.R.	0	0	3 500	0	0	0	3 500	
	Nº. PROJS. 1								
Sistema de Incentivos aos Órgãos de Comunicação Social	TOTAL	0	0	3 500				3 500	
1996-99	Cap. 50 O.R.	0	0	3 500				3 500	

QUADRO III - 3

SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA, FLORESTAS E PASCAS

(contos)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAE							
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
<b>TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>14 572 117</b>	<b>4 052 234</b>	<b>7 064 106</b>	<b>4 643 208</b>	<b>1 824 500</b>	<b>0</b>	<b>32 156 165</b>
	Cap. 50 O.R.	13 807 923	4 000 234	4 902 827	4 568 544	1 824 500	0	29 104 028
<b>PROJECTOS EM CURSO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>14 572 117</b>	<b>4 052 234</b>	<b>6 883 106</b>	<b>4 379 208</b>	<b>1 749 500</b>	<b>0</b>	<b>31 636 165</b>
	Cap. 50 O.R.	13 807 923	4 000 234	4 760 827	4 299 544	1 749 500	0	28 618 028
<b>PROJECTOS NOVOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>181 000</b>	<b>264 000</b>	<b>75 000</b>	<b>0</b>	<b>520 000</b>
	Cap. 50 O.R.	0	0	142 000	269 000	75 000	0	486 000
<b>SECTOR: AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>8 856 474</b>	<b>2 384 743</b>	<b>5 083 579</b>	<b>2 568 768</b>	<b>1 113 500</b>	<b>0</b>	<b>20 007 064</b>
	Cap. 50 O.R.	8 214 227	2 384 743	3 021 051	2 568 768	1 113 500	0	17 302 289
<b>DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO PORTO SANTO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>542 347</b>	<b>10 000</b>	<b>4 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>556 347</b>
SE: SRA/DRA Nº PROJ. 1	Cap. 50 O.R.	542 347	10 000	4 000	0	0	0	556 347
Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Porto Santo 1987-99	<b>TOTAL</b>	<b>542 347</b>	<b>10 000</b>	<b>4 000</b>				<b>556 347</b>
	Cap. 50 O.R.	542 347	10 000	4 000				556 347
<b>APOIOS À AGRICULTURA MADEIRENSE</b>	<b>TOTAL</b>	<b>533 014</b>	<b>200 000</b>	<b>350 000</b>	<b>850 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 933 014</b>
SE: DRA Nº PROJ. 1	Cap. 50 O.R.	533 014	200 000	350 000	850 000	0	0	1 933 014
Ações de Apoio à Agricultura Madeirense 1994-99 COFIN	<b>TOTAL</b>	<b>533 014</b>	<b>200 000</b>	<b>350 000</b>	<b>850 000</b>			<b>1 933 014</b>
	Cap. 50 O.R.	533 014	200 000	350 000	850 000			1 933 014
<b>APOIOS NO ÂMBITO DO PDAR</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1 181 103</b>	<b>1 060 000</b>	<b>3 549 579</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5 790 682</b>
SE: DRA Nº PROJ. 1	Cap. 50 O.R.	538 856	1 060 000	1 487 051	0	0	0	3 085 907
Apoio aos Projectos da Administração Pública Regional 1997-99 COFIN	<b>TOTAL</b>	<b>1 181 103</b>	<b>1 060 000</b>	<b>3 549 579</b>				<b>5 790 682</b>
	Cap. 50 O.R.	538 856	1 060 000	1 487 051				3 085 907
<b>P. O. RESTRUTURAÇÃO DA VINHA NA RAM</b>	<b>TOTAL</b>	<b>27 396</b>	<b>6 000</b>	<b>3 000</b>	<b>3 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>39 396</b>
SE: SRA/DRA Nº PROJ. 1	Cap. 50 O.R.	27 396	6 000	3 000	3 000	0	0	39 396
Reestruturação da Vinha 1993-99	<b>TOTAL</b>	<b>27 396</b>	<b>6 000</b>	<b>3 000</b>	<b>3 000</b>			<b>39 396</b>
	Cap. 50 O.R.	27 396	6 000	3 000	3 000			39 396
<b>ORIENTAÇÃO FOMENTO E MELHORIA DA PRODUÇÃO VEGETAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2 240 379</b>	<b>241 500</b>	<b>161 500</b>	<b>345 500</b>	<b>85 000</b>	<b>0</b>	<b>3 073 879</b>
SE: SRA Nº PROJ. 8	Cap. 50 O.R.	2 240 379	241 500	161 500	345 500	85 000	0	3 073 879
Planos de Desenvolvimento Agrícola (Fruticultura, Floricultura e Bananicultura) 1976-99	<b>TOTAL</b>	<b>1 525 721</b>	<b>120 000</b>	<b>110 000</b>	<b>110 000</b>			<b>1 865 721</b>
	Cap. 50 O.R.	1 525 721	120 000	110 000	110 000			1 865 721
Campanha de Calagem 1990-99	<b>TOTAL</b>	<b>135 220</b>	<b>10 000</b>	<b>15 000</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>		<b>260 220</b>
	Cap. 50 O.R.	135 220	10 000	15 000	50 000	50 000		260 220
Sanidade Vegetal 1976-99	<b>TOTAL</b>	<b>280 724</b>	<b>4 000</b>	<b>4 000</b>	<b>4 000</b>			<b>292 724</b>
	Cap. 50 O.R.	280 724	4 000	4 000	4 000			292 724
Inspecção Fitossanitária 1990-99	<b>TOTAL</b>	<b>106 921</b>	<b>10 000</b>	<b>12 000</b>	<b>35 000</b>	<b>35 000</b>		<b>198 921</b>
	Cap. 50 O.R.	106 921	10 000	12 000	35 000	35 000		198 921
Campanha de Desratização 1996-99	<b>TOTAL</b>	<b>136 812</b>	<b>80 000</b>	<b>10 000</b>	<b>140 000</b>			<b>366 812</b>
	Cap. 50 O.R.	136 812	80 000	10 000	140 000			366 812
Poseima - Medidas Agrícolas 1993-99 COFIN	<b>TOTAL</b>	<b>53 003</b>	<b>4 500</b>	<b>1 000</b>				<b>58 503</b>
	Cap. 50 O.R.	53 003	4 500	1 000				58 503
Campanha de Desinfestação de Solos 1997-99	<b>TOTAL</b>	<b>1 978</b>	<b>5 000</b>	<b>8 000</b>				<b>14 978</b>
	Cap. 50 O.R.	1 978	5 000	8 000				14 978

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDAR						TOTAL
		Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	
Campanha de Fertilização 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	8 000 8 000	1 500 1 500	6 500 6 500			16 000 16 000
MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE APROVISIONAMENTO E DE UTILIZAÇÃO DA ÁGUA DE REGA SE: SRA Nº PROJ. 4	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 659 470 1 659 470	209 250 209 250	253 000 253 000	402 000 402 000	220 000 220 000	0 0	2 743 720 2 743 720
Canal de Rega de S. Vicente 1985-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	371 322 371 322	1 250 1 250	3 000 3 000	2 000 2 000			377 572 377 572
Lagoa do Santo da Serra 1989-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	994 403 994 403	70 000 70 000	50 000 50 000	130 000 130 000			1 244 403 1 244 403
Cobertura ou Resguardo de Tanques 1990-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	24 403 24 403	18 000 18 000	20 000 20 000	20 000 20 000	20 000 20 000		102 403 102 403
Outras Obras de Hidráulica Agrícola 1994-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	269 342 269 342	120 000 120 000	180 000 180 000	250 000 250 000	200 000 200 000		1 019 342 1 019 342
APETRECHAMENTO ESPECIAL DE SERVIÇOS SE: SRA Nº PROJ. 4	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 068 405 1 068 405	114 500 114 500	156 500 156 500	288 600 288 600	308 500 308 500	0 0	1 936 505 1 936 505
Centro de Fruticultura Subtropical 1989 - 99	TOTAL Cap. 50 O.R.	103 775 103 775	8 000 8 000	10 000 10 000	14 000 14 000	20 000 20 000		155 775 155 775
Mecanização Agrícola 1989 - 99	TOTAL Cap. 50 O.R.	908 768 908 768	90 000 90 000	120 000 120 000	236 100 236 100	250 000 250 000		1 604 868 1 604 868
Centros de Formação Agrária 1994-00	TOTAL Cap. 50 O.R.	55 862 55 862	15 000 15 000	25 000 25 000	25 000 25 000	25 000 25 000		145 862 145 862
Apetrechamento e Modernização de Centros de Desenvolvimento Agrícola 1996 - 99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	1 500 1 500	1 500 1 500	13 500 13 500	13 500 13 500		30 000 30 000
INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL E DEMONSTRAÇÃO SE: SRA Nº PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	8 000 8 000	1 500 1 500	38 500 38 500	0 0	0 0	48 000 48 000
Criação de Centros de Desenvolvimento Agrícola Experimental 1996-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	8 000 8 000	1 500 1 500	38 500 38 500			48 000 48 000
SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE AGRÍCOLA SE: SRA Nº PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	35 114 35 114	10 000 10 000	10 000 10 000	5 000 5 000	5 000 5 000	0 0	65 114 65 114
Sistema de Informação da Actividade Agrícola 1996-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	35 114 35 114	10 000 10 000	10 000 10 000	5 000 5 000	5 000 5 000		65 114 65 114
PROMOÇÃO SOCIAL DOS MEIOS RURAIS Nº PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 004 745 1 004 745	220 000 220 000	200 000 200 000	250 000 250 000	250 000 250 000	0 0	1 924 745 1 924 745
Apoio as Casas do Povo 1988-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 004 745 1 004 745	220 000 220 000	200 000 200 000	250 000 250 000	250 000 250 000		1 924 745 1 924 745
APOIOS À TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS E SILVÍCOLAS SE: SRA Nº PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 1 000	5 000 5 000	0 0	0 0	6 000 6 000

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL
Melhoria das Condições de Transformação e Comercialização dos Produtos Silvícolas 1995-99 COFIN POPII - FEOGA-O	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0		1 000 1 000	5 000 5 000			6 000 6 000
MELHORAMENTO DAS ESTRUTURAS DE APOIO À PRODUÇÃO PECUÁRIA SE: SRA/DR Pecuária Nº. PROJ. 2	TOTAL Cap. 50 O.R. 135 440 135 440	43 793 43 793	47 000 47 000	71 720 71 720	70 000 70 000	0 0	367 953 367 953
Melhoramento das Estruturas de Apoio à Produção de Bovinos e Cavalos (C.R.A.) 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 78 135 78 135	25 363 25 363	27 000 27 000	35 120 35 120	40 000 40 000		205 618 205 618
Melhoramento das Estruturas de Apoio à Produção de Ovinos e Caprinos - Centro de Ovinicultura da Madeira (C.O.M.) 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 57 305 57 305	18 430 18 430	20 000 20 000	36 600 36 600	30 000 30 000		162 335 162 335
LABORATÓRIO REGIONAL DE VETERINÁRIA SE: SRA/DR Pecuária Nº. PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R. 84 530 84 530	158 000 158 000	260 000 260 000	225 448 225 448	140 000 140 000	0 0	867 978 867 978
Construção Laboratório Regional de Veterinária 1994-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 84 530 84 530	158 000 158 000	260 000 260 000	225 448 225 448	140 000 140 000		867 978 867 978
PROGRAMA DE DESPISTE DE ZOONOSE NA RAM SE: SRA/DR Pecuária Nº. PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	0 0	1 000 1 000	5 000 5 000	5 000 5 000	0 0	11 000 11 000
N Programa de Despiste de Zoonose na RAM 1999-01	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0		1 000 1 000	5 000 5 000	5 000 5 000		11 000 11 000
FLORESTAS SE: SRA/DR Florestas Nº. PROJ. 2	TOTAL Cap. 50 O.R. 153 679 153 679	15 000 15 000	12 500 12 500	5 000 5 000	0 0	0 0	186 179 186 179
Programa de Desenvolvimento Florestal 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 145 271 145 271	10 000 10 000	9 000 9 000				164 271 164 271
Recolha de Dados da Fileira Florestal 1995-99 COFIN POP II - FEOGA-O	TOTAL Cap. 50 O.R. 8 408 8 408	5 000 5 000	3 500 3 500	5 000 5 000			21 908 21 908
MEDIDAS COMPLEMENTARES DA REFORMA DA PAC SE: SRA/DRF Nº. PROJ. 2	TOTAL Cap. 50 O.R. 11 375 11 375	29 400 29 400	25 000 25 000	25 000 25 000	0 0	0 0	90 775 90 775
Ajudas às Medidas Florestais na Agricultura (REG. CEE 2080/92) 1995-1999 COFIN FEOGAG	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0		5 000 5 000	5 000 5 000			10 000 10 000
Medidas Agro-Ambientais (REG.: CEE 2078/92) 1995-01 COFIN FEOGAG	TOTAL Cap. 50 O.R. 11 375 11 375	29 400 29 400	20 000 20 000	20 000 20 000			80 775 80 775
RACIONALIZAÇÃO DO REGIME SILVO-PASTORIL SE: SRA/DR Florestas Nº. PROJ. 1	TOTAL Cap. 50 O.R. 143 158 143 158	41 200 41 200	30 000 30 000	30 000 30 000	30 000 30 000	0 0	274 358 274 358
Racionalização do Regime Silvo-pastoril 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 143 158 143 158	41 200 41 200	30 000 30 000	30 000 30 000	30 000 30 000		274 358 274 358







DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
Redimensionamento do Laboratório e Acreditação 1996-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 14 449 5 949	6 000 6 000	3 000 3 000	7 000 7 000			30 449 21 949	
Beneficiação e Arranjo do Edifício Sede 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 5 519 2 000	15 000 15 000	10 000 10 000	50 000 50 000			80 519 77 000	
<b>SECTOR: COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR</b>	<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>1 146 098 1 146 098</b>	<b>279 000 279 000</b>	<b>595 000 595 000</b>	<b>430 000 430 000</b>	<b>0 0</b>	<b>0 0</b>	<b>2 450 098 2 450 098</b>
<b>ORGANIZAÇÃO DE MERCADOS E SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS</b>	<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>1 146 098 1 146 098</b>	<b>279 000 279 000</b>	<b>595 000 595 000</b>	<b>430 000 430 000</b>	<b>0 0</b>	<b>0 0</b>	<b>2 450 098 2 450 098</b>
SE: SRA Nº. PROJ. 6								
Construção e Equipamento do Matadouro do Funchal e Melhoria de Matadouros Regionais 1989-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 617 423 617 423	120 000 120 000	170 000 170 000	130 000 130 000			1 037 423 1 037 423	
Mercado Abastecedor do Funchal 1989-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 358 321 358 321	50 000 50 000	60 000 60 000	60 000 60 000			528 321 528 321	
Centrais de Acondicionamento e Armazenagem de Frutas e Produtos Hortícolas 1992-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 62 178 62 178	80 000 80 000	160 000 160 000	90 000 90 000			392 178 392 178	
Adega de S. Vicente 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 18 175 18 175	15 000 15 000	180 000 180 000	120 000 120 000			333 175 333 175	
Acções de Informação de Mercados Agrícolas e Promoção de Produtos Regionais 1993-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 90 001 90 001	12 000 12 000	20 000 20 000	15 000 15 000			137 001 137 001	
Incentivos à Promoção de Produtos Regionais 1996-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 0 0	2 000 2 000	5 000 5 000	15 000 15 000			22 000 22 000	
<b>SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>70 900 70 900</b>	<b>24 000 24 000</b>	<b>20 000 20 000</b>	<b>35 000 35 000</b>	<b>30 000 30 000</b>	<b>0 0</b>	<b>179 900 179 900</b>
<b>ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>70 900 70 900</b>	<b>24 000 24 000</b>	<b>20 000 20 000</b>	<b>35 000 35 000</b>	<b>30 000 30 000</b>	<b>0 0</b>	<b>179 900 179 900</b>
SE: SRA Nº. PROJ. 2								
Acções de Formação Profissional no Sector das Pescas (DRPs) 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 68 309 68 309	24 000 24 000	15 000 15 000	30 000 30 000	30 000 30 000		167 309 167 309	
COFIN POPII-FSE								
Formação Profissional. no âmbito da Avicultura (D.R. Pec.) 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 2 591 2 591		5 000 5 000	5 000 5 000			12 591 12 591	
COFIN POPII-FSE								
<b>SECTOR: DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE</b>	<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>1 019 476 941 016</b>	<b>155 797 137 797</b>	<b>382 527 317 776</b>	<b>496 440 472 776</b>	<b>70 000 70 000</b>	<b>0 0</b>	<b>2 124 240 1 939 365</b>
<b>PROJECTOS A REALIZAR NO ÂMBITO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>240 468 162 008</b>	<b>69 297 51 297</b>	<b>243 527 178 776</b>	<b>197 440 173 776</b>	<b>70 000 70 000</b>	<b>0 0</b>	<b>620 732 635 857</b>
SE: SRA Nº. PROJ. 13								
Protecção das Florestas contra Incêndios - DRF (reg. CEE 2158/92) 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 105 190 105 190	5 747 5 747	60 000 60 000				170 937 170 937	
COFIN								

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDAR						
		Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL
Protecção da Floresta contra a Poluição Atmosférica- DRF (reg. CEE 867/94)	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 759 1 759		1 000 1 000	5 000 5 000			7 759 7 759
1995-99	COFIN							
Sistemas de Informação sobre Incêndios Florestais (REG. CEE 804/84) - DRF	TOTAL Cap. 50 O.R.	7 647 7 647	200 200	2 000 2 000				9 847 9 847
1995-99	COFIN							
Protecção do Núcleo de Dragoeiros das Neves - PNM	TOTAL Cap. 50 O.R.	63 423 30 033	12 000 12 000	10 000 10 000	30 000 30 000			115 423 82 033
1995-99								
Recuperação do Habitat Terrestre na Deserta Grande - PNM	TOTAL Cap. 50 O.R.	54 353 9 283	4 250 4 250	8 000 8 000	8 000 8 000			74 603 29 533
1996-99								
Recuperação da Laurissilva - PNM	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	24 000 6 000	36 527 15 776	39 440 15 776			99 967 37 552
1998-99	COFIN P. LIFE							
Reserva Natural do Garajau - PNM	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	6 000 6 000	6 000 6 000	6 000 6 000			18 000 18 000
1998-99								
Reserva Natural das Selvagens - PNM	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	5 000 5 000	5 000 5 000			10 000 10 000
1998-99								
Recuperação e Sinalização de Vereos - DRF	TOTAL Cap. 50 O.R.	8 096 8 096	17 100 17 100	10 000 10 000	10 000 10 000			45 196 45 196
1997-99								
N Recuperação de Habitat de especies prioritárias na Madeira PNM	TOTAL Cap. 50 O.R.			80 000 36 000	39 000 39 000	70 000 70 000		189 000 145 000
1999-00	COFIN P. LIFE							
N Prevenção de Incêndios Florestais - DRF	TOTAL Cap. 50 O.R.			7 500 7 500	12 500 12 500			20 000 20 000
1999-99								
N Investigação e Conservação da Fauna e da Flora - DRF	TOTAL Cap. 50 O.R.			7 500 7 500	32 500 32 500			40 000 40 000
1999-99								
N Conservação de Especies Vegetais ao Abrigo da Directiva "Habitats" (92/43/CE) - DRF	TOTAL Cap. 50 O.R.			10 000 10 000	10 000 10 000			20 000 20 000
1999-99	COFIN							
CONSERVAÇÃO DO SOLO, PROTECÇÃO AMBIENTAL E DA COBERTURA VEGETAL	TOTAL Cap. 50 O.R.	779 008 779 008	86 500 86 500	110 000 110 000	250 000 250 000	0 0	0 0	1 225 508 1 225 508
SE: SRAFP/DR Florestas	Nº. PROJ. 4							
Repovoamento Florestal e Correção Torrencial	TOTAL Cap. 50 O.R.	691 024 691 024	58 000 58 000	40 000 40 000	30 000 30 000			819 024 819 024
1988-99								
Correção Torrencial da Madeira e Porto Santo	TOTAL Cap. 50 O.R.	37 739 37 739		20 000 20 000	40 000 40 000			97 739 97 739
1993-99								
Recuperação de Espaços Verdes no Jardim Botânico	TOTAL Cap. 50 O.R.	50 245 50 245	28 500 28 500	10 000 10 000	70 000 70 000			158 745 158 745
1994-99								
N Melhoramento de Infraestruturas e Apetrechamento do Corpo de Polícia Florestal	TOTAL Cap. 50 O.R.			40 000 40 000	110 000 110 000			150 000 150 000
1999-00								
PROMOÇÃO DA CULTURA AMBIENTAL E FOMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA FLORESTA	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	29 000 29 000	49 000 49 000	0 0	0 0	78 000 78 000
SE. SRA	Nº. PROJ. 3							

## SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA, FLORESTAS E PISCAS (CONT. 8)

(contos)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDAR							
		Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
N Formação, Promoção e Extensão Florestal	TOTAL Cap. 50 O.R.			5 000	25 000			30 000	
1999-99				5 000	25 000			30 000	
N Educação Ambiental e Divulgação	TOTAL Cap. 50 O.R.			4 000	4 000			8 000	
1999-99				4 000	4 000			8 000	
N Construção e Melhoramento de infraestruturas de Lazer em Parques Industriais	TOTAL Cap. 50 O.R.			20 000	20 000			40 000	
1999-99				20 000	20 000			40 000	
<b>SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO</b>		<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>1 536 592</b>	<b>609 373</b>	<b>535 000</b>	<b>474 000</b>	<b>430 000</b>	<b>0</b>	<b>3 584 965</b>
			1 536 592	609 373	535 000	474 000	430 000	0	3 584 965
<b>PROGRAMA DE LUTA BIOLÓGICA</b>		<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>1 431 152</b>	<b>324 297</b>	<b>320 000</b>	<b>400 000</b>	<b>430 000</b>	<b>0</b>	<b>2 905 449</b>
SE: SRA	Nº. PROJ. 1		1 431 152	324 297	320 000	400 000	430 000	0	2 905 449
Programa de Luta Biológica		<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>1 431 152</b>	<b>324 297</b>	<b>320 000</b>	<b>400 000</b>	<b>430 000</b>	<b>0</b>	<b>2 905 449</b>
1994-00	COFIN REGIS II e POSEIMA		1 431 152	324 297	320 000	400 000	430 000	0	2 905 449
<b>INVESTIGAÇÃO APLICADA ÀS PISCAS</b>		<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>93 807</b>	<b>45 076</b>	<b>35 000</b>	<b>74 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>247 883</b>
SE: SRA/DRPs	Nº. PROJ. 3		93 807	45 076	35 000	74 000	0	0	247 883
Investigação Aplicada às Piscas e à Aquacultura		<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>93 807</b>	<b>32 000</b>	<b>20 000</b>	<b>25 000</b>			<b>170 807</b>
1995-99			93 807	32 000	20 000	25 000			170 807
Biologia de Espécies Demersais		<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>0</b>	<b>3 396</b>	<b>7 000</b>	<b>7 000</b>			<b>17 396</b>
1998-99	COFIN PRAMS XXI		0	3 396	7 000	7 000			17 396
Acção Interregional para a Transferência de Tecnologia no Âmbito da Aquacultura - Inter RAcTT		<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>0</b>	<b>9 680</b>	<b>8 000</b>	<b>42 000</b>			<b>59 680</b>
1998-00	COFIN FEDER		0	9 680	8 000	42 000			59 680
<b>INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AQUACULTURA</b>		<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>11 633</b>	<b>240 000</b>	<b>180 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>431 633</b>
SE: SRA/DRPs	Nº. PROJ. 1		11 633	240 000	180 000	0	0	0	431 633
Centro de Aquacultura da Calheta		<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>11 633</b>	<b>240 000</b>	<b>180 000</b>				<b>431 633</b>
1995-99	COFIN POSEIMA		11 633	240 000	180 000				431 633
<b>SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL</b>		<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>157</b>	<b>5 000</b>	<b>6 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11 157</b>
			157	5 000	6 000	0	0	0	11 157
<b>ESTUDO, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO</b>		<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>157</b>	<b>5 000</b>	<b>6 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11 157</b>
SE: DRF/ORPs	Nº. PROJ. 2		157	5 000	6 000	0	0	0	11 157
Gestão e Acompanhamento do POPRAM II - Sub. Florestas		<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>0</b>	<b>1 000</b>	<b>1 000</b>				<b>2 000</b>
1997-99	COFIN POPII - FEOGA		0	1 000	1 000				2 000
Gestão e Acompanhamento do POPRAM II - Sub. Piscas		<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>157</b>	<b>4 000</b>	<b>5 000</b>				<b>9 157</b>
1997-99	COFIN POPII - IFOP		157	4 000	5 000				9 157



DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
E.M. 543 entre Seara Velha e Lombo Chão - Curral das Freiras	TOTAL Cap. 50 O.R.	76 170 76 170	115 000 115 000	25 000 25 000			216 170 216 170	
1995-99								
C.M. da Fajã das Galinhas - Estreito de Câmara de Lobos	TOTAL Cap. 50 O.R.	170 174 170 174	180 000 180 000	160 000 160 000	75 000 75 000		585 174 585 174	
1995-00								
Ligação ao Serrado - Porto da Cruz	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	20 000 20 000	100 000 100 000	130 000 130 000		250 000 250 000	
1996-00								
Ligação entre EM 513 e ER 101 - Fajã do Milho - Porto da Cruz	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	130 000 130 000	100 000 100 000	100 000 100 000		330 000 330 000	
1996-00								
E.M. 529- Vargem/Torreão - Madalena do Mar	TOTAL Cap. 50 O.R.	105 726 105 726	60 000 60 000	100 000 100 000	120 000 120 000		385 726 385 726	
1997-00								
Variante entre Igreja Água de Pena e Cardais	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	10 000 10 000	80 000 80 000	250 000 250 000	45 000 45 000	385 000 385 000	
1998-01								
Beneficiação do C.M. da Chamorra - Campanário	TOTAL Cap. 50 O.R.	22 329 22 329	30 000 30 000	30 000 30 000			82 329 82 329	
1997-99								
Beneficiação de outras Estradas e Caminhos Municipais	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	175 000 175 000	30 000 30 000			205 000 205 000	
1998-99								
Expropriação de Terrenos	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	1 150 000 1 150 000	1 100 000 1 100 000			2 250 000 2 250 000	
1998-99								
Túnel da Encumeada e Seus Acessos	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	645 000 645 000	2 400 000 2 400 000	5 000 000 5 000 000	2 600 000 2 600 000	10 645 000 10 645 000	
1997-01								
Ligação entre Fajã da Murta e Lombo Galego-Faial	TOTAL Cap. 50 O.R.			50 000 50 000	200 000 200 000	100 000 100 000	350 000 350 000	
1999-01								
Construção de Novas Ligações	TOTAL Cap. 50 O.R.			50 000 50 000	200 000 200 000	500 000 500 000	750 000 750 000	
1999-01								
<b>SECTOR: EDUCAÇÃO</b>	<b>TOTAL Cap.50 O.R.</b>	<b>5 173 682 5 173 682</b>	<b>3 401 500 3 401 500</b>	<b>4 305 000 4 305 000</b>	<b>6 305 000 6 305 000</b>	<b>3 490 000 3 490 000</b>	<b>30 000 30 000</b>	<b>22 705 182 22 705 182</b>
<b>INFRAESTRUTURAS DE ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO</b>	<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>1 672 019 1 672 019</b>	<b>1 785 000 1 785 000</b>	<b>3 655 000 3 655 000</b>	<b>5 555 000 5 555 000</b>	<b>3 290 000 3 290 000</b>	<b>30 000 30 000</b>	<b>15 987 019 15 987 019</b>
CF: 213 SE: SPRES Nº. PROJ: 16								
Escola Básica e Técnico-profissional da Madalena 2ª Fase - Santo António - Funchal	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	120 000 120 000	40 000 40 000		160 000 160 000	
1996-00								
Escola Secundária e Pavilhão Ginodesportivo de Santa Cruz	TOTAL Cap. 50 O.R.	581 049 581 049	500 000 500 000	200 000 200 000	330 000 330 000		1 611 049 1 611 049	
1997-00								
Escola Básica de São Gonçalo-Funchal	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	300 000 300 000	400 000 400 000	150 000 150 000	850 000 850 000	
1998-01								
Escola Básica e Pavilhão Gimnodesportivo da Ponta do Sol	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	600 000 600 000	740 000 740 000	410 000 410 000	1 750 000 1 750 000	
1997-00								
Escola Básica dos Moirinhos - São Roque do Faial	TOTAL Cap. 50 O.R.	30 070 30 070	100 000 100 000	20 000 20 000			150 070 150 070	
1997-99								
Estudos e Projectos de Infraestruturas Escolares e Desportivas	TOTAL Cap. 50 O.R.			20 000 20 000			20 000 20 000	
1999-99								

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							TOTAL
	Executado até 1987	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes		
Escola Básica da Raposeira do Lugarinho - Fajã da Ovelha 1997-02	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	30 000 30 000	240 000 240 000	380 000 380 000	30 000 30 000	680 000 680 000
Escola Básica do Carmo - Cª. de Lobos 1997-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	350 000 350 000	800 000 800 000	50 000 50 000		1 200 000 1 200 000
Escola Básica do Caniço - Santa Cruz 1997-00 CORN FOPH-FEDER	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	20 000 20 000	300 000 300 000	355 000 355 000			675 000 675 000
Escola Básica do Campanário 1999 - 01	TOTAL Cap. 50 O.R.			20 000 20 000	350 000 350 000	300 000 300 000		670 000 670 000
Escola Secundária de Santana (ampliação) 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	70 000 70 000	50 000 50 000				120 000 120 000
Escola Secundária do Porto Santo (ampliação) 1997-99 CORN FOPH-FEDER	TOTAL Cap. 50 O.R.	48 685 48 685	100 000 100 000	25 000 25 000				173 685 173 685
Escola Básica e Pavilhão Gimnodesportivo do Pª Moniz 1998 - 00	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	200 000 200 000	500 000 500 000	300 000 300 000			1 000 000 1 000 000
Construção de Outras Escolas Básicas 1997-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	104 179 104 179	700 000 700 000	900 000 900 000	1 000 000 1 000 000	1 000 000 1 000 000		3 704 179 3 704 179
Conserv. e Benef. de Escolas. e Respectivo Equipamento 1991-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	906 125 906 125	65 000 65 000	120 000 120 000	500 000 500 000	500 000 500 000		2 091 125 2 091 125
Redimensionamento de Escolas 1997-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 911 1 911	30 000 30 000	100 000 100 000	500 000 500 000	500 000 500 000		1 131 911 1 131 911
INFRAESTRUTURAS PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR SE: SRES Nº. PROJS:2	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	1 500 1 500	110 000 110 000	200 000 200 000	0 0	0 0	311 500 311 500
Jardim de Infância e Creche de S. Gonçalo 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	100 000 100 000	200 000 200 000			300 000 300 000
Beneficiação de creches e Jardins de Infância 1990-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	1 500 1 500	10 000 10 000				11 500 11 500
INFRAESTRUTURAS PARA O ENSINO SUPERIOR SE: SRES Nº. PROJS: 2	TOTAL Cap. 50 O.R.	3 501 663 3 501 663	1 450 000 1 450 000	440 000 440 000	550 000 550 000	200 000 200 000	0 0	6 141 663 6 141 663
Universidade da Madeira - Complexo Científico e Tecnológico da Penteada (CCTP) 1995-99 CORN FOCOP	TOTAL Cap. 50 O.R.	3 501 663 3 501 663	1 450 000 1 450 000	430 000 430 000				5 381 663 5 381 663
Cantina do Complexo Científico e Tecnológico da Penteada 1996-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	10 000 10 000	550 000 550 000	200 000 200 000		760 000 760 000
AQUISIÇÃO DE TERRENOS SE: SRES Nº. PROJS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	165 000 165 000	100 000 100 000	0 0	0 0	0 0	265 000 265 000
Expropriações (Edifícios Escolares, Públicos e Desportivos) 1998-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	165 000 165 000	100 000 100 000				265 000 265 000
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL Cap. 50 O.R.	96 216 96 216	80 000 80 000	205 000 205 000	970 000 970 000	400 000 400 000	0 0	1 751 216 1 751 216
CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS E DE APOIO À JUVENTUDE SE: SRES Nº. PROJS: 6	TOTAL Cap. 50 O.R.	96 216 96 216	80 000 80 000	205 000 205 000	970 000 970 000	400 000 400 000	0 0	1 751 216 1 751 216

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
Complexo para Natação Desportiva	TOTAL	69 005	25 000	50 000	935 000	400 000	1 479 005	
1991-01	Cap. 50 O.R.	69 005	25 000	50 000	935 000	400 000	1 479 005	
Centro de Juventude do Porto Santo - Beneficiação	TOTAL	0	0	35 000	20 000		55 000	
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	35 000	20 000		55 000	
Pousada da Juventude do Porto Moniz	TOTAL	27 211	20 000	25 000			72 211	
1997-99	Cap. 50 O.R.	27 211	20 000	25 000			72 211	
Polidesportivo do Rosário	TOTAL	0	5 000	40 000	10 000		55 000	
1997-00	Cap. 50 O.R.	0	5 000	40 000	10 000		55 000	
Polidesportivo da Ilha - São Jorge	TOTAL	0	30 000	40 000	5 000		75 000	
1997-00	Cap. 50 O.R.	0	30 000	40 000	5 000		75 000	
14 Outras Infraestruturas Desportivas e de Apoio à Juventude	TOTAL			15 000			15 000	
1999-99	Cap. 50 O.R.			15 000			15 000	
<b>SECTOR: CULTURA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>199 282</b>	<b>175 000</b>	<b>225 000</b>	<b>1 375 000</b>	<b>775 000</b>	<b>0</b>	<b>2 749 282</b>
	Cap. 50 O.R.	199 282	175 000	225 000	1 375 000	775 000	0	2 749 282
<b>CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO E APETRECHAMENTO DE INFRAESTRUTURAS CULTURAIS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>199 282</b>	<b>175 000</b>	<b>225 000</b>	<b>1 375 000</b>	<b>775 000</b>	<b>0</b>	<b>2 749 282</b>
SE: SPRES Nº. PROJES: 5	Cap. 50 O.R.	199 282	175 000	225 000	1 375 000	775 000	0	2 749 282
Remodelação da Casa Museu Frederico de Freitas	TOTAL	107 420	130 000	125 000			362 420	
1991-99	Cap. 50 O.R.	107 420	130 000	125 000			362 420	
Biblioteca e Arquivo da RAM	TOTAL	91 862	45 000	50 000	1 100 000	700 000	1 986 862	
1992-01	Cap. 50 O.R.	91 862	45 000	50 000	1 100 000	700 000	1 986 862	
Arquivo Fotográfico da Madeira	TOTAL	0	0	15 000	100 000	45 000	160 000	
1996-01	Cap. 50 O.R.	0	0	15 000	100 000	45 000	160 000	
Centro Cultural de S. Gonçalo	TOTAL	0	0	10 000	150 000	30 000	190 000	
1998-01	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	150 000	30 000	190 000	
Centro Cultural John dos Passos	TOTAL	0	0	25 000	25 000		50 000	
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000	25 000		50 000	
<b>SECTOR: SAÚDE</b>	<b>TOTAL</b>	<b>235 204</b>	<b>1 257 000</b>	<b>1 605 000</b>	<b>755 000</b>	<b>10 000</b>	<b>0</b>	<b>3 862 204</b>
	Cap. 50 O.R.	235 204	1 257 000	1 605 000	755 000	10 000	0	3 862 204
<b>CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE SAÚDE</b>	<b>TOTAL</b>	<b>235 204</b>	<b>1 240 000</b>	<b>1 590 000</b>	<b>755 000</b>	<b>10 000</b>	<b>0</b>	<b>3 830 204</b>
SE: SPRES Nº. PROJES: 15	Cap. 50 O.R.	235 204	1 240 000	1 590 000	755 000	10 000	0	3 830 204
Centro de Saúde da Nazaré	TOTAL	69 735	100 000	85 000			254 735	
1995-99	Cap. 50 O.R.	69 735	100 000	85 000			254 735	
COFIN POPH-FEDER								
Centro de Saúde de Machico	TOTAL	131 415	500 000	550 000			1 181 415	
1996-99	Cap. 50 O.R.	131 415	500 000	550 000			1 181 415	
COFIN POPH-FEDER								
Centro de Saúde do Campanário	TOTAL	0	0	120 000	190 000		310 000	
1995-00	Cap. 50 O.R.	0	0	120 000	190 000		310 000	
Centro de Saúde Mental e Toxicodependência	TOTAL	0	30 000	30 000			60 000	
1996-99	Cap. 50 O.R.	0	30 000	30 000			60 000	
Centro de Saúde do Stf da Serra M. (incluindo C. Povo, Junta de Freguesia, Centro de Dia e Polidesportivo)	TOTAL	21 147	150 000	200 000	180 000		551 147	
1996-00	Cap. 50 O.R.	21 147	150 000	200 000	180 000		551 147	

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
Centro de Saúde do Curral das Freiras (incluindo S. Social, Casa do Povo e Junta de Freguesia)	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 60 000	60 000 140 000	140 000			200 000 200 000	
1996-99								
Centro de Saúde da Tabua	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 30 000	30 000 25 000	25 000			55 000 55 000	
1996-99								
Centro de Saúde, Seg. Social e Junta de Freguesia da Ponta Delgada	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 60 000	60 000 130 000	130 000		190 000 190 000	
1996-00								
Centro de Saúde, Seg. Social e Casa do Povo de São Jorge	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	150 000 150 000	70 000 70 000	50 000 50 000		270 000 270 000	
1996-00								
Centro de Saúde do Estreito de C. de Lobos	TOTAL Cap. 50 O.R.	12 907 12 907	45 000 45 000	115 000 115 000			172 907 172 907	
1996-99								
Centro de Saúde do Paúl do Mar (incluindo Segurança Social)	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	90 000 90 000	70 000 70 000			160 000 160 000	
1996-99								
Centro de Saúde dos Canhas (incluindo Segurança Social)	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	85 000 85 000	80 000 80 000			165 000 165 000	
1996-99								
Centro de Saúde, Junta de Freguesia e Segurança Social da Fajã da Ovelha	TOTAL Cap. 50 O.R.			15 000 15 000	135 000 135 000	10 000 10 000	160 000 160 000	
1999-01								
Centro de Saúde, Centro Social e Casa do Povo da Serra D'Água	TOTAL Cap. 50 O.R.			15 000 15 000	35 000 35 000		50 000 50 000	
1999-00								
Centro de Saúde, Junta de Freguesia do Jardim da Serra	TOTAL Cap. 50 O.R.			15 000 15 000	35 000 35 000		50 000 50 000	
1999-00								
AQUISIÇÃO DE TERRENOS	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	17 000 17 000	15 000 15 000	0 0	0 0	32 000 32 000	
SE: SPRES								
Nº. PROJS: 1								
Expropriações (Infraestruturas de Saúde)	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	17 000 17 000	15 000 15 000			32 000 32 000	
1998-99								
SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO	TOTAL Cap. 50 O.R.	8 225 006 7 136 006	9 631 340 7 773 000	20 048 000 17 780 000	20 652 000 17 462 000	11 770 000 9 175 000	7 450 000 6 800 000	77 776 346 66 128 006
PROMOÇÃO DE HABITAÇÃO	TOTAL Cap. 50 O.R.	3 578 000 2 491 000	2 010 000 1 585 000	5 950 000 5 000 000	7 450 000 6 800 000	7 450 000 6 800 000	7 450 000 6 800 000	33 888 000 29 476 000
SE: IHM								
Nº. PROJS: 7								
Construção/Aquisição de Fogos	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 584 000 1 250 000	450 000 375 000	2 110 000 1 660 000	3 000 000 2 900 000	3 000 000 2 900 000	3 000 000 2 900 000	13 144 000 11 985 000
1994-01								
Infraestruturas Complementares à Habitação	TOTAL Cap. 50 O.R.	170 000 150 000	0 0	75 000 55 000	100 000 70 000	100 000 70 000	100 000 70 000	545 000 415 000
1994-01								
Programas de Apoio à Municípios	TOTAL Cap. 50 O.R.	888 000 750 000	870 000 650 000	2 300 000 2 200 000	2 000 000 1 800 000	2 000 000 1 800 000	2 000 000 1 800 000	10 058 000 9 000 000
1994-01								
Habitação de Custos Controlados	TOTAL Cap. 50 O.R.	248 000 141 000	230 000 190 000	620 000 515 000	1 000 000 900 000	1 000 000 900 000	1 000 000 900 000	4 098 000 3 546 000
1994-01								
Programas de Apoio à Particulares	TOTAL Cap. 50 O.R.	428 000 100 000	330 000 280 000	470 000 300 000	800 000 700 000	800 000 700 000	800 000 700 000	3 628 000 2 780 000
1994-01								
Estudos e Projectos	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	25 000 20 000	50 000 30 000	50 000 30 000	50 000 30 000	175 000 110 000
1996-01								



DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							TOTAL
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes		
Aquisição de terrenos 1994-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	260 000 100 000	130 000 90 000	350 000 250 000	500 000 400 000	500 000 400 000	500 000 400 000	2 240 000 1 640 000
INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS SE: SRES Nº. PROJS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	90 288 90 288	67 000 67 000	15 000 15 000	0 0	0 0	0 0	172 288 172 288
Infraestruturas do Plano de Urbanização das Feiteirinhas - Caniçal 1996-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	90 288 90 288	67 000 67 000	15 000 15 000				172 288 172 288
RENOVAÇÃO URBANA SE: SRES Nº. PROJS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	349 731 349 731	35 000 35 000	70 000 70 000	120 000 120 000	120 000 120 000	0 0	694 731 694 731
Renovação Urbana do Ilhéu - Câmara de Lobos 1987-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	349 731 349 731	35 000 35 000	70 000 70 000	120 000 120 000	120 000 120 000		694 731 694 731
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PLANOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO SE: SRES Nº. PROJS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	173 959 173 959	15 000 15 000	12 000 12 000	15 000 15 000	0 0	0 0	215 959 215 959
Planos Directores Municipais de Urbanização e de Pormenor 1992-00	TOTAL Cap. 50 O.R.	173 959 173 959	15 000 15 000	12 000 12 000	15 000 15 000			215 959 215 959
INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA SE: SRES Nº. PROJS: 4	TOTAL Cap. 50 O.R.	279 719 279 719	170 000 170 000	165 000 165 000	110 000 110 000	0 0	0 0	724 719 724 719
Renovação da Rede de Água Potável no Porto Santo 1990-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	172 560 172 560	15 000 15 000	40 000 40 000				227 560 227 560
Remodelação da Conduta Elevatória incluindo reservatório entre o Tanque e a Camacha - Porto Santo 1992-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	107 159 107 159	5 000 5 000	25 000 25 000				137 159 137 159
Aumento de Capacidade do Reservatório da Ponta - Porto Santo 1997-00	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	50 000 50 000	10 000 10 000			60 000 60 000
Ampliação da Central Dessalinizadora do Porto Santo 1998-00	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	150 000 150 000	50 000 50 000	100 000 100 000			300 000 300 000
REFORÇO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ÁGUAS RESIDUAIS SE: SRES Nº. PROJS: 5	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 398 400 1 398 400	576 000 576 000	256 000 256 000	705 000 705 000	500 000 500 000	0 0	3 435 400 3 435 400
Saneamento da Zona Baixa do Caniço (2ª Fase) COFIN POPII-FEDER 1992-00	TOTAL Cap. 50 O.R.	484 572 484 572	150 000 150 000	40 000 40 000	25 000 25 000			699 572 699 572
Destino Final de Águas Residuais em Zonas Rurais 1990-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	854 985 854 985	150 000 150 000	80 000 80 000	200 000 200 000	100 000 100 000		1 384 985 1 384 985
Renovação da Rede de Saneamento Básico do Porto Santo 1990-00	TOTAL Cap. 50 O.R.	54 677 54 677	16 000 16 000	18 000 18 000	25 000 25 000			113 677 113 677
Emissários Finais Águas Residuais no Caniço e Santa Cruz COFIN POPII - FEDER 1997-00	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	250 000 250 000	100 000 100 000	55 000 55 000			405 000 405 000
Interceptor de Águas Residuais no Caniço e Camacha 1997-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	4 166 4 166	10 000 10 000	18 000 18 000	400 000 400 000	400 000 400 000		832 166 832 166



DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							TOTAL
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes		
Construção da Igreja da Nazaré 1997-00	TOTAL Cap. 50 O.R.	52 974 52 974	15 000 15 000	30 000 30 000	30 000 30 000			127 974 127 974
Beneficiação, Conservação e Restauo de Equipamento Religioso 1998-99	TOTAL Cap. 50 O.R.		4 000 4 000	10 000 10 000				14 000 14 000
SECTOR: DEFESA E CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE	TOTAL Cap.50 O.R.	465 287 465 287	1 150 000 1 150 000	1 038 000 1 038 000	355 000 355 000	275 000 275 000	65 000 65 000	3 348 287 3 348 287
CANALIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E LIMPEZA DE RIBEIRAS E CÔRREGOS SE: SRES Nº. PROJS: 8	TOTAL Cap. 50 O.R.	465 287 465 287	1 105 000 1 105 000	945 000 945 000	320 000 320 000	210 000 210 000	0 0	3 045 287 3 045 287
Canalização da Ribª. de S. João entre o Polo Tecnológico e o Nó da Cabouqueira 1ª. e 2ª. Fases 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	277 489 277 489	195 000 195 000	60 000 60 000				532 489 532 489
Canalização e Regularização da Ribª. Santa Luzia e Construção de Estrada Marginal 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	40 666 40 666	290 000 290 000	350 000 350 000				680 666 680 666
Canalização da Ribª. de São João a jusante da Ponte dos Álamos 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	45 420 45 420	500 000 500 000	350 000 350 000				895 420 895 420
Desassoreamento e Regularização do Leito de Ribeiras 1995-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	101 712 101 712	120 000 120 000	40 000 40 000	60 000 60 000	60 000 60 000		381 712 381 712
Canalização da Ribeira do Faial 1998-00	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	30 000 30 000	100 000 100 000			130 000 130 000
Canalização da Ribeira de S. Roque do Faial 1998-00	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	60 000 60 000	10 000 10 000			70 000 70 000
Canalização da Ribeira dos Socorridos a Montante do PIZO 1998-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	40 000 40 000	150 000 150 000	150 000 150 000		340 000 340 000
Reparação de Muralhas e Execução de Travessões na Rib. da Calheta 1999-99	TOTAL Cap. 50 O.R.			15 000 15 000				15 000 15 000
MEDIDAS VISANDO A PROTECÇÃO DO AMBIENTE SE: SRES Nº. PROJS: 8	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	73 000 73 000	35 000 35 000	65 000 65 000	65 000 65 000	238 000 238 000
Monitorização da Qualidade da Água 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	0 0	15 000 15 000				15 000 15 000
Medidas de Valorização da Qualidade da Paisagem 1999 - 99	TOTAL Cap. 50 O.R.			15 000 15 000				15 000 15 000
Carta de Qualidade Visual da Paisagem 1999 -00	TOTAL Cap. 50 O.R.			5 000 5 000	2 500 2 500			7 500 7 500
Base de Dados de Substâncias Químicas e Perigosas 1999 - 99	TOTAL Cap. 50 O.R.			5 000 5 000				5 000 5 000
Cartografia de Ruído da Cidade do Funchal 1999 - 99	TOTAL Cap. 50 O.R.			5 000 5 000				5 000 5 000
Programa Conjunto de Controlo do Ruído 1999 - 01	TOTAL Cap. 50 O.R.			3 000 3 000	500 500			3 500 3 500

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
N Equipamento de Inspeção de Qualidade do Ar 1999 - 01	TOTAL Cap. 50 O.R.		20 000	2 000	2 000		22 000	
N Campanhas de Sensibilização Ambiental 1999 - 02	TOTAL Cap. 50 O.R.		5 000	30 000	65 000	65 000	165 000	
AQUISIÇÃO DE TERRENOS SE: SRES Nº. PROJS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	45 000	20 000	0	0	65 000	
Expropriações ( Ambiente, Urbanismo e Saneamento) 1998-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	45 000	20 000	0	0	65 000	
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL Cap.50 O.R.	6 565 064	279 200	618 000	450 500	346 000	151 000	8 409 764
		6 565 064	226 700	547 000	445 500	346 000	151 000	8 281 264
INFRAESTRUTURAS E ACÇÕES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO DOMÍNIO DOS RECURSOS NAT. ENERGIA E AMBIENTE SE: LREC Nº. PROJS: 9	TOTAL Cap. 50 O.R.	40 059	109 200	178 000	100 500	6 000	6 000	439 759
		40 059	56 700	107 000	95 500	6 000	6 000	311 259
Centro de Apoio Meteorológico 1998-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	4 000	10 000	5 500	6 000	6 000	31 500
		0	4 000	10 000	5 500	6 000	6 000	31 500
Avaliação Ecológica de Zonas Críticas 1998-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	850	6 000				6 850
		0	850	6 000				6 850
Atribuição da Marca Qualidade ao LREC 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	8 500	10 000				18 500
		0	8 500	10 000				18 500
Base de Dados Meteorológicos 1998-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	1 600	8 000				9 600
		0	1 600	8 000				9 600
Implementação de Centrais Solares, Fotovoltaicas e Térmicas 1998-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	650	20 000	15 000			35 650
		0	650	10 000	10 000			20 650
Consolidação das Infraestruturas da Qualidade Industrial 1996-00	TOTAL Cap. 50 O.R.	38 740	90 000	100 000	45 000			273 740
		38 740	40 000	50 000	45 000			173 740
Rede de Controlo de Poluição Atmosférica 1996-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	100	5 000	25 000			30 100
		0	100	5 000	25 000			30 100
Acções de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal do LREC 1998-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 319	3 500	4 000				8 819
		1 319	1 000	3 000				5 319
N Estudos de Identificação de Energias Renováveis 1999-00	TOTAL Cap. 50 O.R.			15 000	10 000			25 000
				5 000	10 000			15 000
INFRAESTRUTURAS DO POLO TECNOLÓGICO DA PENTEADA SE: SRES Nº. PROJS: 3	TOTAL Cap. 50 O.R.	6 525 005	170 000	440 000	350 000	340 000	145 000	7 970 005
		6 525 005	170 000	440 000	350 000	340 000	145 000	7 970 005
Centro Internacional de Feiras, Exposições e Congressos (CIFEC) e CITMA 1993-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	6 524 345	170 000	30 000				6 724 345
		6 524 345	170 000	30 000				6 724 345
Infraestruturas do Madeira Tecnopolo - 2ª e 3ª Fase 1996-02	TOTAL Cap. 50 O.R.	660	0	100 000	350 000	340 000	145 000	935 660
		660	0	100 000	350 000	340 000	145 000	935 660
Aquisição de Terrenos - Madeira Tecnopolo 1999-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	310 000				310 000
		0	0	310 000				310 000

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 038 939	834 000	658 000	0	0	0	2 530 939
		1 038 939	834 000	658 000	0	0	0	2 530 939
INSTALAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 038 939	834 000	650 000	0	0	0	2 522 939
SE: SRES Nº. PROJS: 3		1 038 939	834 000	650 000	0	0	0	2 522 939
Construção do Edifício para a SRESA no Campo da Barca (1ª Fase e 2ª Fase)	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 029 231	800 000	600 000				2 429 231
1990-99		1 029 231	800 000	600 000				2 429 231
Beneficiação do Edifício-Sede da DRAC	TOTAL Cap. 50 O.R.	258	30 000	30 000				60 258
1994-99		258	30 000	30 000				60 258
Beneficiação de Edifícios Públicos	TOTAL Cap. 50 O.R.	9 450	4 000	20 000				33 450
1995-99		9 450	4 000	20 000				33 450
ACÇÕES DE FORMAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SRES	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	0	8 000	0	0	0	8 000
SE: SRES Nº. PROJS: 2		0	0	8 000	0	0	0	8 000
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal afecto à SRES (SDSR) e Informatização dos serviços	TOTAL Cap. 50 O.R.			7 000				7 000
1999-99				7 000				7 000
Divulgação Pública de Investimentos Comparticipados pela UE	TOTAL Cap. 50 O.R.			1 000				1 000
1999-99				1 000				1 000



DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						TOTAL
		Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	
Encontro Regional de Bandas 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	17 549	13 200	9 200				39 949
Iniciativas Diversas 1994-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	36 356	10 501	10 000				56 857
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO TURÍSTICO SE: SRT Nº. PROJS: 2	TOTAL Cap. 50 O.R.	40 813	8 100	4 500	0	0	0	53 413
Casa de Abrigo do Lombo do Mouro 1991-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	32 420	3 600	1 000				37 020
Infra-Estruturas Turísticas Diversas 1996-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	8 393	4 500	3 500				16 393
SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL Cap. 50 O.R.	20 030	8 020	6 400	0	0	0	34 450
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL SE: SRT Nº. PROJS: 3	TOTAL Cap. 50 O.R.	20 030	8 020	6 400	0	0	0	34 450
Ações de Formação Turística COFIN POP II - FSE 1994-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	5 906	4 020	2 800				12 726
Ações de Formação no âmbito da Cultura COFIN POP II - FSE 1994-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	13 621	3 000	2 100				18 721
Outras Ações de Formação 1994-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	503	1 000	1 500				3 003
SECTOR: CULTURA	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 262 282	595 312	515 800	0	0	0	2 373 394
RECUPERAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO PATRIMÓNIO MÓVEL E IMÓVEL SE: SRTC Nº. PROJS: 12	TOTAL Cap. 50 O.R.	440 823	132 489	114 400	0	0	0	687 712
Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava) 1990-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	114 746	5 179	14 000				133 925
Forte de São Tiago 1994-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	88 518	12 000	8 400				108 918
Convento de Stª. Clara 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	8 000	3 350	5 000				16 350
Núcleo de Stª. Amaro 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0	18 650	15 000				33 650
Recuperação do Barro da Madalena do Mar 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	96 832	20 000	5 000				121 832
Casas Típicas, Moinhos e Casas de Salão 1996-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	21 460	11 000	8 000				40 460

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL
Restauro dos Orgãos das Igrejas	TOTAL	20 250	4 431	4 000				28 681
1995-99	Cap. 50 O.R.	20 250	4 431	4 000				28 681
Quinta do Monte	TOTAL	0	4 000	10 000				14 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	4 000	10 000				14 000
Museu da Fotografia - Vicentes	TOTAL	0	0	10 000				10 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000				10 000
Obras Diversas de Conservação do Património da RAM	TOTAL	91 017	53 879	20 000				164 896
1994-99	Cap. 50 O.R.	91 017	53 879	20 000				164 896
N Elaboração de Estudos e Projectos de Restauro do Património Regional	TOTAL	0		15 000				15 000
1999-99	Cap. 50 O.R.	0		15 000				15 000
ACÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE ESTUDOS DA HISTÓRIA DO ATLÂNTICO	TOTAL	35 256	20 900	14 700	0	0	0	70 856
SE: CEHA Nº. PROJS: 1	Cap. 50 O.R.	35 256	20 900	14 700	0	0	0	70 856
Acções realizadas no âmbito do C.E.H.A.	TOTAL	35 256	20 900	14 700				70 856
1995-99	Cap. 50 O.R.	35 256	20 900	14 700				70 856
APOIO A MUSEUS E CASAS DE CULTURA	TOTAL	219 292	143 374	117 500	0	0	0	480 166
SE: SRT Nº. PROJS: 10	Cap. 50 O.R.	219 292	143 374	117 500	0	0	0	480 166
Casa das Mudaz	TOTAL	82	5 800	8 000				13 882
1996-99	Cap. 50 O.R.	82	5 800	8 000				13 882
Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava)	TOTAL	39 801	17 330	14 000				71 131
1995-99	Cap. 50 O.R.	39 801	17 330	14 000				71 131
Museu de Arte Contemporânea - Forte de São Tiago	TOTAL	45 601	18 040	14 000				77 641
1995-99	Cap. 50 O.R.	45 601	18 040	14 000				77 641
Museu de Arte Sacra	TOTAL	44 225	15 000	16 000				75 225
1988-99	Cap. 50 O.R.	44 225	15 000	16 000				75 225
Fotografia-Museu Vicentes	TOTAL	8 201	9 652	7 000				24 853
1995-99	Cap. 50 O.R.	8 201	9 652	7 000				24 853
Casa-Museu Colombo	TOTAL	1 170	3 000	2 100				6 270
1995-99	Cap. 50 O.R.	1 170	3 000	2 100				6 270
Museu Quinta das Cruzes	TOTAL	28 735	28 970	21 000				78 705
1995-99	Cap. 50 O.R.	28 735	28 970	21 000				78 705
Solar São Cristovão	TOTAL	2 865	582	1 400				4 847
1997-99	Cap. 50 O.R.	2 865	582	1 400				4 847
Casa Museu Frederico de Freitas	TOTAL	48 612	45 000	20 000				113 612
1997-99	Cap. 50 O.R.	48 612	45 000	20 000				113 612
N Centro Cultural de Edmundo Bettencourt	TOTAL			14 000				14 000
1999-99	Cap. 50 O.R.			14 000				14 000
APOIO AO SERVIÇO PÚBLICO DE BIBLIOTECAS E ARQUIVO	TOTAL	14 755	13 676	11 900	0	0	0	40 331
SE: SRT Nº. PROJS: 3	Cap. 50 O.R.	14 755	13 676	11 900	0	0	0	40 331
Biblioteca de Documentação Contemporânea	TOTAL	6 278	3 970	3 500				13 748
1997-99	Cap. 50 O.R.	6 278	3 970	3 500				13 748
Arquivo Regional	TOTAL	7 105	7 706	7 000				21 811
1995-99	Cap. 50 O.R.	7 105	7 706	7 000				21 811



DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDAR						
		Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL
Biblioteca de Culturas Estrangeiras	TOTAL	1 372	2 000	1 400				4 772
1997-99	Cap. 50 O.R.	1 372	2 000	1 400				4 772
FESTIVAIS CULTURAIS	TOTAL	79 163	37 500	34 000	0	0	0	150 663
SE: SRT Nº. PROJS: 3	Cap. 50 O.R.	79 163	37 500	34 000	0	0	0	150 663
Festival de Música da Madeira	TOTAL	63 417	22 500	20 000				105 917
1992-99	Cap. 50 O.R.	63 417	22 500	20 000				105 917
Festival de Poesia no Porto Santo	TOTAL			8 000				8 000
1999-99	Cap. 50 O.R.			8 000				8 000
Outros Festivais	TOTAL	15 746	15 000	6 000				36 746
1998-99	Cap. 50 O.R.	15 746	15 000	6 000				36 746
DIVULGAÇÃO E APOIO À ACTIV. ARTÍSTICA E CULTURAL	TOTAL	472 993	247 373	223 300	0	0	0	943 666
SE: SRT Nº. PROJS: 3	Cap. 50 O.R.	472 993	247 373	223 300	0	0	0	943 666
Publicação de Edições Culturais	TOTAL	73 802	33 284	23 300				130 386
1994-99	Cap. 50 O.R.	73 802	33 284	23 300				130 386
Divulgação da Actividade Artística	TOTAL	15 456	30 839	20 000				66 295
1995-99	Cap. 50 O.R.	15 456	30 839	20 000				66 295
Apoio a Iniciativas Culturais	TOTAL	383 735	183 250	60 000				626 985
1996-99	Cap. 50 O.R.	383 735	183 250	60 000				626 985
Apoio à Descentralização Cultural	TOTAL	0	0	120 000				120 000
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	0	120 000				120 000
<b>SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>56 585</b>	<b>31 000</b>	<b>26 400</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>115 985</b>
	Cap. 50 O.R.	56 585	31 000	26 400	0	0	0	115 985
MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SEC. REG. DO TURISMO E CULTURA	TOTAL	56 428	24 000	20 000	0	0	0	100 428
SE: SRT Nº. PROJS: 2	Cap. 50 O.R.	56 428	24 000	20 000	0	0	0	100 428
Beneficiação do Edifício da SRTC	TOTAL	41 958	20 000	16 000				77 958
1992-99	Cap. 50 O.R.	41 958	20 000	16 000				77 958
Informatização	TOTAL	14 470	4 000	4 000				22 470
1992-99	Cap. 50 O.R.	14 470	4 000	4 000				22 470
PROJECTOS DE COOPERAÇÃO NOS DOMÍNIOS DO TURISMO E DA CULTURA	TOTAL	157	2 000	1 400	0	0	0	3 557
SE: SRT Nº. PROJS: 2	Cap. 50 O.R.	157	2 000	1 400	0	0	0	3 557
Projectos de Cooperação com as RUP's	TOTAL	0	0	700				700
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	0	700				700
COFIN OC								
Outros Projectos de Cooperação	TOTAL	157	2 000	700				2 857
1997-99	Cap. 50 O.R.	157	2 000	700				2 857
ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO TURISMO NO PIB DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	TOTAL	0	5 000	7 000	0	0	0	12 000
SE: SRT Nº. PROJS: 1	Cap. 50 O.R.	0	5 000	7 000	0	0	0	12 000
Estudo sobre o Impacto do Turismo no PIB da Região Autónoma da Madeira	TOTAL	0	5 000	7 000				12 000
1996-99	Cap. 50 O.R.	0	5 000	7 000				12 000



DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL
Iniciativas Locais de Emprego	TOTAL	324 342	54 294	140 000			518 636
1994-99	Cap. 50 O.R.	303 999	54 294	140 000			498 293
Apoio à Actividade de Agentes de Desenvolvimento	TOTAL	41 507	6 700	23 540			71 747
1994-99	Cap. 50 O.R.	24 814	6 700	23 540			55 054
Programa de Ocupação de Desempregados	TOTAL	66 670	80 010	70 000			216 680
1996-99	Cap. 50 O.R.	73 999	80 010	70 000			224 009
Programa de Ocupacional de Subsidiados em Situação de Carência económica	TOTAL	11 114	46 200	50 000			107 314
1996-99	Cap. 50 O.R.	1 667	46 200	50 000			97 867
Unidades de Inserção na Vida Activa	TOTAL	4 910	12 916	10 000			27 826
1996-99	Cap. 50 O.R.	4 910	12 916	10 000			27 826
Acções de Formação Profissional ( ILE's/ ACPE/ CPE/ AD )	TOTAL			60 000			60 000
1999-99	Cap. 50 O.R.			60 000			60 000
Clubes de Emprego	TOTAL	0	9 254	14 645			23 899
1996-99	Cap. 50 O.R.	0	9 254	14 645			23 899
Estágios Profissionais	TOTAL	0	26 357	35 000			61 357
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	26 357	35 000			61 357
Experiência de Trabalho para Jovens	TOTAL	0		35 000			35 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0		35 000			35 000
Implementação, Controlo e Avaliação de Acções de Emprego	TOTAL	0	57 299	120 000			177 299
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	57 299	120 000			177 299
Programa Ocupacional de Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido	TOTAL			84 000			84 000
1999/99	Cap. 50 O.R.			84 000			84 000
<b>SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>4 243</b>	<b>5 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9 243</b>
	Cap. 50 O.R.	0	4 243	5 000	0	0	9 243
INFRAESTRUTURAS PARA ACTIVIDADES RECREATIVAS E DESPORTIVAS	TOTAL	0	4 243	5 000	0	0	9 243
SE: SRAPC Nº. PROJ: 1	Cap. 50 O.R.	0	4 243	5 000	0	0	9 243
Infraestruturas para Actividades Recreativas e Desportivas	TOTAL	0	4 243	5 000			9 243
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	4 243	5 000			9 243
<b>SECTOR: CULTURA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>16 856</b>	<b>19 928</b>	<b>15 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>51 784</b>
	Cap. 50 O.R.	16 856	19 928	15 000	0	0	51 784
ACÇÕES DE APOIO ÀS COMUNIDADES MADEIRENSES	TOTAL	16 856	19 928	15 000	0	0	51 784
SE: SRAPC Nº. PROJ: 1	Cap. 50 O.R.	16 856	19 928	15 000	0	0	51 784

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL
Acções de Apoio às Comunidades Madeirenses 1995-00	TOTAL Cap. 50 O.R. 16 856	19 928	15 000				51 784 51 784
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL Cap. 50 O.R. 0	120	100	0	0	0	220 220
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL AFECTO SEC. REG. DOS RECURSOS HUMANOS	TOTAL Cap. 50 O.R. 0	120	100	0	0	0	220 220
SE: SSAPC Nº. PROJ: 1							
Acções de Formação 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R. 0	120	100				220 220



DESIGNAÇÃO			PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR					
			Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes
Projectos de Inovação Educacional	TOTAL	21 752	21 752	17 500	20 000	25 000	27 000	133 004
1996-99 COFIN POP II-FSE	Cap. 50 O.R.	21 752	21 752	17 500	20 000	25 000	27 000	133 004
EDUCAÇÃO PERMANENTE	TOTAL	40 193	16 314	10 000	12 000	15 000	18 000	111 507
SE: SRE Nº. PROJ: 1	Cap. 50 O.R.	40 193	16 314	10 000	12 000	15 000	18 000	111 507
Acções de Educação Permanente	TOTAL	40 193	16 314	10 000	12 000	15 000	18 000	111 507
1989-99 COFIN POP II-FSE	Cap. 50 O.R.	40 193	16 314	10 000	12 000	15 000	18 000	111 507
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL	117 179	51 750	31 500	83 500	76 000	85 000	444 929
SE: SRE Nº. PROJS: 3	Cap. 50 O.R.	117 179	51 750	31 500	83 500	76 000	85 000	444 929
Formação de Pessoal Docente e Técnico Profissional	TOTAL	101 565	38 750	25 000	67 500	60 000	60 000	352 815
1994-99 COFIN POP II - FSE	Cap. 50 O.R.	101 565	38 750	25 000	67 500	60 000	60 000	352 815
Formação Contínua	TOTAL	12 954	3 000	1 500	6 000	6 000	10 000	39 454
1994-99	Cap. 50 O.R.	12 954	3 000	1 500	6 000	6 000	10 000	39 454
Programa Regional de Apoio aos Sobredotados	TOTAL	2 660	10 000	5 000	10 000	10 000	15 000	52 660
1997-99 COFIN POP II - FSE	Cap. 50 O.R.	2 660	10 000	5 000	10 000	10 000	15 000	52 660
FORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE DEFICIENTES	TOTAL	376 023	329 250	145 000	380 000	380 000	950 000	2 560 273
SE: SRE Nº. PROJS: 4	Cap. 50 O.R.	376 023	329 250	145 000	380 000	380 000	950 000	2 560 273
Formação Pré-Profissional de Deficientes	TOTAL	14 168	20 000	10 000	30 000	30 000	50 000	154 168
1989-99 COFIN POP II - FSE	Cap. 50 O.R.	14 168	20 000	10 000	30 000	30 000	50 000	154 168
Formação Profissional de Deficientes	TOTAL	251 215	251 250	100 000	220 000	220 000	500 000	1 542 465
1994-99 COFIN POP II - FSE	Cap. 50 O.R.	251 215	251 250	100 000	220 000	220 000	500 000	1 542 465
Integração Profissional de Deficientes	TOTAL	99 190	40 000	30 000	130 000	130 000	400 000	829 190
1994-99 COFIN POP II - FSE	Cap. 50 O.R.	99 190	40 000	30 000	130 000	130 000	400 000	829 190
Serviço de Integração Sócio Profissional de Deficientes	TOTAL	11 450	18 000	5 000				34 450
1996-99 COFIN HORIZON	Cap. 50 O.R.	11 450	18 000	5 000				34 450
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA DEFICIENTES	TOTAL	276 242	96 000	40 000	195 000	195 000	305 000	1 107 242
SE: SRE Nº. PROJS: 3	Cap. 50 O.R.	276 242	96 000	40 000	195 000	195 000	305 000	1 107 242
Instalação de Centros Psico-Pedagógicos	TOTAL	52 070	38 400	17 500	55 000	55 000	55 000	272 970
1994-99	Cap. 50 O.R.	52 070	38 400	17 500	55 000	55 000	55 000	272 970
Equipamento para Estabelecimentos de Jovens Deficientes e Serviços de Apoio	TOTAL	224 172	57 600	20 000	120 000	120 000	200 000	741 772
1987-99	Cap. 50 O.R.	224 172	57 600	20 000	120 000	120 000	200 000	741 772
Habitação Social para Deficientes	TOTAL	0	0	2 500	20 000	20 000	50 000	92 500
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	0	2 500	20 000	20 000	50 000	92 500
REAPRETRÉCHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE 1ª INFÂNCIA	TOTAL	63 368	11 860	10 000	12 100	13 310	14 641	125 279
SE: SRE Nº. PROJS: 1	Cap. 50 O.R.	63 368	11 860	10 000	12 100	13 310	14 641	125 279

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL
Reapetrechamento de Estabelecimentos de 1ª Infância 1986-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	63 368 63 368	11 860 11 860	10 000 10 000	12 100 12 100	13 310 13 310	14 641 14 641	125 279 125 279
INOVAÇÃO NO SISTEMA EDUCATIVO SE: SRE Nº. PROJS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	34 739 34 739	23 326 23 326	15 000 15 000	15 000 15 000	15 000 15 000	15 000 15 000	118 065 118 065
Apoios ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Cultural 1995-01	TOTAL Cap. 50 O.R.	34 739 34 739	23 326 23 326	15 000 15 000	15 000 15 000	15 000 15 000	15 000 15 000	118 065 118 065
<b>SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL Cap. 50 O.R.</b>	<b>5 613 258 2 080 164</b>	<b>4 395 707 762 463</b>	<b>4 137 094 1 111 325</b>	<b>671 798 671 798</b>	<b>787 977 787 977</b>	<b>3 484 799 3 484 799</b>	<b>18 590 633 8 398 526</b>
IMPLEMENTAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DE ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL SE: SRE Nº. PROJS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 986 136 1 986 136	650 000 650 000	480 725 480 725	528 798 528 798	581 677 581 677	3 274 190 3 274 190	7 501 526 7 501 526
Implementação Controle e Avaliação de Acções de Formação Profissional COFIN POP II-FSE 1994-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	1 986 136 1 986 136	650 000 650 000	480 725 480 725	528 798 528 798	581 677 581 677	3 274 190 3 274 190	7 501 526 7 501 526
PROGRAMAS POR INICIATIVA DE OUTRÉM-FSE SE: Fundo Autónomo FSE Nº. PROJS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.	3 509 875 81	3 510 294 800	2 951 569 800	0 0	0 0	0 0	9 971 738 1 681
Programas Por Iniciativa de Outrém-FSE 1997-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	3 509 875 81	3 510 294 800	2 951 569 800				9 971 738 1 681
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO SE: EHTM Nº. PROJS: 1	TOTAL Cap. 50 O.R.			500 000 500 000	0 0	0 0	0 0	0 0
Acções de Formação na EHTM COFIN POP II-FSE 1994-98	TOTAL Cap. 50 O.R.			500 000 500 000				
PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO INTERREGIONAL NO DOMÍNIO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DO EMPREGO SE: SRE Nº. PROJS: 4	TOTAL Cap. 50 O.R.	35 159 11 859	165 000 41 250	100 000 25 000	0 0	0 0	0 0	300 159 78 109
Youthstart COFIN PIC-FSE 1995-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	32 231 8 931	45 000 11 250	25 000 6 250				102 231 26 431
Leonardo da Vinci COFIN PIC-OC 1996-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	45 000 11 250	25 000 6 250				70 000 17 500
Adapt COFIN PIC-FSE 1996-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	45 000 11 250	25 000 6 250				70 000 17 500
Outros Programas Comunitários COFIN PIC-OC 1996-99	TOTAL Cap. 50 O.R.	2 928 2 928	30 000 7 500	25 000 6 250				57 928 16 678
CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL SE: SRE Nº. PROJ: 2	TOTAL Cap. 50 O.R.	0 0	27 500 27 500	74 800 74 800	110 000 110 000	170 000 170 000	0 0	382 300 382 300

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL
Construção de Oficina de Canalizações	TOTAL	0	7 500	64 800	30 000			102 300
1998-99	Cap. 50 O.R.	0	7 500	64 800	30 000			102 300
Centro de Formação de Comércio e Serviços	TOTAL	0	20 000	10 000	80 000	170 000		280 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	20 000	10 000	80 000	170 000		280 000
ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO POP II - COMPONENTE FSE	TOTAL	82 088	42 913	30 000	33 000	36 300	210 609	434 910
	Cap. 50 O.R.	82 088	42 913	30 000	33 000	36 300	210 609	434 910
SE: SFE	Nº. PROJS: 3							
Monitorização	TOTAL	30 308	11 827	10 000	11 000	12 100	70 203	145 438
1994-99	Cap. 50 O.R.	30 308	11 827	10 000	11 000	12 100	70 203	145 438
COFIN	POP II-FSE							
Funcionamento da Comissão de Gestão	TOTAL	8 515	12 500	10 000	11 000	12 100	70 203	124 318
1994-99	Cap. 50 O.R.	8 515	12 500	10 000	11 000	12 100	70 203	124 318
COFIN	POP II-FSE							
Estudos, Publicidade e Promoção	TOTAL	43 265	18 586	10 000	11 000	12 100	70 203	165 154
1994-99	Cap. 50 O.R.	43 265	18 586	10 000	11 000	12 100	70 203	165 154
COFIN	POP II-FSE							
<b>SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES</b>	<b>TOTAL</b>	<b>10 620 957</b>	<b>3 400 000</b>	<b>3 775 256</b>	<b>4 000 000</b>	<b>5 000 000</b>	<b>5 000 000</b>	<b>31 796 213</b>
	Cap. 50 O.R.	10 620 957	3 400 000	3 775 256	4 000 000	5 000 000	5 000 000	31 796 213
<b>AÇÕES DE FOMENTO DESPORTIVO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>10 620 957</b>	<b>3 400 000</b>	<b>3 775 256</b>	<b>4 000 000</b>	<b>5 000 000</b>	<b>5 000 000</b>	<b>31 796 213</b>
SE: IDRAM	Nº. PROJS: 1							
Ações de Fomento Desportivo	TOTAL	10 620 957	3 400 000	3 775 256	4 000 000	5 000 000	5 000 000	31 796 213
1991-99	Cap. 50 O.R.	10 620 957	3 400 000	3 775 256	4 000 000	5 000 000	5 000 000	31 796 213
<b>SECTOR: CULTURA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>28 749</b>	<b>9 473</b>	<b>10 000</b>	<b>12 000</b>	<b>15 000</b>	<b>18 000</b>	<b>93 222</b>
	Cap. 50 O.R.	28 749	9 473	10 000	12 000	15 000	18 000	93 222
<b>EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES</b>	<b>TOTAL</b>	<b>28 749</b>	<b>9 473</b>	<b>10 000</b>	<b>12 000</b>	<b>15 000</b>	<b>18 000</b>	<b>93 222</b>
SE: SFE	Nº. PROJS: 1							
Edição de Publicações	TOTAL	28 749	9 473	10 000	12 000	15 000	18 000	93 222
1988-99	Cap. 50 O.R.	28 749	9 473	10 000	12 000	15 000	18 000	93 222
<b>SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10 000</b>
	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
<b>FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL DA SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10 000</b>
SE: SFE	Nº. PROJS: 1							
Ações de Formação	TOTAL			10 000				10 000
1999-99	Cap. 50 O.R.			10 000				10 000
COFIN	POP II-FSE							



DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
<b>TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL</b>	<b>TOTAL</b>	1 615 731	530 757	949 500	100 000	0	0	3 195 988
	Cap. 50 O.R.	1 228 593	530 757	920 750	100 000	0	0	2 780 100
<b>PROJECTOS EM CURSO</b>	<b>TOTAL</b>	1 615 731	530 757	949 500	100 000	0	0	3 195 988
	Cap. 50 O.R.	1 228 593	530 757	920 750	100 000	0	0	2 780 100
<b>PROJECTOS NOVOS</b>	<b>TOTAL</b>	0	0	0	0	0	0	0
	Cap. 50 O.R.	0	0	0	0	0	0	0
<b>SECTOR: EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL</b>	134 021	17 906	50 000	0	0	0	201 927
	Cap. 50 O.R.	87 034	17 906	28 750	0	0	0	133 690
<b>FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DA SRAS-SFPP</b>	<b>TOTAL</b>	87 034	17 906	25 000	0	0	0	129 940
SE: SRAS Nº PROJS: 1	Cap. 50 O.R.	87 034	17 906	25 000	0	0	0	129 940
Formação e Aperf. Profissional do Pessoal da SRAS - SFPP	<b>TOTAL</b>	87 034	17 906	25 000				129 940
1994-99 COFIN POP/FSE	Cap. 50 O.R.	87 034	17 906	25 000				129 940
<b>FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL</b>	<b>TOTAL</b>	46 987	0	10 000	0	0	0	56 987
SE: CHF Nº PROJS: 1	Cap. 50 O.R.	0	0	1 500	0	0	0	1 500
Formação e Aperfeiçoamento Profissional - C H F	<b>TOTAL</b>	46 987		10 000				56 987
1994-99 COFIN POP/FSE	Cap. 50 O.R.	0		1 500				1 500
<b>FORMAÇÃO ESPECIALIZADA DE ENFERMEIROS</b>	<b>TOTAL</b>	0	0	15 000	0	0	0	15 000
SE: ESEM Nº PROJS: 1	Cap. 50 O.R.	0	0	2 250	0	0	0	2 250
Formação Especializada de Enfermeiros - E S E M	<b>TOTAL</b>	0	0	15 000				15 000
1999-99 COFIN POP/FSE	Cap. 50 O.R.	0	0	2 250				2 250
<b>SECTOR: SAÚDE</b>	<b>TOTAL</b>	1 220 206	321 712	630 000	100 000	0	0	2 271 918
	Cap. 50 O.R.	1 009 696	321 712	622 500	100 000	0	0	2 053 908
<b>PROGRAMAS REGIONAIS PARA A SAÚDE</b>	<b>TOTAL</b>	1 000	28 261	80 500	0	0	0	109 761
SE: SRAS Nº PROJS: 7	Cap. 50 O.R.	1 000	28 261	80 500	0	0	0	109 761
"Projecto Vida"	<b>TOTAL</b>	1 000	18 500	45 000				64 500
1997-99	Cap. 50 O.R.	1 000	18 500	45 000				64 500
"Prevenção contra o cancro"	<b>TOTAL</b>	0	2 124	5 000				7 124
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	2 124	5 000				7 124
"Prevenção da SIDA"	<b>TOTAL</b>	0	2 340	4 000				6 340
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	2 340	4 000				6 340
"Alimentação" - Estudo para o Diagnóstico dos Hábitos Alimentares da População da RAM	<b>TOTAL</b>	0	1 340	4 000				5 340
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	1 340	4 000				5 340
Implementação na RAM do Projecto "DIABCARE"	<b>TOTAL</b>	0	146	2 500				2 646
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	146	2 500				2 646
Implementação do Cartão do Utente	<b>TOTAL</b>	0	0	10 000				10 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000				10 000
Investigação e Qualidade da Saúde	<b>TOTAL</b>	0	3 811	10 000				13 811
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	3 811	10 000				13 811

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
PROGRAMAS REGIONAIS DE SAÚDE	TOTAL	0	25 000	17 500	0	0	0	42 500
SE: CRS	Cap. 50 O.R.	0	25 000	17 500	0	0	0	42 500
Nº PROJES: 1								
Programas Regionais de Saúde	TOTAL	0	25 000	17 500				42 500
1995-99	Cap. 50 O.R.	0	25 000	17 500				42 500
BENEFICIAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DOS CENTROS DE SAÚDE	TOTAL	144 774	169 626	87 000	100 000	0	0	501 400
SE: CRS	Cap. 50 O.R.	142 563	169 626	87 000	100 000	0	0	499 189
Nº PROJES: 3								
Modernização e Ampliação de Edifícios do Centro Regional de Saúde	TOTAL	144 774	123 600	40 000	100 000			408 374
1995-00	Cap. 50 O.R.	142 563	123 600	40 000	100 000			406 163
Apoio à Prestação de Cuidados de Saúde	TOTAL	0	10 000	7 000				17 000
1995-99	Cap. 50 O.R.	0	10 000	7 000				17 000
Aperreçamento dos Centros de Saúde	TOTAL	0	36 026	40 000				76 026
1995-99	Cap. 50 O.R.	0	36 026	40 000				76 026
AMPLIAÇÃO, RENOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS ESTRUTURAS HOSPITALARES	TOTAL	1 074 432	98 825	445 000	0	0	0	1 618 257
SE: C-F	Cap. 50 O.R.	866 133	98 825	437 500	0	0	0	1 402 458
Nº PROJES: 7								
Infraestruturas de Apoio	TOTAL	292 332	58 085	200 000				550 417
1994-99	Cap. 50 O.R.	259 531	58 085	200 000				517 616
Modernização dos Meios Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica	TOTAL	199 667	40 480	150 000				390 147
1994-99	Cap. 50 O.R.	143 737	40 480	150 000				334 217
Modernização dos Serviços de Apoio às Áreas Médicas	TOTAL	241 985	260	40 000				282 245
1994-99	Cap. 50 O.R.	229 816	260	40 000				270 076
Acolhimento e Atendimento de Doentes	TOTAL	115 879	0	20 000				135 879
1994-99	Cap. 50 O.R.	115 493	0	20 000				135 493
Equipamento de Apoio ao Centro Hospitalar do Funchal - Laboratório de Hemodinâmica	TOTAL	224 569	0	10 000				234 569
1994-99	Cap. 50 O.R.	117 556	0	2 500				120 056
COFIN POP II - FEDER								
Implementação do Plano Director do Centro Hospitalar do Funchal	TOTAL	0	0	15 000				15 000
1995-99	Cap. 50 O.R.	0	0	15 000				15 000
Internamentos de Longa Duração - Hospital Dr. João de Almada	TOTAL	0	0	10 000				10 000
1997-99	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000				10 000
SECTOR: SEGURANÇA SOCIAL	TOTAL	23 215	30 956	36 000	0	0	0	90 171
	Cap. 50 O.R.	23 215	30 956	36 000	0	0	0	90 171
ESTRUTURAS E ACÇÕES DE APOIO SOCIAL	TOTAL	23 215	30 956	36 000	0	0	0	90 171
SE: SPAS	Cap. 50 O.R.	23 215	30 956	36 000	0	0	0	90 171
Nº PROJES: 1								
Apoio a Famílias e Instituições Particulares de Solidariedade Social	TOTAL	23 215	30 956	36 000				90 171
1997-99	Cap. 50 O.R.	23 215	30 956	36 000				90 171
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL	238 289	20 183	37 500	0	0	0	295 972
	Cap. 50 O.R.	108 648	20 183	37 500	0	0	0	166 331

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 1997	1998 Execução Prevista	1999	2000	2001	Anos Seguintes	TOTAL	
SISRAM - SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DA SAÚDE DA RAM	TOTAL	238 289	20 183	37 500	0	0	0	295 972
SE: SFAS	Cap. 50 O.R.	108 648	20 183	37 500	0	0	0	166 331
Nº PROJS: 2								
SISRAM - Centro Regional de Saúde	TOTAL	109 776	19 000	12 500				141 276
1994-99	Cap. 50 O.R.	78 363	19 000	12 500				109 863
SISRAM - Centro Hospitalar do Funchal	TOTAL	128 513	1 183	25 000				154 696
1994-99	Cap. 50 O.R.	30 285	1 183	25 000				56 468
<b>SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>140 000</b>	<b>196 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>336 000</b>
	Cap. 50 O.R.	0	140 000	196 000	0	0	0	336 000
<b>PROTECÇÃO CIVIL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>56 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>56 000</b>
SE: SRPC	Cap. 50 O.R.	0	0	56 000	0	0	0	56 000
Nº PROJS: 5								
Formação destinada aos Agentes de Protecção Civil	TOTAL	0	0	1 000				1 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	1 000				1 000
Aquisição de um Braço Articulado para a Cidade do Funchal	TOTAL	0	0	25 000				25 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	25 000				25 000
Aquisição de Auto-tanques Pesados	TOTAL	0	0	15 000				15 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	15 000				15 000
Digitalização da Rede de Telecomunicações	TOTAL	0	0	5 000				5 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	5 000				5 000
Aquisição de Viaturas de 1ª Intervenção no Perímetro Florestal	TOTAL	0	0	10 000				10 000
1998-00	Cap. 50 O.R.	0	0	10 000				10 000
<b>APOIO À CONSTRUÇÃO DE QUARTÉIS DE BOMBEIROS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>140 000</b>	<b>140 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>280 000</b>
SE: SFAS	Cap. 50 O.R.	0	140 000	140 000	0	0	0	280 000
Nº PROJS: 1								
Apoio à Construção de Quartéis de Bombeiros	TOTAL	0	140 000	140 000				280 000
1996-99	Cap. 50 O.R.	0	140 000	140 000				280 000

